



UM ESTUDO HISTÓRICO PERCEPTUAL: A BANDEIRA BRASILEIRA SEM BRASIL

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
INSTITUTO DE ARTES – MESTRADO EM ARTES**

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ARTES VISUAIS

RICARDO SEYSSEL

**São Paulo
2006**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
INSTITUTO DE ARTES – MESTRADO EM ARTES
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ARTES VISUAIS**

RICARDO SEYSSEL

**UM ESTUDO HISTÓRICO PERCEPTUAL:
A BANDEIRA BRASILEIRA SEM BRASIL**

**Trabalho de Dissertação apresentado à
Pós-Graduação Stricto Sensu da Univer-
sidade Estadual Paulista, como requisito
parcial para conclusão de mestrado no
Instituto de Arte.**

Orientadora: Prof^a Dr^a Claudete Ribeiro

São Paulo

2006

A todos aqueles que acreditam e amam a verdade e a vida.

AGRADECIMENTOS

À Prof^a Dr^a Claudete Ribeiro cuja orientação afetuosa foi essencial na criação e no desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores do Instituto de Artes da UNESP pela atenção e simpatia, além do profissionalismo e amizade com que conduziram e conduzem o curso.

Ao Senhor Deus, à minha mãe e todos aqueles pelo apoio, orientação, paciência e afeto recebido durante o curso e a elaboração deste trabalho.

Em memória do Prof. Dr. José de Arruda Penteado

No dia 15 de novembro, voltando os regimentos para os quartéis, os alferes enrolaram as bandeiras e, atiradas sobre uma carreta, foram ellas recolhidas aos armazens do exercito, como trastes já sem uso, symbolos mudos, que já nada diziam aos corações. A força desfilou pelas ruas, sem que sobre as baionetas rutilantes ao sol fluctuasse o velho symbolo da Patria. Tem o seu destino as bandeiras: pela manhã, o exercito lhes fazia continencias: á tarde, eram largadas, talvez, a um canto escuso do quartel. Hontem, palladio sacrosanto do patriotismo, a quem foram feitos os juramentos mais solemnes; hoje, pedaço de panno, que o soldado teve de abandonar e de esquecer.

Eduardo Prado

A Bandeira Nacional, 1903.

SUMÁRIO

Resumo.....	10
Abstract.....	11
Introdução.....	12
Capítulo 1 _____	
História da bandeira	24
A bandeira e a formação dos grupos humanos.....	28
O documento mais antigo sobre bandeira.....	31
A origem e o desenvolvimento da bandeira.....	33
Outras civilizações na evolução da bandeira	38
Assírios.....	38
Babilônios.....	39
Chineses.....	41
Hindus.....	43
Judeus.....	46
Gregos.....	47
Romanos.....	48
Ponte para a modernidade e a contemporaneidade	50
O cristianismo.....	51
A barbárie.....	53
O islamismo.....	54
As idades moderna e contemporânea	55
Os Estados Unidos da América do Norte.....	56
A Revolução Francesa.....	57
A Comunidade Britânica das Nações.....	58
As revoluções socialistas da Rússia e China.....	59
O pós-II Grande Guerra Mundial.....	60
Capítulo 2 _____	
Das bandeiras portuguesas às bandeiras brasileiras	63
As bandeiras portuguesas.....	63
As bandeiras hasteadas em solo brasileiro do Descobrimento à Independência	74
A primeira bandeira em solo brasileiro.....	74
A bandeira oficial do reino português.....	75
A bandeira para a Índia e América.....	76
A bandeira do Principado do Brasil.....	77

A bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve.....	78
A bandeira do Regime Constitucional.....	81
A bandeira imperial do Brasil.....	82
As bandeiras do Brasil República.....	89
Os últimos anos do Império.....	89
Entra em cena o positivismo.....	91
O Exército assume a doutrina positivista.....	95
Sem tiros e sem muitos alardes.....	99
A bandeira provisória da República do Brasil.....	100
A instituição da bandeira brasileira atual e a oposições a esta.....	101
As sete críticas maiores à bandeira atual do Brasil.....	105
O Decreto nº 4.....	107
 Capítulo 3 _____	
O que se sente, mas não se consegue explicar na percepção de um elemento vexilológico	108
A problemática.....	108
A problemática com reflexo psicológico-social.....	125
A problemática da forma e construção.....	125
A problemática da cor e a palavra brasil.....	141
 Capítulo 4 _____	
Proposta de bandeira.....	150
Projetos de bandeira brasileira existentes deste a proclamação.....	152
Um projeto de bandeira brasileira.....	161
A bandeira projeto.....	164
As formas.....	166
As cores.....	172
As formas unidas às cores.....	179
 Considerações finais.....	183
 Referências bibliográficas.....	185

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: A Pátria.....	23
Figura 2: Bandeira da Guiana.....	24
Figura 3: Os desenhos pré-históricos originaram os sinais e as letras.....	31
Figura 4: Estandarte de Ur.....	32
Figura 5: Templo de Edfu.....	35
Figura 6: Bandeira sul-africana de 1928-1994.....	36
Figura 7: Bandeira sul-africana atual.....	36
Figura 8: Dragão da Babilônia, aos pés de Marduk.....	40
Figura 9: A primeira bandeira dos lusos.....	41
Figura 10: A bandeira do País de Gales.....	41
Figura 11: Bandeira imperial chinesa.....	42
Figura 12: Bandeira da China comunista.....	43
Figura 13: Bandeira de Taiwan.....	43
Figura 14: Bandeira da Índia.....	45
Figura 15: Krishna e Arjuna na Batalha de Kurukshetra.....	45
Figura 16: Bandeira do Estado de Israel.....	46
Figura 17: Bandeira da Grécia.....	47
Figura 18: A Águia da 10 ^a Legião - Exílio Romano - Lábaro de Constantino.....	49
Figura 19: Monograma de Cristo.....	50
Figura 20: Cavaleiros Cristãos.....	51
Figura 21: Cruzado inglês, século XIII.....	51
Figura 22: Noruega, Grã-Bretanha, Finlândia, Dinamarca, Escócia, Eslováquia, Suécia e Suíça...	52
Figura 23: Bandeira da Turquia.....	55
Figura 24: Bandeira do Paquistão.....	55
Figura 25: Bandeira da Malásia.....	55
Figura 26: Bandeira dos Estados Unidos da América do Norte.....	56
Figura 27: A Liberdade guiando o Povo – 1830 – Eugène Delacroix.....	57
Figura 28: Bandeira da França.....	58
Figura 29: Bandeira do Reino Unido.....	59
Figura 30: Ilhas Cook.....	59
Figura 31: Ilhas Caymans.....	59
Figura 32: Ilhas Niue.....	59
Figura 33: Austrália.....	59
Figura 34: Bandeira da URSS.....	60
Figura 35: Bandeira da União Européia.....	61
Figura 36: A primeira bandeira dos lusos.....	63
Figura 37: Bandeira do Condado Portucalense.....	65
Figura 38: Bandeira do Reino de Portugal.....	66
Figura 39: Bandeira do Reino de Portugal e Algarve.....	67
Figura 40: Bandeira de Dom João I.....	67
Figura 41: Bandeira Real.....	67
Figura 42: Bandeira Pessoal de D. Manuel I (1495).....	68
Figura 43: Bandeira de D. João III.....	68
Figura 44: Bandeira de D. Pedro II - Regente: (1668 – 1675); Rei: (1675 – 1706).....	68
Figura 45: Bandeira de D. Pedro II - Imperador de Portugal (1683 – 1706).....	68
Figura 46: Bandeira Real do Século XVII.....	69
Figura 47: Bandeira do Domínio Espanhol.....	70
Figura 48: João IV, Rei de Portugal.....	71
Figura 49: Bandeira da Revolução de 1640.....	72
Figura 50: Bandeira da Restauração (1640 a 1683).....	73
Figura 51: Insignia da Ordem.....	74
Figura 52: Bandeira da Ordem de Cristo (1332 – 1651).....	75
Figura 53: Caravela portuguesa do século XVI.....	75
Figura 54: Bandeira para a Índia e a América.....	76
Figura 55: Bandeira do Principado do Brasil.....	77

Figura 56: Bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve.....	79
Figura 57: Dom João VI.....	80
Figura 58: Bandeira do Reino do Brasil.....	80
Figura 59: A Bandeira do Regime Constitucional.....	82
Figura 60: O Grito da Independência.....	83
Figura 61: Dom Pedro I.....	84
Figura 62: Bandeira do 6º Regimento de Infantaria de Linha – Napoleão.....	84
Figura 63: Bandeira do Regimento da Guarda Nacional - Revolução Francesa.....	84
Figura 64: Projeto de Debret de bandeira para o Brasil independente (1820).....	85
Figura 65: A Bandeira do Brasil Real.....	86
Figura 66: A Bandeira do Brasil Imperial.....	87
Figura 67: Armas do Reino do Brasil.....	87
Figura 68: Armas do Império do Brasil.....	87
Figura 69: Aclamação de Dom Pedro I – Debret.....	88
Figura 70: Projeto de Bandeira Nacional de Cândido Mendes.....	89
Figura 71: Projeto de Bandeira Nacional do Barão do rio da Prata.....	89
Figura 72: Marechal Deodoro da Fonseca.....	99
Figura 73: Dom Pedro II.....	99
Figura 74: Bandeira do Clube Republicano Lopes Trovão.....	100
Figura 75: Bandeira Provisória da República.....	100
Figura 76: Bandeira atual do Brasil.....	102
Figura 77: Esfera interna da bandeira atual do Brasil.....	104
Figura 78: Desenho modular da bandeira atual do Brasil.....	105
Figura 79: Brasão de Armas do Estado do Brasil.....	109
Figura 80: Logotipo da Fernet-Branca.....	111
Figura 81: Adesivo com a Bandeira Brasileira.....	115
Figura 82: Bandeira Nacional no livro de Milton Luz.....	115
Figura 83: Bandeira Nacional do sítio governamental.....	115
Figura 84: Reprodução do modelo adotado para a bandeira.....	117
Figura 85: Selo da República.....	120
Figura 86: A Bandeira não tem avesso.....	124
Figura 87: Desenho modular da bandeira nacional.....	124
Figura 88: Gráfico Nasdaq.....	126
Figura 89: Estrutura da faixa branca.....	126
Figura 90: Proibido Estacionar.....	126
Figura 91: Proibido Retornar.....	126
Figura 92: Proibido Fumar.....	126
Figura 93: Estrutura de Proibição.....	127
Figura 94: Círculo central da bandeira em negativo.....	127
Figura 95: Ícone feliz.....	129
Figura 96: Ícone triste.....	129
Figura 97: Selo republicano construído com elementos do ícone triste.....	129
Figura 98: Selo da Bandeira invertendo-se o aspecto do céu.....	130
Figura 99: Posição da Eclíptica.....	130
Figura 100: Comparação logotipos.....	133
Figura 101: Estrutura de fundo da bandeira brasileira.....	137
Figura 102: Círculo central da bandeira.....	137
Figura 103: Bandeira brasileira com tom azul médio.....	137
Figura 104: Bandeira brasileira em alto contraste.....	137
Figura 105: Grupo de bandeira de países diversos.....	139
Figura 106: Detalhe do Atlas Lopo-Homem-Reinnéis, c. 1519.....	148
Figura 107: Projeto de Julio Ribeiro.....	152
Figura 108: Projeto de Floriano Peixoto.....	153
Figura 109: Projeto de Silva Jardim.....	154
Figura 110: Projeto do Barão do Rio Branco (sem as estrelas).....	154
Figura 111: Projeto de Oliveira Valadão.....	155
Figura 112: Projeto de Celso de Souza.....	156

Figura 113: Primeiro Projeto de Eurico de Goes.....	156
Figura 114: Segundo Projeto de Eurico de Goes.....	156
Figura 115: Projeto de Wenceslau Escobar.....	157
Figura 116: Projeto 2 de Wenceslau Escobar.....	157
Figura 117: Projeto de Solano Carneiro da Cunha.....	158
Figura 118: Projeto de Luís Sucupira.....	159
Figura 119: Projetos com autoria desconhecida.....	159
Figura 120: Projeto de Jorge Pinheiro.....	160
Figura 121: O meu projeto para a bandeira.....	164
Figura 122: Bandeira Projeto com malha 3D.....	165
Figura 123: Desenho modular da bandeira projeto.....	166
Figura 124: Desenho modular da bandeira atual.....	166
Figura 125: Retângulo derivado do quadrado.....	169
Figura 126: Losango derivado do triângulo.....	170
Figura 127: Brasão da Marquesa de Santos.....	170
Figura 128: Círculo, forma pura.....	171
Figura 129: À esquerda, $M=100, Y=100, C=10$; á direita $M=100, Y=50$	178
Figura 130: Desenho modular colorido da bandeira projeto.....	180
Figura 131: Grupo de bandeira de países diversos com a bandeira projeto.....	182

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Templo de Hórus em Edfu.....	35
Foto 2: A Conquista de Iwo Jima.....	37
Foto 3: A bandeira soviética no Reichstag.....	37
Foto 4: Benjamin Constant.....	95
Foto 5: Miguel Lemos.....	96
Foto 6: Raimundo Teixeira Mendes.....	96
Foto 7: Sessão na Câmara Federal.....	116
Foto 8: Sessão no Senado Federal.....	116
Foto 9: Solenidade de Abertura do Pan-Americano em Santo Domingos.....	118
Foto 10: Erro na Bandeira na Copa América 2005 de Basquete.....	125
Foto 11: Florada do Pau-brasil.....	141

RESUMO

Este trabalho tem por meta verificar problemas objetivos e subjetivos na concepção e definição da bandeira nacional brasileira e como isto pode afetar ou não, intelectual e culturalmente, os brasileiros. Afora as dificuldades de sua reprodução/manufatura correta, dada sua forma com minúcias – por exemplo: a colocação e tamanho das estrelas, a inclinação exata da faixa branca central e a correta tonalidade do azul –, nossa bandeira certamente apresenta falhas tanto de design e aspectos simbólicos quanto de comunicação e psico-sócio-cultural.

Esta dissertação pretende determinar o porquê desses problemas, de onde surgiram, como possivelmente afetam as pessoas em geral e oferece uma das possíveis soluções, neste caso uma que pode ser considerada a mais simples. Desta forma, modificando somente um dos elementos básicos do design, a bandeira brasileira ganharia um grande e verdadeiro significado, aproximando-se da sinonímia brasil e da cor brasil e do que a nacionalidade brasil pode significar.

Palavras-chave: Percepção, Significação cromática, Gestalt, Linguagem dos sinais, Bandeira brasileira.

ABSTRACT

The aim of this work is to verify the objective and subjective problems related to the conception and definition of the Brazilian National flag, and how this may affect or not, intellectual and cultural roots of the Brazilian people. Regardless the difficulties in its correct reproducing/manufacturing, for having stamped some details — for instance: the size and the position of the stars, the exact inclination of the central white stripe, the correct blue tone —, surely our flag shows failures both in design and in symbolic, communication and psycho-sociocultural aspects.

This dissertation intends to point out the reasons for the referred problems, where they come from, in what way they may influence people in general and offers one suggestion that could correspond to the one of the possible solutions, in this case the one which could be considered the simplest one. Thus, by modifying only one of the basic elements of the design, the Brazilians flag would get a greater and real meaning, getting closer to what the word 'brazil', the colour 'brazil' and the Brazilian nationality can mean.

Key words: Perception, Chromatic meaning, Gestalt, Signals languages, Brazilian flag.

INTRODUÇÃO

A efetiva evolução da humanidade até o homo sapiens há cerca de 100 mil anos, na África, desenvolveu consigo algo que nos diferencia das demais espécies habitantes do planeta: a ventura e as desventuras de criar e manipular símbolos e imagens. Ao nos fazermos indivíduos pensantes, manipuladores de objetos externos e “objetos” internos, criamos diálogos com a realidade do dia-a-dia, dialogamos: sinais, signos, símbolos, significados. Através dos sons, dos gestos e das diversas manifestações visuais, interagimos com o mundo.

Dentro desse processo todo de expressão, comunicação, interação e mesmo combate, uma alegoria avança com todo esse desenvolver: a bandeira. Ela é um símbolo, um signo, um sinal utilizado há muito tempo pelo ser humano. Desde os povos antigos, seu emprego como marca ou baliza de identificação de grupos sociais é reportado. Esse elemento emblemático vem sendo utilizado para o posicionamento das pessoas enquanto comunidade entre si e as demais, como sinais distintivos de poder ou de comando, ideologia e expressão.

Seu valor se expandiu de maneira marcante principalmente como forma dessas manifestações, porém, nos períodos recentes da história da humanidade, vem ganhando destaque cada vez maior como expressão em eventos políticos, esportivos e culturais. Podemos vê-la como emblema a personalizar uma reunião de indivíduos a serem reconhecidos e identificados pelo estandarte que ostentam, tremulando ao sabor dos ventos das expectativas. Ela é um bem comum e abrangente, sintetizador e didático, com reconhecimento local e universal.

Assim, entendendo a importância e o valor que a bandeira possui para as pessoas que a utilizam, como forma de comunicação — as bandeiras de sinalização náutica, por exemplo — e todos os diversos usos que ela proporciona, apre-

sento neste trabalho um questionamento sobre o que considero erros e equívocos na concepção do lábaro brasileiro – falhas estéticas-semióticas-simbólicas e filosóficas. Por consequência, em que a nossa bandeira estaria provocando negativas no imaginário social do povo brasileiro?

Mas por que escolher a bandeira brasileira como tema de uma dissertação? Por volta de 1983, após terminar a Licenciatura I em Educação Artística e a Graduação em Jornalismo, comecei a observar a bandeira nacional com outros olhos: eram as teorias de comunicação e informação, junto com os conceitos estéticos adquiridos, que produziam frutos. Recordo-me de que no período do antigo primário ao ginásio, ela já me causava estranheza, me desagradava. A cor azul no pavilhão me causava, como ainda causa, uma certa repulsa. Por quê? Também esta aversão está sendo tratada neste trabalho sob a ótica da psicologia das cores.

Gostaria também de relatar algo também que pode ou não se referir diretamente ao objeto escolhido. Quando criança, participei de uma cena no então famoso Cirquinho do Arrelia (meu recém-falecido tio-avô), era uma “entrada” na qual eu ficava sob uma mesa coberta com um pano que impedia que alguém me visse; estava com algumas bandeirinhas de países na mão. O palhaço Pimentinha tentava enganar o Arrelia, num suposto evento de mágica, ao bater com uma varinha numa garrafa com fundo falso sobre a mesa com um furo no meio. Embaixo, eu introduzia a bandeira correspondente pedida pelo Pimentinha através do furo. Isto causava sensação no público, todos aplaudiam. Porém, na terceira exibição da “mágica”, Arrelia, já desconfiado, retirou a garrafa da mesa e bateu nela pedindo uma bandeira. Então, aconteceu que saiu uma bandeira pelo furo no tampo da mesa. A mesa foi retirada e eu, de olhos fechados, tentando acertar o furo na me-

sa. Abri os olhos. Desta maneira a trama se acabou, com o Arrelia correndo atrás do Pimentinha e de mim, com a bandinha tocando os acordes de encerramento.

Este acontecimento pode ou não favorecer o porquê da escolha deste tema, mas não deixa de ser um fato intrigante, pois foi a única vez que participei de um quadro circense naquele programa nos domingos da TV Record no começo dos anos 60.

Partindo então de uma monografia já desenvolvida em um curso lato sensu, na qual este tema foi abordado com reservas de aprofundamento, retomo o assunto, com o intuito de buscar elucidar pontos deixados pendentes e não questionados, como por exemplo as críticas do período da adoção da bandeira atual, tendo o jornalista Eduardo Prado (1860-1901), ferrenho monarquista, produzido um livro rebatendo as justificativas dos adeptos do positivismo fundadores do atual pendão brasileiro. Além disso, acrescento informações sobre a bandeira imperial, de cuja estrutura a atual é herdeira; informações de estudiosos da árvore do pau-brasil, que deixam evidentes as características da árvore origem do nome deste país, e as influências que as manifestações visuais provocam nos indivíduos, que não são simples formas elaboradas e desenvolvidas atiradas ao acaso.

Em qualquer dicionário há uma mostra que o vocábulo brasil está ligado à cor vermelha, mas na bandeira não existe qualquer referência a esta cor. Logo esse lapso semiótico – patológico? – se torna um validador ou revalidador do meu questionamento. É simples: a origem do nome do país é proveniente de pau-brasil (*Caesalpinia echinata* Lam.), vegetal explorado pelos portugueses, franceses e holandeses entre o século XVI e o século XIX (Souza, 1984 apud Rocha, 2004, p.105), fortemente consumido para a manufatura de pigmento vermelho tanto pa-

ra tingimento de tecidos, quanto para colorir iluminuras daquele período – tanto que era também conhecido como pau-de-tinta. Na linguagem dos Tupi, a árvore era chamada Ibirapitanga (ybirá: “pau” ou “árvore”; pitanga: “vermelho”)¹.

É interessante observar que o designer Alexander Wollner² aponta erros na concepção formal³ de nossa bandeira, afirmando que ela carrega consigo um caráter antagônico, a estrutura faixa e palavras estão conflitantes entre si e com o todo da fâmula. Se a bandeira é o nosso símbolo máximo, e este, de alguma maneira, deve destacar os aspectos ideológicos, perceptivos e os psicológicos da população brasileira, então se trata de um símbolo falho.

Mas por que a ausência da cor vermelha na bandeira brasileira, se esse elemento primordial corrigiria os prováveis e explicitados problemas simbólico/semióticos, design/estrutural e perceptivo/psicológicos?

Em diversas entrevistas com pessoas de várias camadas, observo a existência de uma série de preconceitos para com a cor vermelha, algo que por vezes beira a intolerância, dependendo do indivíduo que a expresse. Na verdade, a cor vermelha se tornou algo rejeitado desde o tempo de Dom Pedro I, quando foi concebida a bandeira imperial. Uma cor primeiramente preterida por ser relacionada à simbologia de Portugal; depois, ligada ao movimento da Internacional Comunista e, hoje, por ser a cor-símbolo de um par-

¹ BUENO, Eduardo. Pau-brasil. São Paulo: Axis Mundi, 2002. p.31.

² Wollner é pioneiro e ativista do design no Brasil. Em 1950 participou de curso organizado por Pietro Maria Bardi, Lina Bo Bardi e Jacob Ruchti no Instituto de Arte Contemporânea, evento cujo objetivo era fomentar a “arte industrial”. Cursou de 1955 a 1958 na Escola de Ulm. Em 1962, tornou-se professor do programa de tipografia organizado pelo Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiro. Na época participou da formulação dos princípios pedagógicos norteadores da ESDI, Escola Superior de Desenho Industrial do Rio de Janeiro, no período de 1963 a 1998, ano em que se aposentou como professor titular de projeto em comunicação visual. Dentre seus trabalhos destacam-se os logotipos para: “Argos Industrial” (1959), “Metal Leve” (1963), “Eucatex” (1967), “Promax” (1970), “Cofap” (1971) e “Fechaduras Brasil” (1987). Na criação de cartazes, como exemplo, os comemorativos dos 60 anos da USP (Universidade de São Paulo) e dos 31 anos do Museu de Arte Contemporânea. Em 2003 lançou um livro sobre os 50 anos de carreira: WOLLNER, Alexandre. Design visual 50 anos. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

³ Citados pelo designer em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo (segunda-feira, 14 de julho de 2003, Caderno2), quando do lançamento de seu livro comemorativo.

tido popular, o PT, partido com alto índice de rejeição nas classes média, média alta e alta da população.

Outro grande problema é a fórmula positivista da expressão escrita “Ordem e Progresso”, originária da filosofia positivista do francês Auguste Comte: “O Amor por princípio, e a Ordem por base; o Progresso por fim”. Além disso, existe o pasticho das estrelas no círculo azul, elementos certamente inspirados na bandeira dos Estados Unidos, com a faixa central que corta a “abóbada celeste” oriunda da esfera armilar símbolo de D. Manuel I, rei de Portugal, quando da descoberta deste território pelos lusitanos em 1500.

E por que, num determinado momento, o símbolo máximo do nosso país tornou-se para alguns objeto de questionamento, contestação e crítica, e continuou a ser o que é? Será válido o posicionamento de maneira severa quanto ao que se convencionou, no final do século XIX, precisamente em 19 de novembro de 1889, chamar de Bandeira da República dos Estados Unidos do Brasil, atual República Federativa do Brasil? Até que ponto o decantado “lindo pendão da esperança” cumpre ao que se destina, como baluarte de um povo e território habitado?

Sendo o objeto bandeira um emblema supremo utilizado por todos os países como forma de identificação, comunicação e ação representativa das nações no quadro das atividades internas e internacionais, ela é o “cartão de visita”, a identidade suprema. Logo, quanto mais se torna marca registrada das populações que lhe servem de esteio e valorização, mais reconhecida e respeitada ela será pela comunidade das nações. Para isso, uma bandeira deve ser a mais representativa do lugar do qual se faz símbolo. Porém, aqui, neste país, há uma flâmula que não tem, na sua composição, algo que faça conexão com o que significa o próprio no-

me. Este fato pode lhe conferir um estado de anomalia simbólica e, com isso, uma perda de impacto visual e temático, comunicacional, filosófico e cultural.

No contexto internacional, as bandeiras sempre estão à mostra identificando os membros de uma reunião de chefes de Estado, competições esportivas, feiras internacionais de comércio etc. Seria possível mantê-la inexpressiva e sem força simbólica, já que não fundamentada numa construção estética coerente e representativa? Este fato traz ou não conseqüências junto à população que pode, de alguma maneira, sentir que algo está errado?

Sabendo das conseqüências que os estímulos psicológicos, tanto da forma quanto da cor, exercem na psique humana, nesta pesquisa pretendo determinar, baseando-me em estudos já reconhecidos sobre a cor e a forma, os pontos perceptivos fundamentais da ocorrência desestimuladora surgida da formatação atual da bandeira nacional. Reúno essas informações aos conhecimentos psicológicos da percepção gestáltica, utilizando inclusive "cartilhas" nas quais os publicitários dispõem informações de como aplicar o uso de cores e formas com o intuito de convencer e induzir o consumidor a aduirir um dado produto, mostrando o quanto é evidente o uso das formas e cor com a intenção de "ganhar" adeptos para seus produtos mercadológicos. Obviamente, com este trabalho a minha intenção não é "ganhar" o consumidor, mas buscar um vero simbólico que pode contribuir para uma integração maior ao estado de espírito brasileiro.

A análise desses artifícios se torna fundamental para se entender o quanto uma formatação ou construção/concepção visual exerce influência em quem capta um signo visual, e, além disso, que tal signo é criado com o intuito de ser apreendido com a maior facilidade possível. Logo, no plano da comunicação, e principalmente na comunicação visual, nada é feito sem uma finalidade marcante e determinada.

Quando se pensa um símbolo, signo e imagem, está-se lidando de fato com as primeiras formas de comunicação visual humana. Antes de tudo, um signo, enquanto imagem perceptiva, é compreendido por um processo sintético, determinado e específico. Isto se dá pela simples contemplação, o instante de captação, apreensão e vivência interpretativa, da criatividade e o momento no qual é comunicado. Agindo lado a lado com os estímulos recebidos, ao contemplar me torno coautor da obra ou imagem contemplada, pois o ato de sentir torna-se deste modo o próprio ato criativo.

Para as informações histórico-culturais tanto da bandeira enquanto elemento simbólico geral dos povos e idéias, e particularmente da bandeira nacional brasileira, o autor Raimundo Olavo Coimbra é uma grande fonte de reflexão. Em seu livro *A bandeira brasileira – raízes histórico-culturais*, há todo o desenvolvimento deste símbolo universal nos períodos civilizatórios da humanidade e, particularmente, o processo de evolução das flâmulas portuguesas até o advento do atual estandarte do Brasil. Tirei deste autor observações sobre a história das diversas configurações das bandeiras lusitanas – cuja característica era a de sempre serem modificadas pelos soberanos que assumissem o poder – com o intuito de compreender a maneira pela qual chegamos à atual bandeira nacional. Temos toda uma herança portuguesa não somente na língua falada, mas nos aspectos emblemáticos, simbólicos.

Ao serem tratados os temas da percepção, conteúdo formal na composição, cor e mensagens da imagem visual, utilizo os trabalhos de Rudolf Arnheim, Mário Pedrosa e de Donis A. Dondis, que discutem, avaliam e ponderam acerca do processo como vemos e percebemos, vivenciamos, construímos e observamos um trabalho visual, uma imagem. Nestes autores, temos estudos sobre o

quanto as linguagens visuais como agentes comunicadores, expressivos e até doutrinários, geradores de estímulos que, de alguma maneira, motivam comportamentos e atitudes (tanto positivos como negativos), muitas vezes independentes da bagagem cultural de quem os recebe. As formas, enquanto manifestações estéticas, possuem qualidades intrínsecas que podem comandar reações afetivas no espectador; logo, sendo a bandeira um símbolo/signo possuidor de formas específicas, sempre presentes nas manifestações diárias sociais, gera por si só um resultado intelecto-comportamental e cultural na população. Esse derivar, sendo positivo ou negativo, será fruto de análise e reflexão, seja a respeito do estandarte atual, seja com referência ao conceito projeto para a bandeira que apresentarei.

No período da instituição do atual pavilhão nacional, um movimento político-filosófico, o positivismo, animava a mente do grupo republicano que lutava contra o sistema monárquico vigente no poder. A partir do trabalho de João Ribeiro Júnior (*O que é positivismo*) é possível adquirir informações sobre aquela escola filosófica idealizada por Auguste Comte e estabelecer os nexos com a nossa bandeira, da mesma maneira que a doutrina liberal, base ideológica dos integrantes da corte imperial brasileira. Então, deste autor me apropriarei de conceitos da doutrina positivista e dos relatos histórico-político-filosóficos do período final do Império, para demonstrar a forte influência que a doutrina filosófica de Comte exerceu junto aos militares, políticos e intelectuais no último quarto do século XIX, como que os republicanos se utilizaram dos ideais positivistas para se posicionarem como um grupo, buscando conquistar o poder político-doutrinário do País. Do próprio Comte, em um dos seus livros, no qual expõe suas idéias de como reorganizar a socieda-

de são retirados conceitos básicos que levaram ao desencadeamento do golpe militar que instituiu a República como forma de governo ao Brasil, da qual a atual bandeira é cria fidedigna.

Como esse trabalho, porém, não se propõe somente apontar e ponderar a respeito dos problemas existentes na atual bandeira brasileira, mas apresentar um novo projeto de pendão, a utilização de trabalhos dos autores René-Lucien Rousseau, Israel Pedrosa, Modesto Farina e Luciano Guimarães, estudiosos da cor, torna-se de vital importância, visto que é nas cores que reside o principal problema e a básica solução do lábaro brasileiro. Esses autores mostram como cada elemento do espectro cromático possui uma linguagem, uma informação, um sentido de vida, estímulos próprios e particulares, algo a ser entendido de diversas maneiras e com finalidades múltiplas, mas que em si mesmo se constitui num símbolo, numa locução, num diálogo com o indivíduo, numa mensagem à sociedade e ao mundo. A cor é antes de tudo uma forma de expressão possuidora em sua vibração cromática e eletromagnética com poder de penetrar na retina criando ressonância na consciência e no íntimo de quem a observa e vivencia.

Mas dentre as inúmeras cores do espectro serão enfatizados especialmente os matizes azul e vermelho, centrais na problemática levantada nesta dissertação. Sem esquecer obviamente o verde, o amarelo e o branco, porém de maneira secundária ou como suporte, pois estão presentes e são agentes perpetuados da bandeira nacional imperial à atual, e participam de todo o processo comunicativo, perceptivo e doutrinário embutido na estrutura formal e filosófica do estandarte.

No primeiro capítulo, apresento a história da bandeira enquanto instrumento de inúmeras utilizações e finalidades; o seu desenvolvimento enquanto alegoria e emblema, marca de identidade através dos períodos do desenvolvimento da humanidade, quando o ser humano veio se consolidando como criatura social, agente dentro de um conglomerado de indivíduos e comunidades. Como, sob a égide deste símbolo se, construiu e constroem grupos de indivíduos, nações, impérios e civilizações, expressando a cultura e os comportamentos, regras e destinos. Reflito acerca de como essa insígnia foi se solidificando e sendo transformada até chegar à configuração comumente usada nos dias atuais, tanto como signo de poder e como expressão popular, individual ou coletiva. Do estandarte de mosaico de Ur aos estandartes das legiões romanas, passando pelo uso filosófico/mitológico das bandeiras na Grécia clássica, aos ramos na entrada triunfal do Cristo na cidade de Jerusalém, às bandeiras tremulando nos estádios nas olimpíadas da era moderna, ou nos protestos ou manifestações políticas e culturais em todas as partes do mundo contemporâneo.

No segundo capítulo, mostro o desenvolvimento histórico das bandeiras lusitanas, que legaram uma simbologia toda particular, até chegar ao atual pavilhão nacional brasileiro. Tal evolução ocorre num desenrolar de acontecimentos que se fazem pautar com o incremento de uma bandeira particular, até a criação de uma paleta cromático-simbólica, conjuntamente à pictografia heráldica dos lusitanos, retida e semi-alterada pelos revoltosos republicanos brasileiros. “As sete críticas maiores à bandeira” evidenciam o que aconteceu tanto no período da Proclamação da República como posteriormente, quando aparece Eurico de Goes, forte crítico da bandeira positivista, vindo até as críticas nos dias atuais.

O terceiro capítulo é um estudo detalhado da atual bandeira brasileira, apontando os problemas nela existentes, utilizando especialmente uma entrevista feita por mim com Alexandre Wollner. Além deste exame, emprego a análise das respostas de um estudo de campo, realizado através da internet⁴ com pessoas de diversas áreas de atuação profissional e com escolaridades distintas. Utilizando como referência e justificativa conceitos estabelecidos por teóricos da comunicação, da percepção, do design e da cor, é desenvolvida toda uma comparação em que se torna possível identificar claramente as falhas tanto heráldicas, quanto de comunicação, informação, simbólica e semiótica.

Desenvolvo uma análise da configuração forma/cor da bandeira baseada nas afirmações de autores já citados, referentes à percepção visual/gestáltica, mostrando o quanto a atual flâmula brasileira está fora dos padrões do que se poderia chamar de um bom design, de uma correta configuração e de uma estética realmente comunicativa e simbolicamente verdadeira.

Numa análise comparativa com outras bandeiras nacionais de países distintos, procuro evidenciar que a nossa bandeira pode perder em impacto visual. Existe o fato dela poder se anular por lhe faltar vibração? Isto também será analisado. Se no contexto internacional as bandeiras sempre estão à mostra, como é possível mantê-la expressiva atribuindo-lhe significado?

No quarto e último capítulo, apresento um projeto de bandeira, no qual busco colocar a presença cromática do pau-brasil. No período da florescência, o vegetal apresenta basicamente três cores, das quais uma delas é profundamente significativa, pois lhe atribui característica e uso singular. Cito ainda algumas propostas de modificação da bandeira, acontecidas tanto no período após a

⁴ <www.rickardo.com.br/pesquisa>

deposição do regime imperial e mais recentemente, de forma a apontar um problema existente, reforçando-o.

Utilizei-me de um livro de Eduardo Bueno e de entrevista com um professor ligado à Universidade de São Paulo, Prof. Dr. Yuri Tavares Rocha, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, que realizou tese de doutorado sobre a planta pau-brasil.

Com a utilização de conceitos ligados às formas geométricas que foram a mola mestra da Bauhaus, da mesma maneira com as informações perceptivas de Arnheim, Dondis, e Pedrosa e dos conhecimentos a respeito das cores com os autores citados, traço justificativas ao que eu apresento como sendo uma das possíveis soluções à problemática apresentada neste trabalho. Daí, portanto nós poderemos constatar a importância essencial, a profundidade significativa que pode conter um pedaço de tecido colorido ao vento...



Figura 1: A Pátria.⁵

⁵ BRUNO, Pedro. A Pátria. Séc XX. Original de arte, óleo sobre tela. Coleção do Museu da República, Rio de Janeiro. Este quadro foi usado na antiga nota de duzentos mil cruzeiros do antigo dinheiro brasileiro. Disponível em: <<http://www.brasilrepublica.com/bandeiranacionalbr.htm>> Acesso em: 24 ago. 2005, 15:55.

Capítulo 1

Uma história da bandeira

Antes de descrever o processo histórico da bandeira, é conveniente e necessário sabermos de onde o termo surgiu, para daí avançarmos nos assuntos pertinentes a este trabalho. O étimo ou vocábulo que constitui a origem da palavra bandeira é a palavra gótica BANDVJA ⁶, que a princípio significava “sinal”, vindo depois a significar “grupo de pessoas seguidoras de um mesmo sinal”, isto é, o significado começou a ter uma relação de compreensão ou também uma relação de dependência. O étimo mais próximo é a palavra latina BANDARIA, para daí surgir no português o vocábulo BANDEIRA.

O estudo das bandeiras é chamado de vexilologia, termo criado por volta de 1957 pelo estadunidense Dr. Whitney Smith⁷, e provém de vexillum, nome dos estandartes utilizados no exército romano. Whitney Smith é o autor da bandeira da Guiana.



Figura 2: Bandeira da Guiana.

⁶ Pode ser presumido ser esta palavra derivada da raiz sânscrita bandh que possui os seguintes significados: ligar, fixar, reunir, capturar, construir, quase todos próximos da idéia de bando – um grupo de pessoas reunidas.

⁷ Smith (1940 -) fundou em 1962, o Centro de Pesquisa de Bandeiras (Flag Research Center) em Winchester, Massachusetts, EUA. Ele também representou um papel importante na fundação da Associação Vexilológica Norte Americana (AVNA) em 1967. Smith escreveu diversos livros sobre o tema das bandeiras, em especial Flag Lore of All Nations, Flags Through the Ages and Across the World, e The Flag Book of the United States. Smith é o criador da bandeira nacional da Guiana e trabalhou como consultor de design para vários governos e organizações. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Whitney_Smith> Acesso em: 11/08/2005.

Há uma série de sinônimos para a palavra bandeira, alguns coerentes, outros nem tanto; existem poucos nos quais as substituições do vocábulo são tecnicamente corretas sem perder o sentido global e específico do termo. Vejamos os de possível uso: **auriflama**, no sentido particular define um antigo estandarte vermelho dos reis da França, porém, no sentido figurado e poético, pode ser sinônimo de bandeira; **balsa** ou **bal-são**, historicamente usado como definição do estandarte dos Cavaleiros Templários na luta contra os mouros; com isto, passou a ser denominação de qualquer insígnia conduzida com o exército em marcha; poeticamente, sinônimo de bandeira; **emblema**, cujo sentido próprio é figura, símbolo, passando a significar insígnia e posteriormente bandeira; adquire o significado de bandeira; **galhardete**, bandeira farpada posta como adorno ou para sinal do alto dos mastros; bandeira em forma de trapézio empregada para fazer sinais, bandeira para ornamentação de ruas ou de edifícios em ocasiões festivas, flâmula, pendão; **insígnia**, adorno emblemático de soberanos, prelados e outras autoridades; sinal distintivo de uma função, de dignidade, posto, comando, poder, de nobreza; símbolo, emblema, divisa; **lábaro**⁸, estandarte militar usado entre os romanos no tempo dos últimos imperadores, mas ganhou significado de bandeira, estandarte, pendão; **pavilhão**⁹, no sentido figurado, símbolo de uma nacionalidade; **pendão**, grande bandeira em cruz ou verga que se leva à frente de algumas procissões religiosas; símbolo ou emblema de um grupo, de uma doutrina, de uma causa; **signa**, sinal distintivo; bandeira, estan-

⁸ "Brasil, de amor eterno seja símbolo / O lábaro que ostentas estrelado" (Osório Duque-Estrada, Hino Nacional Brasileiro).

⁹ "Os navios de Duclerc traziam o pavilhão francês".

darte, insígnia, pendão, sina; **sina**, bandeira militar, insígnia; **vexilo**¹⁰, um grupo e um sinal do grupo, bandeira, estandarte. Podemos ver, também, quando a palavra deixa de ser sinônimo de algo material, concreto, e começa a significar uma causa, uma luta, uma idéia, por exemplo: “Levantai bandeiras da altivez! Avante com braços e cabeças erguidas, mesmo sem cedilha ou sem acentos gramaticais, sejamos fortes, sejamos raízes, sejamos radicais.”.¹¹

Quando um grupo de indivíduos é denominado bandeira é porque segue uma bandeira; a bandeira-sinal é parte da bandeira-grupo; esta bandeira-sinal é consequência de uma bandeira-grupo. Temos na história colonial brasileira os bandeirantes, desbravadores do sertão do país; aqui, o termo significava e significa, historicamente, indivíduos pertencentes a uma expedição. O termo “bandeirante” atualmente também significa uma menina ou mulher que pertence à Federação de Bandeirantes do Brasil, ou que se dedica ao bandeirantismo, sistema de atividades baseado no escotismo.

A essência da bandeira é ser símbolo de um grupo étnico-cultural ou, preferencialmente, símbolo pátrio. Na atualidade, ela avança para outras finalidades ou usos, utilizada em diversas ocasiões, para motivos diversos, sejam festivos, políticos, ou esportivos. Por ser um símbolo que denota identidade, a bandeira traz consigo uma gama enorme de expressões e manifestações, cuja finalidade é se fazer notar, comunicar algo a alguém, tal como reivindicar ou protestar, saudar ou vilipendiar. Atualmen-

¹⁰ “o estandarte do clube, o vexilo das Violetas embrulhado em papel” (João do Rio, Vida Vertiginosa, pp. 149-150).

¹¹ Disponível em: <http://www.jornalexpress.com.br/noticias/detalhes.php?id_jornal=6378&id_noticia=675>. Acesso em: 28 ago. 2005.

te se posiciona efetivamente como um dos instrumentos de expressão, comunicação e identificação de mais simples e fácil uso¹² pela população em geral.

Diante de países estrangeiros, a bandeira desfruta de certos direitos internacionais, quaisquer que sejam suas características. Existe um código de respeito pelos emblemas territoriais no campo político internacional. Se um governo afronta uma bandeira de outro país de maneira pública, isto será tomado como provocação, insulto, ofensa grave, podendo provocar conflito de todas as naturezas; já o inverso é verdadeiro: se uma nação reverencia a bandeira de outra, isto é sinal de amizade e aliança política.

Para os habitantes de um determinado país, maior será a força expressiva, político-cultural, psíquico-filosófica do estandarte, quanto mais ampla e representativa for a pauta de elementos culturais nativos contidos no pavilhão pátrio; quanto maior a identificação, mais empatia é obtida e, com isso, maior harmonia das consciências sociais e cidadãs. Essa proximidade faz dele um instrumento catalisador de paixões, atividades e ideais; podemos vê-lo em qualquer atividade em que idéias que abarcam grupos sociais estão sendo manifestas e cultuadas. Ele é um emissor e um pára-raios poderosíssimo; sob sua representação, nações, reinos, civilizações viveram, lutaram, progrediram, desfrutaram e morreram. E em muitos casos, o estandarte os acompanhou, os acompanha e os acompanhará ao túmulo, sendo um abrigo alegórico e mítico.

¹² Aqui o adjetivo não se encaixa bem com a bandeira nacional brasileira, pois esta é complicada de ser confeccionada. Assunto tratado no capítulo 3.

A bandeira e a formação dos grupos humanos

Desde o alvorecer da humanidade aconteceu a necessidade de identificação dos membros/grupos/tribos entre si, pois cada um possuía uma característica, vivia num dado lugar, tinha seus códigos e comportamentos próprios. Assim como nos dias atuais, agremiações, sociedades, cidades, estados, países etc. buscam uma forma de símbolo que os identifique, diferencie e estipule uma simbologia ou um significado, uma marca de realce ou determinadora. Na gênese da raça humana, os primeiros agrupamentos ou tribos nômades tiveram que desenvolver algo que mostrasse aos demais: singularidades, diferenças, particularidades; algo que denotasse a segmentação grupal ou tribal, as “digitais” do bando. Desde modo, pertencendo a um grupo com diferenças, se tornava urgente um sinal para mostrar aos demais suas características, seus gostos, tendências, algo em que eles acreditassem e com que se identificassem.

Na medida em que as diferenças iam aumentando, criando distâncias de hábitos e costumes, vocabulários e atividades, essas uniões desenvolviam particularidades que de alguma forma criavam um universo imaginário conectado a algum elemento da natureza, enfim, o universo do entorno vivente. Uma árvore ou arbusto transformado em um símbolo; um animal, pelas características de uso ou comportamentais, poderia sintetizar estas tendências que se solidificavam, constituindo deste modo uma cultura toda particular. Por exemplo, a virtude de um animal, como a astúcia de um tigre, poderia denotar um estado de espírito de toda uma comunidade em particular – incluindo elementos mitológicos num período mais avançado da civilização. Com isso os outros grupos ou tribos saberiam de alguma maneira com quem

estariam se relacionando, pois aquele elemento caracterizava uma tendência de hábitos comportamentais ou culturais; assim ficava mais simples saber se era para correr ou era para ficar e coabitar, conviver.

O significado mais marcante da bandeira, nos dias de hoje, está ligado ao poder, a força, a conquista, o legado histórico, a filosofia dominante do grupo – aos supostos ideais pátrios. Logo, está profundamente ligada à guerra, à luta, à bravura do povo. Existe uma outra tendência, a de transformação significativa da bandeira como componente de paz. Um exemplo marcante atual é o da UE (União Européia), a bandeira azul com o círculo estrelado, denotando uma união com possíveis ares de irmandade. A mais significativa é a da ONU (Organização das Nações Unidas), pois de alguma maneira possui uma abrangência político-mundial maior do que as outras, que possuem um caráter individualizado por representarem nações particulares. Temos também as bandeiras da Cruz Vermelha Internacional, dos Jogos Olímpicos e outras organizações internacionais como o Greenpeace, para não falar de empresas que também a utilizam e não esquecendo das de caráter festivo, como nas festas de Reis no Nordeste, nas festas juninas, o porta-bandeira nas escolas de samba nos desfiles carnavalescos, nas torcidas nos estádios esportivos, nas manifestações partidárias. É difícil não ver uma bandeira tremulando em qualquer manifestação pública, não importando qual o tipo e para qual finalidade, mas sempre de algum modo com função sinalizadora, identificadora.

Nas artes plásticas temos, Volpi e suas bandeirolas no limiar da figuração com o geométrico abstrato; no Romantismo de Delacroix, na tela A liberdade guiando o povo (1830) ; no tempo dos impressionistas, Monet tanto no quadro O Terraço de 1867, quanto em A Rua Saint-Denis, festa do 30 de Junho de 1878 (1878) e mais recentemente na Pop Art, com Jaspar Johns e sua tela Bandeira

branca (1955-58). De qualquer forma, a bandeira se tornou um elemento de profunda significação na sociedade humana – e quando somente um pano branco é sinal de paz ou rendição, já é algo consolidado como um símbolo universal.

Porém, de onde veio historicamente, documentalmente, esse símbolo universal? A publicação do IBGE, *A Bandeira do Brasil – raízes histórico-culturais*, de Raimundo Olavo Coimbra¹³, tem essas informações. Apesar de afirmar ser impossível, no dado momento científico da humanidade, saber precisamente quando e onde ocorreu a aparição do objeto bandeira, assim como outros objetos simbólicos de poder: anel, coroa, cetro, trono etc. Pode-se pensar, tendo como base dados arqueológicos, que o primeiro uso já teria sido feito pelos homens primitivos. Segundo Coimbra, o uso surgiu instintivamente, e não por convenção explícita, tendo sido um ato mais de imitações individuais sucessivas do que por determinação única de um líder ou de uma convenção grupal. Havendo mais ânsia de comunicação, de ação e de festa, do que de vontade político-administrativa.

De qualquer forma, é o desenvolvimento natural da espécie, a fase ideográfica, quando o ser humano começa a se destacar das outras espécies, mesmo vivendo ainda em estado pré-lógico, quando os sons emitidos já indicavam dados abstratos ou sintéticos. Convém expor que o estado pré-histórico foi precedido pelas fases mímico-emocional (gritos e prantos), imitativa e onomatopaica (palavra cuja pronúncia imita o som natural da coisa significada – som fora do estado emocional). Partindo deste desenvolvimento oral paralelo com as manifestações pictóricas nas cavernas, o ser humano vai

¹³ 3. ed. ver. atual. e aum. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

descortinando seu mundo simbólico, no qual sua relação, tanto consigo próprio, como com os demais vai se transformando em cultura e civilização.

Basta vermos que a própria escrita do alfabeto é uma herança dos símbolos primitivos, pictográficos (desenvolvidos por esse homem das cavernas) chamados de arte rupestre. Vejamos abaixo como exemplo o desenvolvimento gráfico de três letras do alfabeto latino (A, H, M). Após os pictogramas, temos o alfabeto fenício, indo ao grego, ao latino antigo, e ao nosso atual.



Figura 3: Desenhos pré-históricos deram origem a sinais e letras.

O documento mais antigo sobre bandeira

Há documentos históricos que dizem que, depois de ter lido a narrativa do sacerdote babilônico Berosso, escrita no terceiro ou quarto milênio antes de Cristo, o arqueólogo inglês Sir Charles Leonard Woolley (1880 – 1960), começou, em 1927, a fazer escavações no local onde se dizia ter existido a cidade de Ur, a bíblica pátria de Abraão, na Caldeia, junto ao Rio Eufrates. Woolley achou um objeto muito importante para a compreensão da história antiga, o chamado Estandarte de Mosaico de Ur.

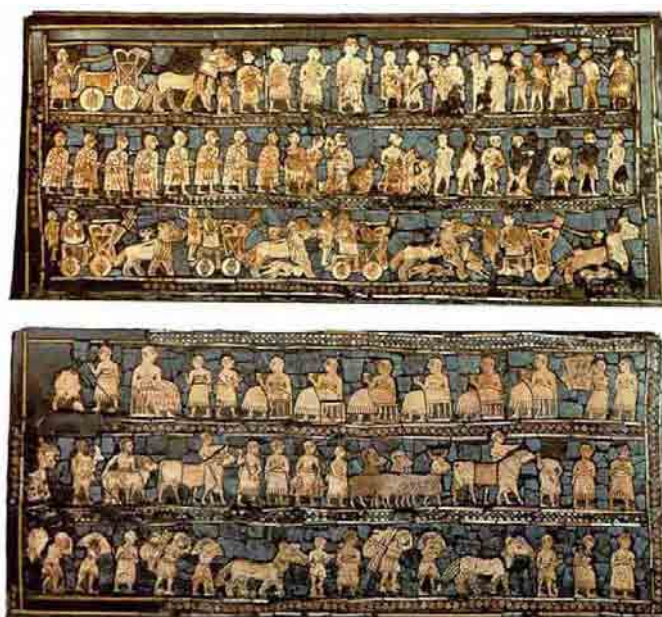


Figura 4: Estandarte de Ur.¹⁴

Este artefato, datado por Woolley como sendo de 3500 a.C, consistia de dois painéis retangulares com 55 centímetros de comprimento por 22,5 centímetros de largura, aos quais pertenciam outros dois pedaços retangulares. Supõe-se que esses painéis, firmados em um madeiro e levados à frente de procissões e cortejos, eram cobertos de grande número de figuras de mosaico de madrepérola e conchas sobre fundo de lápis-lazúli¹⁵. Neles se vê uma cena de banquete, de condução de animais ao sacrifício, de um grupo de prisioneiros, de um grupo de guerreiros e, finalmente, de carros de guerra, informando assim serem os sumerianos que os introduziram no fim do quarto milênio a.C.,

¹⁴ Garbini, Giovanni. O Mundo da Arte: Mundo Antigo. Expressão e Cultura. [S.l., 196?] p. 28.

¹⁵ O nome lápis-lazúli é de origem árabe. Do latim, a palavra significa "pedra azul". É composto principalmente pelo mineral azul de lazurita — aluminossilicato de sódio e cálcio com enxofre cúbico, do grupo da sodalita — e por quantidades pequenas de calcita e outros. Este silicato era muito apreciado pelos egípcios. Também foi largamente aproveitado pelos babilônicos, hindus e budistas. Usado na confecção de mosaicos, jarros e outros objetos.

uma enorme contribuição às estratégias bélicas que unificaram e esfacelaram gigantescos impérios de então: babilônicos, persas, assírios e macedônios.

A origem e o desenvolvimento da bandeira

Embora o mais antigo documento sobre bandeira seja o Estandarte de Ur (fig. 4), ele já se apresenta em um estado evoluído. Assim, de nenhum modo é o primeiro elemento existente deste símbolo universal. Ele representa o sinal de uma evolução, e um ponto de partida para a evolução subsequente, pois devemos entender que as necessidades do uso do símbolo surgiram muito tempo antes. Ele agora só se consolidava e se afirmava perante os costumes estabelecidos pela humanidade.

No Egito antigo, o que poderia se chamar de protótipo do lábaro já se apresentava, porém de forma muito rudimentar. Existiam primitivamente no Egito vários grupos ou tribos de origem afro-asiática que se uniram em nomos (comunidades independentes) por volta de 5000 a.C. Passado um milênio aproximadamente, esses grupos se uniram em dois reinos, o do Norte e o do Sul; o uso de um objeto como símbolo grupal já se apresentava nas origens dessas tribos. Era uma insígnia simples, um feixe de ervas amarradas a hastes, fácil de ser confeccionada, utilizada nas comemorações festivas e na caça. Era o nascimento da bandeira (com a união do humano e a terra) advinda da árvore, essência criadora e símbolo de proteção.

Num segundo momento, as ervas foram substituídas por outros objetos fixados na ponta de uma lança ou haste; por exemplo, uma cabeça de animal, às vezes amarrada com fitas. A simbologia do animal advinda de conceitos de

proteção, admiração ou origem primeira do grupo; um processo de adoração que se expressa pela palavra totem:

Em diversos povos e sociedades, animal, vegetal ou qualquer entidade ou objeto em relação ao qual um grupo ou subgrupo social (p.ex, uma tribo ou um clã) se coloca numa relação simbólica especial, que envolve crenças e práticas específicas, variáveis conforme a sociedade ou cultura considerada. (Aurélio, 2000).

Desde o princípio, a natureza inteira foi a grande fonte de inspiração na concepção deste símbolo: a terra e o céu, as plantas e os animais. Eram projetos com conteúdos artísticos audaciosos, revelando um grande anseio humano de identificação com a natureza, numa forma pura de animismo¹⁶, sendo estranha à cultura atual em um sentido profundo, porém com alta expressão filosófica na mentalidade dos povos de então. Temos os exemplos recentes de uso de elementos da natureza, além do Brasil com a atual bandeira e as estrelas/constelações: a dos Estados Unidos, que inspirou diversas bandeiras que utilizam estrelas; diversas bandeiras de países mulçumanos com a estrela e a lua em crescente; as bandeiras da Argentina e o do Uruguai com o sol, o Líbano com a árvore do cedro etc. Porém, sem dúvida nenhuma, foi a civilização egípcia que se utilizou dos elementos da natureza, principalmente os animais, como representantes das divindades e suas características peculiares. Por exemplo, o falcão representando o deus Hórus, provavelmente a primeira criatura viva a ser adorada no vale do Nilo. Pelas suas característica de vôo altaneiro, ele se assemelhava a um ser companheiro do sol, e nestes arroubos de imaginação se tornou um simulacro do sol percorrendo os céus diariamente.

¹⁶ Cada uma das doutrinas que afirmam a existência da alma humana, considerada como princípio e sustentação de todas as atividades orgânicas, especialmente das percepções, sentimentos e pensamentos. (Houaiss, 2001)

Seguindo no processo de evolução, e as fitas que amarravam ou fixavam os objetos nos mastros, flechas e hastes, começam a se destacar e a receber pinturas, sendo somente fixadas nos mastros já naquele período. Um exemplo de adereços flutuando ao vento, sem a representação de animais ou plantas, é encontrado na fachada do Templo de Edfu – Templo de Hórus, construído de 237 a 57 a.C., no Egito.

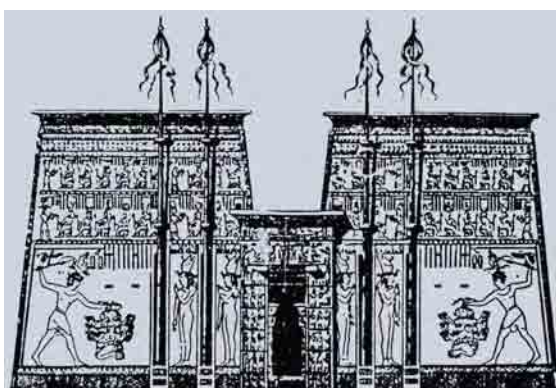


Figura 5: Templo de Edfu.

São quatro hastes com tiras de pano esvoaçando, expressão de festa e de culto. Assim, contextualizando-se como elemento étnico, a bandeira vai se desenvolvendo. Da relação insígnia-deus facilmente passou-se à relação insígnia-rei, entendendo-se a crença de ser o governante o representante da divindade entre os mortais.



Foto 1: Templo de Hórus em Edfu.

Com o passar dos anos, o caráter pessoal da bandeira foi sendo reforçado com a criação dos estados nacionais. Por exemplo, é possível citar as mudanças dos pavilhões a cada novo governante ou regime político, como será visto mais adiante, quando serão mostradas as modificações das bandeiras utilizadas pelos portugueses, tanto no desenvolvimento político daquela nação como no território colonial brasileiro, passando pela alteração da bandeira imperial até a atual bandeira republicana. Um fato ocorrido recentemente, e que nos serve de exemplo incontestável, foi a mudança da bandeira da África do Sul, após o fim do período do Apartheid em 27 de Abril de 1994¹⁷ com a eleição de Nelson Mandela. Podemos notar que a atualização trouxe mais alegoria, cor ao símbolo:



Figura 6: Bandeira sul-africana de 1928-1994.



Figura 7: Bandeira sul-africana atual.

Avançando no desenvolvimento deste objeto político-cultural, temos a descoberta feita pelo francês Auguste Mariette¹⁸ em 1850: o túmulo de Ti, datado de 2600 a.C. Ti era uma espécie de ministro com várias funções, sendo a mais notória delas as relativas a Indústria e dos Transportes. Foi encontrada entre os objetos de Ti uma preparação de linho, o que trouxe à tona a idéia das fitas como complementos, e mais tarde a substituição dos objetos sólidos dos primórdios da bandeira. A construção naval naquele período possibilitou remon-

¹⁷ Disponível em: <<http://www.nationmaster.com/encyclopedia/Flag-of-South-Africa>>. Acesso em: 01 ago. 2005.

¹⁸ Descobridor do Templo de Edfu.

Disponível em: http://www.mnsu.edu/emuseum/information/biography/klmno/mariette_auguste.html
Acesso em: 01 ago. 2005.

Jerusalém em 587 a.C. Esse aspecto religioso ficou ressaltado na construção do Templo de Marduk, dividido em duas partes: o templo baixo e o templo alto. O segundo era uma espécie de morada do deus, uma espécie de Sancta Sanctorum dos judeus. Uma procissão percorria uma estrada (Estrada de Marduk) construída entre os complexos e a cidade. Durante os períodos de celebração, esta via era ornada com insígnias, estandartes e flâmulas coloridas e esvoaçantes; uma demonstração cabal da utilização da bandeira no universo cívico-religioso.

Uma ligação interessante entre essa distante civilização e a nossa atual está no fato de ter existido, à porta da cidade de Babilônia, dois grandes edifícios, com relevo de 575 animais. Destacavam-se o touro, o animal sagrado de Ramman, deus do tempo, e o Sirusch, o dragão:

(...) ente fabuloso, sagrado até para Marduk, o chefe dos deuses. Era um quadrúpede, de pernas altas, com o corpo coberto de escamas, longo pescoço e cabeça de serpente com grandes olhos. De sua boca projetava-se a língua bipartida, e tinha um chifre no meio do crânio chato... Era o dragão de Babilônia. (CERAM, 1956, p. 257 apud COIMBRA, 2001, P.47-48).



Figura 8: Dragão da Babilônia, aos pés de Marduk.

Esse símbolo do dragão conservar-se-ia como símbolo de povo forte, permanecendo através dos séculos e constituindo-se numa peça única da primeira bandeira dos lusos e está presente nos estandartes regimentais bri-

tânicos modernos, na bandeira do País de Gales. Foi símbolo no cetro imperial brasileiro, e é titular e símbolo dos nossos Dragões da Independência.



Figura 9: A primeira bandeira dos lusos.



Figura 10: A bandeira do País de Gales.²⁰

Chineses

Os processos de escrita evoluíram de forma independente, isto é, internamente nos povos que a desenvolviam, mas com a bandeira o processo ocorreu de forma distinta. Houve grande influência entre os povos, de um reino, nação, país, isto é, o incremento da utilização foi se dando de modo não oficial, mas por assimilação e adoção utilitária. Assim pode-se perceber o desenvolvimento de um modelo primitivo para outro mais moderno. Desde os primórdios, esse fenômeno ocorria, tendo sido incrementado mais atualmente, quando vemos muitas influências entre os povos; por exemplo, a bandeira americana influenciou muitos designers. A bandeira paulista²¹ é um exemplo cabal deste fato; Libéria, Grécia, Uruguai e Malásia sofreram influência evidente da estadunidense.

²⁰ Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Wales_flag_large.png > Acesso em: 13 ago. 2005, 12:50.

²¹ No quarto capítulo é comentada essa similitude da bandeira de São Paulo de forma mais aprofundada.

Com a China não foi diferente, pois recebeu contribuição cultural tanto do Egito como da Mesopotâmia: um exemplo deste é a Bandeira Imperial Chinesa, em que se observa o dragão azul.



Figura 11: Bandeira imperial chinesa.²²

Na época da dinastia Shang (1600 – 1030 a.C.) com a capital em Anyang, já se produzia a seda, com larga comercialização, utilizada na manufatura de bandeiras. E assim como no Egito, eram pintadas nas fitas as figuras que encimavam as hastes e as lanças.

As mais antigas insígnias apresentavam pássaro vermelho, tigre branco e principalmente dragão azul. Eram carregadas em carros puxados a cavalo como estandarte militar e, por ocasião de vitórias, penduradas nos muros das cidades vencidas. Também entre os chineses, as insígnias eram utilizadas como meio de comunicação da coletividade alegre e agradecida diante da divindade protetora.

A bandeira era tratada com reverência, tinha os mesmos atributos do imperador, algo sacralizado. Era confiada ao general mais valoroso e destemi-

²² LUZ, Milton, 1999, p.29.

do em batalha. Cita Coimbra²³ que, em 660 a.C., um dos palacianos foi punido por ter deixado cair o artefato diante de um superior. A diversidade de bandeiras foi muito grande no que se chamou de “época dos reinos combatentes” (480 – 221 a.C.) em que existiam diversos pequenos feudos. Somente em 221 a.C., Chín Shih Huang-ti, rei do estado de Chín, submeteu os outros governantes, dando início à Dinastia Chín, e fundando um império que durou até 1912 d.C., ano da proclamação da República. Em 1949, a guerra civil dividiu a China em China nacionalista - Taiwan ou Formosa — República da China e China comunista — República Popular da China; cada uma com sua bandeira, refletindo um apelo político-cultural distinto.



Figura 12: Bandeira da China Comunista.

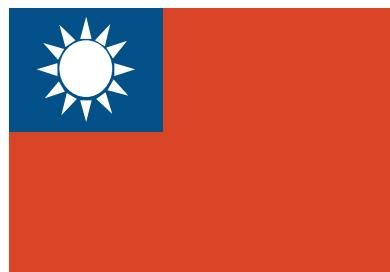


Figura 13: Bandeira de Taiwan.

Hindus

Existe a dificuldade de se relatar historicamente acerca da bandeira na Índia primitiva, pois nem sempre é possível distinguir o que é símbolo étnico-cultural e o que representa figuras de efeito mágico-catártico. Existe a certeza relativa aos costumes hindus de carregarem insígnias em carros e elefantes, assim como da importância da bandeira em campo de batalha — a queda significava,

²³ COIMBRA, Raimundo Olavo. A Bandeira do Brasil: Raízes Histórico-Culturais. 3ª edição ver, atual. e aum. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

entre as tropas, confusão e início de derrota. Existem documentos que registram a existência de bandeiras como as utilizadas por nós, ocidentais, feitas de algodão, sendo na Índia o substituto da seda empregada na China e do linho usado no Egito. Mas o formato freqüentemente era triangular, um pouco similar da atual bandeira nepalesa. As cores eram de preferência a escarlate ou a verde, com emblemas dourados, predominando, como em outros lugares, a figura do dragão ou a roda – símbolo solar e do poder real e judiciário, adotado pelo budismo; assim como do Sansara, o ciclo do carma que a alma faz sucessivas reencarnações até alcançar a purificação.

No período sob o domínio de Asoka (272 – 230 a.C.), o rei monge, iniciou-se um reinado sangrento e orgiástico, ligado às diversas guerras de conquista acontecidas à época. Isto ocorreu devido ao modo de vida deste monarca, antes de se converter fervorosamente ao budismo. É neste momento que a bandeira aparece pela primeira vez ligada a competições esportivas: corridas de cavalos e de touros, combates entre feras e gladiadores. Tudo muito semelhante a um circo romano ou às arenas espanholas, ou ainda aos estádios de futebol repletos de bandeiras desfraldadas e, nas competições olímpicas, aos pavilhões nacionais de caráter oficial. Após a mais cruel guerra de Asoka, travada contra Calinga, reino situado na costa oriental da Índia no ano de 261 a.C. – quando foram vitimados cem mil guerreiros inimigos e duzentos mil escravos –, o remorso se abateu contra o soberano que se converteu ao budismo e promulgou um código de leis inspirado na “Regra de Ouro de Buda”, da não violência contra toda e qualquer espécie de vida. Aquele que antes levantava a bandeira para disputas sangrentas, repetia o gesto, porém para a paz, a harmonia e a concórdia entre os povos e todas as espécies vivas. Gandhi retoma essa bandeira da não-violência instaurada na Índia

pós-colonial, cujo símbolo hoje é a ancestral “Roda de lei na Capital do Leão do Samath”, falando de amor universal no centro de sua flâmula.



Figura 14: Bandeira da Índia.

Como exemplo da utilização da bandeira em um carro de batalha podemos ver uma pintura que ilustra o tradicional livro filosófico da cultura Vaishnava²⁴, da Índia, o Bhagavad-gita, contendo a essência do Conhecimento Védico, no qual o Senhor Krishna se coloca na posição de quadrigário de Arjuna, na batalha de Kurukshetra, ensinando o conhecimento libertário transcendental.



Figura 15: Krishna e Arjuna na Batalha de Kurukshetra.²⁵

²⁴ O Vaishnavismo é a linha estritamente monoteísta do Hinduísmo. Embora lide com múltiplos aspectos de Deus e hierarquias subordinadas a Ele, que atuam nos diferentes aspectos de Sua criação, a idéia central da religião é estabelecer a relação com o Deus Uno. Dessa forma, a consciência do devoto transmuta-se de ‘consciência de ego’ para ‘consciência de Deus’, e ele torna-se um recipiente da graça divina. Só pela graça do Senhor é que a pessoa pode obter a salvação. Salvação significa liberação da existência condicionada nesse mundo material e ingresso definitivo no reino de Deus.

Disponível em: < <http://www.novagokula.com.br/filosofia.htm> > Acesso em 26 ago. 2005, 15:35

²⁵ Disponível em: < http://www.krishna.com/cgi-bin/ImageFolio31/imageFolio.cgi?action=view&link=Krishna_Gallery&image=TA51.jpg&img=64&tt=:TA51.jpg > Acesso 13 ago. 2005.

Judeus

Um livro oficial sobre a bandeira nacional israelense afirma ter existido, já no tempo de Davi e Salomão, auge do reino de Israel, unido ao de Judá, bandeiras quase idênticas às utilizadas atualmente, a julgar pelo emprego de certas palavras, como içar, arvorar, estandartes, flâmulas. Como exemplo, cita que quando da visita da rainha de Sabá a Salomão, existe uma menção: “brilhante comitiva ajaezada de ouro e púrpura, flâmulas vivas ao léu, cincerros de bronze...” (CAMPOS, 1961, p.155 apud COIMBRA, 2000, P.56, grifo meu). Na Bíblia, particularmente no “Livro dos Salmos”, encontra-se: “Possamos regozijar-nos com a tua vitória, e içar bandeiras em nome de nosso Deus; satisfaça o Senhor todas as tuas petições” (19, 6). “Deste aos que te temem um estandarte, para que fugissem do arco” (59, 6). Os profetas também utilizaram a simbologia dos pendões como imagem literária: “E Deus arvorará um estandarte para servir de sinal aos povos de longe, chamá-los-á com um assovio desde os confins da terra; e acorrerão com uma velocidade prodigiosa” (Isaías 5, 26, grifo meu). E “Anuncia-se desastre sobre desastre, e foi assolada toda a terra; de improviso foram derribadas as minhas tendas e os meus pavilhões abatidos” (Jeremias, 4, 20, grifo meu).



Figura 16: Bandeira do Estado de Israel.²⁶

²⁶ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Israel_flag_large.png> Acesso em: 13 ago. 2005, 11:00.

Gregos

A civilização grega teve seu aparecimento entre os Mares Egeu, Jônico e Mediterrâneo por volta do ano 2000 a.C. Sua formação populacional deveu-se a migração de tribos nômades de origem indo-européia, entre elas os jônios, eólios, dórios, aqueus.

A importância fundamental grega clássica na utilização da bandeira está vinculada ao uso nos conjuntos populacionais, núcleos urbanos já identificados como Estado — no sentido próximo ao utilizado atualmente. Foi a primeira vez que apareceu, de forma bem definida, a relação bandeira-pátria. Cada Cidade-Estado — a Pólis — possuía o seu pavilhão, inspirado em lendas mitológicas e orientado para um sentido educativo. Através das bandeiras, a juventude grega lia os ideais que unificavam a cultura através das gerações se sucedendo: elas apareciam como mestras do povo, não simplesmente um objeto de adoração e respeito. Assim, o pavilhão se transformou em um objeto didático-pedagógico, mitológico-educativo, um reforço cultural a instigar a intelectualidade, a espiritualidade, a vida pessoal e pública.

A atual bandeira grega não guarda nenhuma simbologia da Grécia Antiga, sua formatação está ligada à influência cristã ortodoxa e ao modelo de democracia estadunidense, refletindo-os no seu design.



Figura 17: Bandeira da Grécia.

Romanos

A cultura romana na história da humanidade é incontestavelmente surpreendente; de uma pequena cidade, tornou-se um dos maiores impérios da antiguidade, legando-nos uma cultura extremamente atuante. Por exemplo: o direito romano e o latim de onde se originaram as línguas portuguesa, francesa, italiana, espanhola e outras. A América Latina e a província de Quebec, no Canadá, são frutos deste legado latino lingüístico.

A notável contribuição dos romanos para a bandeirologia foi a programação e a hierarquização das insígnias militares. Para a infantaria, era utilizada a signa com variações de acordo com a categoria do destacamento. Quem conduzia era chamado signifer, o porta-signa, identificado por uma pele de lobo ou leão, colocada às costas e cruzada sobre o peito. Cada divisão de 100 ou 200 soldados se chamava manípulo, e cada uma tinham seu próprio animal como símbolo, inclusive a águia, ou herói característico. Afirma-se ter sido Mário (156-86 a.C.) quem decretou para a legião o uso exclusivo da águia, a princípio de madeira, depois de metal: prata ou ouro. Primeiramente foi a décima legião, a unidade preferida de César, que utilizou essa alegoria.

Ao ser padronizada a águia como monumento à legião, o porta-águia levou o nome de aquilifer. Representando o espírito do grupo, o estandarte da águia denominava-se simplesmente de Águia e recebia culto religioso. Era extremamente vergonhosa a sua queda perante o inimigo. Em tempos de paz, as insígnias eram guardadas no aerarium de Roma. Já durante as contendas, a utilização se fundamentava como sendo sinais estratégicos das operações bélicas: signa ferre = par-

tir, signa inferre = atacar, signa vertere = retroceder. Para desertar, utilizava-se a expressão signa relinquire.

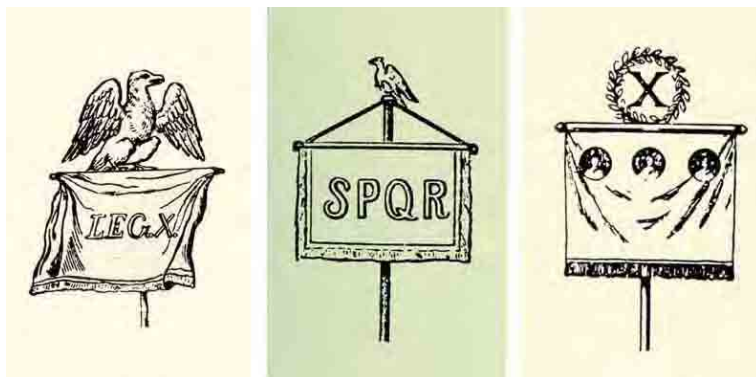


Figura 18: A Águia da 10ª Legião - Vexilo Romano - Lábaro de Constantino.

A simbologia utilizada pela cavalaria diferenciava-se, era usado um outro signo: o vexilo (vexillu), um pano retangular, de várias cores, preso à haste ou lança por um cordão e fixado a uma barra de madeira horizontal, formando uma cruz. Geralmente, trazia a sigla SPQR – Senatus Populusque Romanus (O Senado e o Povo Romano), palavras iniciais dos textos legislativos. Durante missões, o vexilo era usado por tropas auxiliares ou por pequenos destacamentos. Como estratégica militar, colocá-lo diante da tenda do general ou nave capitânia era sinal para iniciar a luta. O vexilo foi utilizado posteriormente como modelo dos estandartes nas cerimônias católicas de Roma e depois em todos os lugares.

Foi no ano de 318 d.C. que o imperador Constantino apelou para o Deus dos cristãos e teve uma visão de uma cruz luminosa com as palavras In hoc signus vinces, “Com este sinal vencerás”. Conta-se que na noite seguinte Jesus apareceu pedindo-lhe a confecção de uma insígnia com a representação da cruz; dali em diante os exércitos de Constantino utilizaram o

símbolo. Na batalha, ele foi vitorioso e Maxêncio, o oponente, morreu. Ele entrou na Urbe, com o título de Augusto. Segundo Prudêncio, o lábaro continha uma coroa, uma cruz e o monograma de Cristo. Foi durante o reinado de Constantino que a cruz se tornou o símbolo sagrado dos cristãos. Antes, quando eram perseguidos durante o tempo de Nero, o símbolo era o peixe.



Figura 19: Monograma de Cristo.²⁷

A influência de Constantino se perpetuou pelos tempos, tanto que hoje muitos países com bandeiras utilizam a cruz em sua formação: Inglaterra, Finlândia, Dinamarca, Noruega, Suíça, Suécia, Grécia, etc. Mesmo a águia é utilizada atualmente como símbolo pelos estadunidenses, assim como foi utilizada pelo ditador fascista italiano Benito Mussolini, antes e no período da Segunda Grande Guerra Mundial.

Ponte para a modernidade e a contemporaneidade

A humanidade, porém, não estava confinada aos nichos culturais citados. Mesmo no continente europeu, anteriormente ao grande império de Roma, existiram outros povos que se desenvolviam paralelamente e utilizaram símbolos, além dos Incas, Maias e Astecas, na América.

²⁷ Disponível em: <<http://www.historiarte.net/iconografia/graficos.html>> Acesso em: 13 ago. 2005

Para caracterizar a maior força histórico-cultural que herdamos, é útil focar o processo visto anteriormente. Utilizando um tripé que, de algum modo, ainda vivenciamos atualmente. Essa trindade que se desenvolveu no período medieval, pós-romano: o Cristianismo, a Barbárie e o Islamismo formando uma ponte para a modernidade e a contemporaneidade.

O cristianismo

Após Constantino ter abraçado o cristianismo e ter utilizado a cruz em batalha, terminou a terrível perseguição a quem cultuasse a figura e os ensinamentos de Jesus Cristo no Império Romano. Porém, essa liberalização trouxe conseqüências desastrosas do ponto de vista do ensinamento e da conduta, pois, com a união da igreja e do Estado ocorreram inúmeros desvios, desvirtuamentos de toda ordem.



Figura 20: Cavaleiros cristãos.



Figura 21: Cruzado inglês, século XIII.

Deixando de lado, porém, os aspectos políticos e morais, vimos que o legado do cristianismo à bandeira é algo inegável. Desde as cruzadas, em que a cruz foi o símbolo mais utilizado pelos guerreiros nas insígnias, nas vestimentas, o legado romano/cristão avançou pelos séculos seguintes. A

cruz, feita de árvore, símbolo advindo da pré-história humana, ganhava novas conotações, releituras cívico-espirituais.

Como um exemplo do elo entre a árvore e a humanidade está Jesus, ao entrar em Jerusalém, no que é hoje celebrado de Sábado de Ramos. Assim, temos: os ramos das árvores, o Filho do Homem que foi crucificado no lenho dessa árvore que virou cruz, a cruz que se torna símbolo da fé e de conquistas, signo e herança cultural estampados nas bandeiras que vieram do linho — tecido com que envolveram o Cristo morto — ou do algodão, que vieram da planta, do arbusto, da árvore...

Tivemos diversas versões de bandeiras utilizando a cruz, anteriores às atuais, nas quais o símbolo foi motivo de reverência, principalmente com a atualização por várias bandeiras portuguesas, chegando até ao Brasil imperial (assunto que será tratado mais à frente). Por certo este símbolo irá avançar pelos anos vindouros da humanidade, sendo um espólio impossível de ser negado ou descartado como algo sem valor. É interessante notar que os países que adotaram as bandeiras com a cruz, grande parte ou a maioria fazia parte dos povos chamados bárbaros, deixando evidente que o conquistador assumiu as simbologias do conquistado, aqui, no caso, o Império Romano cristianizado.

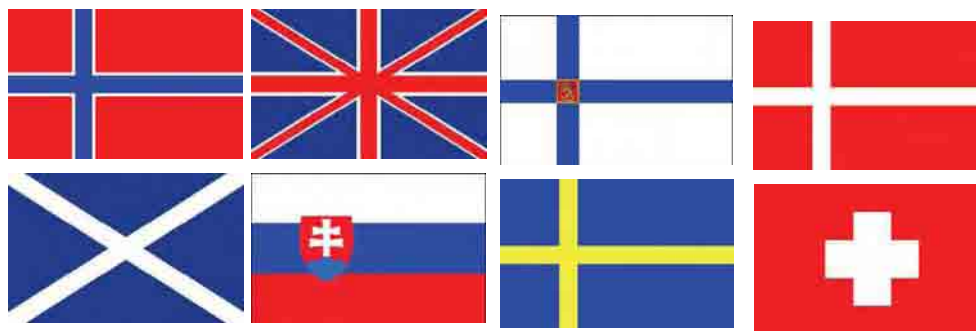


Figura 22: Pela ordem, Noruega, Grã-Bretanha, Finlândia, Dinamarca, Escócia, Eslováquia, Suécia e Suíça.²⁸

²⁸ Disponível em: <http://www.asbandeiras.hpg.ig.com.br/> Acesso em: 13 ago. 2005, 14:30.

A barbárie

Os povos chamados bárbaros²⁹ pelos romanos constituíam grupos diferentes de diversas regiões margeando todo o vasto império, que após sucessivos ataques esfacelaram e conquistaram o grande domínio guerreiro. Eram os vândalos, os francos, os visigodos, os ostrogodos, os alanos, os godos, os saxões, os esquinos, os eslavos, os hunos, etc.

Antes de Cristo, os bárbaros possuíam bandeiras como a entendemos atualmente; pois no tempo de César foi-lhe descrito um acontecimento numa colina onde haviam sido observadas armas e insígnias gaulesas. Os diversos grupos germânicos e mais tarde outros povos se caracterizavam por insígnias particulares, normalmente constituídas pela imagem de animais ferozes ou domésticos, ou seres fantásticos e mitológicos.

Após a quebra da unidade do Império Romano (do Oriente e do Ocidente), os próprios invasores perceberam que a queda fora um mal. O chefe, Genserico, líder dos vândalos, foi buscar a romanização como forma de sanar o problema, sem êxito. A solução vinda dos ostrogodos foi tentar realizar a síntese política. Assim como o mundo pagão havia se convertido ao cristianismo, era preciso então que os bárbaros fizessem o mesmo. Na noite do Natal de 500 d.C., Clodoveu ou Clóvis recebeu o batismo cristão, se tornando o primeiro rei bárbaro a realizar tal ato; com ele toda a Gália se converteu.

No dia do batismo de Clodoveu, a cidade e a Catedral de Reims estavam totalmente ornadas com bandeiras, com símbolos cristãos. Nesse

²⁹ Lembremos que o vocábulo bárbaro significava para os gregos, romanos e, posteriormente, para outros povos, que ou quem pertencesse a outra raça ou civilização e falasse outra língua que não a deles; estrangeiro; lat. *barbàrus*, a, um 'estrangeiro, bárbaro (no sentido de não identificado com os costumes do observador), grosseiro, não civilizado', adp. do gr. *bárbaros, os, on 'id.'*; ver *barbar(i/o)-*; f.hist. 883 bárvaro, 1344 barboro, sXIV bárbaro, sXV barbe (Houassis)

cenário, o rei deu entrada com seus oficiais e soldados carregando armas no estilo legionário, sendo a última vez que portaram estandartes bárbaros. Mostrando o sinal da conversão, abaixaram seus emblemas diante da bandeira cristã – com a Cruz, a ser por eles beijada, na esperança de que se renovasse o sangue romano, o qual constituía o Império conquistado por eles, porém, não tendo habilidades suficientes para governá-lo.

Desta maneira, os bárbaros passaram sem deixar marca profunda na história da bandeira, contudo com um legado a confirmar. Como em todas as épocas, os vencedores sempre tomam a bandeira dos vencidos, assim aconteceu com eles, deixando cair espontaneamente seus pavilhões, absorvendo a simbologia dos derrotados, de alguma forma não tão derrotados assim.

O islamismo

A grande marca fixada pela cultura maometana na história das bandeiras foi o símbolo do crescente lunar. É o emblema islâmico de domínio popular que, após se disseminar por diversas regiões do Oriente Médio, abarca países tanto da Ásia como da África, assim como da Turquia, país euro-asiático. O Crescente se tornou objeto de adoração por causa da necessidade de um signo contraposto à cruz dos cristãos. Outra característica maometana é a utilização de cores específicas, derivadas de divisões doutrinárias, originadas após a morte do Profeta Maomé. Nesta dissensão, cada grupo reivindicava para si o direito de ser o único legítimo líder seguidor do Profeta.

A cor preta, advinda da bandeira de vingança do profeta contra os seus opositores, ficou com os Abássidas com um caráter de ortodoxia. Os Oméiades e os Alids adotaram o branco por sofrerem influência do misticismo arábico-persa, se-

gundo o qual o espírito humano é uma encarnação do divino. Outras dinastias – Rostemidas, Ibadias, Karejistas, Kavarijes — optaram pelo vermelho, que seria a cor do grito de guerra do Profeta. Os Fatimidas, que se denominavam descendentes diretos da filha de Maomé, optaram pelo verde (cor da palmeira sob a qual Maria recebera a anunciação do anjo) e que se tornou a cor oficial do islamismo. Deste modo, este tetracromo dos sucessores de Maomé influenciou a grande maioria das bandeiras africanas e parte das asiáticas.



Figura 23: Bandeira da Turquia.³⁰



Figura 24: Bandeira do Paquistão.³¹



Figura 25: Bandeira da Malásia.³²

Idade Moderna e a idade Contemporânea.

A sociedade ocidental vai conhecer grandes modificações culturais e políticas nos períodos que têm início com a tomada de Constantinopla pelos turcos em 1453 d.C. Grandes invenções, inúmeras descobertas, o brotar de ideais libertários, a expansão do mundo europeu por todos os quadrantes do planeta, reformas político-sociais e religiosas, todos estes fatos estão concentrados nestes cinco séculos de uma estupenda evolução humana. Se a tomada de Constantinopla marcou o início da Idade Moderna, a Revolução Francesa marca seu fim e o começo da Idade Contemporânea. Neste período que grandes filosofias emergem e trazem modificações significativas à população ocidental, refletindo também nos povos orientais.

³⁰ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Flag_of_Turkey.png> Acesso em: 13 ago. 2005. 18:08

³¹ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Pakistan_flag.png> Acesso em: 13 ago. 2005. 18:12

³² Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Flag_of_Malaysia.png> Acesso em: 13 ago. 2005. 18:19

Semelhantemente aos três acontecimentos descritos anteriormente – cristianismo, barbárie e islamismo –, houve nos três últimos séculos quatro grandes acontecimentos que trouxeram novidades na história das bandeiras: a Independência dos Estados Unidos da América, a Revolução Francesa, a Comunidade Britânica das Nações e a Revolução Socialista da Rússia e da China.

Os Estados Unidos da América do Norte

Foi com a independência estadunidense da tutela inglesa que nasce a primeira bandeira nacionalista no continente americano. Criada em 1775 pelos revolucionários durante a luta pela independência, ela foi confirmada dois anos depois pelo Congresso. Pela primeira vez acontecia a representação na bandeira de símbolos das unidades federadas de uma nação: eram 13 as unidades representadas pelas 13 faixas e 13 estrelas. Com a anexação de outros estados, o número chegou às atuais 50 estrelas, permanecendo o número representativo original de faixas. E como já foi citado, essa bandeira influenciou diversas outras em diferentes regiões do globo.

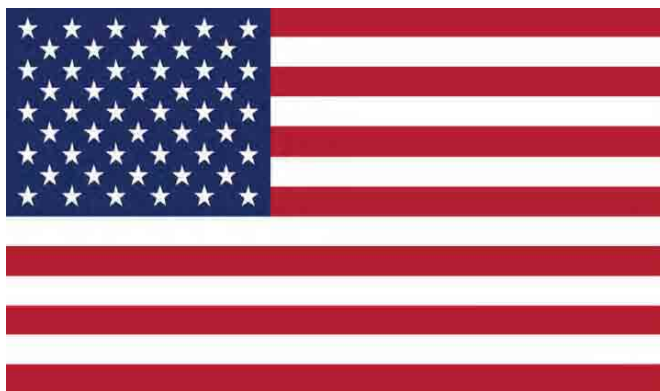


Figura 26: Bandeira dos Estados Unidos da América do Norte.

A Revolução Francesa



Figura 27: “A Liberdade guiando o Povo”, 1830, Eugène Delacroix.

Marco decisivo na história moderna, no qual a aristocracia — alto clero e alta nobreza — se viram às voltas com a revolta tanto da burguesia em ascensão, mas que permanecia às margens das decisões políticas do Estado absolutista, como os camponeses que estavam sob o jugo de novos e altos tributos e obrigações, fatos que dificultavam e impediam a sua ascensão social e política. A filosofia do iluminismo encontrava apoio nesta burguesia sequiosa de poder e enriquecimento, a própria aristocracia buscava minar o poder do monarca Luiz XVI. Estando a França com o tesouro reduzido, tudo levou aos acontecimentos revolucionários que se seguiram, e se transformaram no divisor de águas, com a entrada da Europa e do mundo ocidental na Idade Moderna.

A Revolução Francesa trouxe uma contribuição importante para as bandeiras, recusando a simbologia tanto cristã como islâmica, para adotar a estrutura tricolor, com uma conotação forte do movimento revolucionário. Havia, no entanto, uma bandeira holandesa com essa estrutura de três cores, porém dispostas horizontalmente. Não obstante, sem o forte apelo e a signifi-

cação de luta contida na francesa, em que o azul representa o Poder Legislativo, o branco o Poder Executivo e o vermelho o Povo³³.

A concepção dessa bandeira influenciou as de diversos países na composição de suas próprias: Irlanda do Sul, Bélgica, Itália, Costa do Marfim, Chad, Camarões etc. A história da bandeira na França possui um caráter universal, daí sua atual manifestação possuir tamanha importância no que diz respeito ao desenvolvimento deste símbolo humano, pois ela é sinônimo de um longo e batido processo civilizatório.

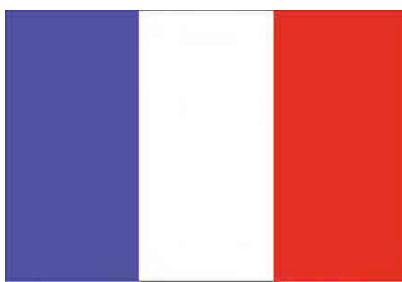


Figura 28: Bandeira da França.³⁴

A Comunidade Britânica das Nações

A Comunidade Britânica das Nações, Commonwealth, é a forma atualizada do antigo e poderoso Império Britânico, o maior de toda a história, que entre os Séculos XVII e XIX abrangeu a quarta parte da população mundial em todos os continentes. O símbolo da união é a Monarquia Inglesa, cuja Rainha Elizabeth II é considerada soberana dos países-membros, com exceção da Índia.

Como sinal de integração, alguns dos países que formam a comunidade têm em suas bandeiras o pavilhão britânico em miniatura na parte esquerda superior: Austrália, Nova Zelândia, Tuvalu, Fiji e as colônias – Gi-

³³ Disponível em: <<http://www.asbandeiras.hpg.ig.com.br/simbologia.htm>> Acesso em: 13 ago. 2005.

³⁴ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:France_flag_large.png> Acesso em: 13 ago. 2005.

braltar na Europa, Santa Helena na África, Belize ou Honduras Britânicas, Bermudas, Ilhas Caymans, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Turks e Caicos, Montserrat, Ilhas Malvinas ou Falkland nas Américas, e no Pacífico, as Ilhas Cook, Nieu e Pitcairn. Outros países, apesar de pertencerem à comunidade, não utilizam esta estrutura de composição.



Figura 29: Bandeira do Reino Unido.³⁵



Figura 30: Ilhas Cook.³⁶ Figura 31: Ilhas Caymans.³⁷ Figura 32: Ilhas Niue.³⁸ Figura 33: Austrália.³⁹

As revoluções socialistas da Rússia e da China

Foram as revoluções russa (1917) e chinesa (1949) que consagraram definitivamente a cor vermelha como sinônimo de movimento revolucionário. A Rússia adotou o duplo símbolo da foice e do martelo na cor amarela sobre o fundo vermelho, representando as classes camponesas e operárias que serviram de apoio a Lenin e os "soviets". Esse símbolo foi divulgado e conhecido muito mais pela campanha anticomunista do Ocidente do que pelos próprios soviéticos. Somente o

³⁵ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Flag_of_the_United_Kingdom.png> Acesso em: 13 ago. 2005, 21:18

³⁶ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ilhas_Cook> Acesso em: 13 ago. 2005, 21:05

³⁷ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ilhas_Caim%C3%A3o> Acesso em: 13 ago. 2005, 21:10

³⁸ Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Niue>> Acesso em: 13 ago. 2005, 21:13

³⁹ Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Austr%C3%A1lia>> Acesso em: 13 ago. 2005, 21:16

Congo adotou este símbolo em seu pavilhão; a bandeira que Angola adotou em 1975 possui um símbolo com certa semelhança do símbolo comunista russo, mas, ao invés da foice e do martelo, é um facão e uma meia engrenagem mecânica, assim como uma estrela na composição. Após a dissolução da União Soviética, a Rússia voltou a usar a bandeira tricolor que era usada anteriormente à revolução.



Figura 34: Bandeira da URSS.⁴⁰

Já a China usou o artifício da estrela, e este daí foi para a Coreia do Norte, Cuba e Vietnã e, com alguma semelhança, a extinta Iugoslávia, que usava uma estrela branca com contorno amarelo. Os países do leste europeu em geral mantiveram-se isentos da influência bandeirológica russa e chinesa.

O pós-II Grande Guerra Mundial

Foi em 1948 que os israelitas constituíram novamente como uma nação, após praticamente dois milênios de dispersão pelo mundo. Surge aí uma nova bandeira utilizando um símbolo clássico da cultura judaica, a Estrela de Davi.

⁴⁰ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Flag_of_the_Soviet_Union.png> Acesso 13 ago. 2005, 21:45.

União das Repúblicas Socialistas Soviéticas — Soyuz Sovetskikh Sotsialisticheskikh Respublik. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/URSS>> Acesso 13 ago. 2005, 21:47.

Outra nova bandeira existente no cenário internacional e que cada vez recebe um significado de poder e aglutinação de povos é a bandeira da União Européia. Esta união de países europeus conta atualmente com 25 membros, sendo 10 aceitos no ano de 2004. Em sua formação original, a UE foi formada apenas por seis países: Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Holanda. A Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido aderiram em 1973, a Grécia, em 1981, Espanha e Portugal, em 1986, e a Áustria, a Finlândia e a Suécia, em 1995. Os 10 membros aceitos recentemente são: Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Chipre, República Checa, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia e Malta.

A bandeira da Europa é o símbolo não só da União Européia, mas marca da identidade européia contemporânea. O círculo de estrelas douradas representa a solidariedade e a harmonia entre os povos europeus. O número de estrelas não tem nada a ver com o número de estados-membros. As estrelas são doze porque, tradicionalmente, este número constitui um símbolo de perfeição, plenitude e unidade. Assim, a bandeira mantém-se inalterada, independentemente das adesões futuras à comunidade.



Figura 35: Bandeira da União Européia.

Foi em 1955, sob a forma da Comunidade Européia do Carvão e do Aço, tendo seis membros, que começou a história desta bandeira. Entretanto, alguns anos antes havia sido criado outro organismo – o Conselho da Europa – que reunia um número maior de membros e cuja função consistia em defender os direitos do ser humano e promover a cultura européia.

Esse Conselho procurava um símbolo que o representasse. Após alguma discussão, foi adotado o presente emblema. O Conselho convidou seguidamente outras instituições européias a adotarem a mesma bandeira, e, em 1983, o Parlamento Europeu seguiu a mesma cartilha. Finalmente, em 1985, os Chefes de Estado e de Governo da U.E. adotaram esta bandeira como símbolo representativo da União Européia, que neste período se denominava Comunidades Européias. Esta bandeira é categoricamente o grande exemplo mais atual da importância que este elemento estético-político-cultural possui na história humana, assim como a chancela de uma comunidade que busca se firmar nos caminhos da paz.

Até aqui foi visto o desenvolvimento e os conceitos ligados à bandeira, como um elemento essencial à consolidação de um povo e sua terra. Antes de passarmos ao ocorrido em terras brasileiras, se faz necessário vermos o desenrolar da história vexilológica lusa, pois não é possível escrever a respeito da bandeira brasileira sem apresentar o desenvolvimento deste objeto emblemático junto à civilização portuguesa. Assim ficará mais clara a compreensão de todo o processo da hereditariedade simbólica, de onde partiu a nossa herança cultural e alegórica quando à bandeira, e os ideais que fundamentaram o processo transcorrido.

Capítulo 2

Das bandeiras portuguesas às bandeiras brasileiras.

As bandeiras portuguesas

Portugal possui uma riquíssima história ligada às bandeiras iniciada quando era apenas um grupo étnico chamado de Lusos⁴¹, habitantes da região chamada Lusitânia na Península Ibérica, liderados na época por Viriato, herói até hoje cultuado pelos portugueses como símbolo nacional de independência e patriotismo, tendo seu nome incluído na obra de Camões — Os Lusíadas — em três ocasiões. Foi esse personagem, Viriato que nas suas batalhas contra o Império Romano, ostentou o primeiro estandarte deste povo, a Bandeira dos Lusos.



Figura 36: A primeira bandeira dos lusos.

Com o assassinato de Viriato pelos romanos, muito tempo se passou até que a região voltasse a ter poder próprio. Durante séculos, a região onde está localizado Portugal esteve sob o poder dos romanos, até o século V, quando aconteceu o enfraquecimento dos valores da cultura latina do império. Nesse período, os bárbaros, através dos suevos, dominam a Lusitânia, neste momento já aparece o no-

⁴¹ Lusos ou Lusitanos, termo derivado do pretenso fundador da raça — Luso (o nome significa jogo, divertimento), filho de Baco, deus do vinho, abundante na região desde essa época. (COIMBRA, 2000:138)

me Portus Cale, nome derivado provavelmente de algum porto fiscal localizado à entrada do Rio Douro.

Depois veio o domínio dos visigodos que permaneceram por três séculos; até que, em 711, Tarique cruzou o Estreito de Gibraltar e venceu Rodrigo, o último rei godo, iniciando a conquista árabe na Europa, que perdurou oito séculos, ou seja, até o século XV, até o Século XV.

Mas as conquistas árabes na Europa suscitaram reações. No ano de 718, Pelágio, príncipe godo, que havia buscado refúgio em Covadonga, nas montanhas das Astúrias, promoveu os primeiros atos de contra-ofensiva. Porém, somente no século XI que o movimento ganha de fato força e uma tônica maior. Foram organizadas cruzadas, muito semelhantes às dirigidas ao Oriente, com todo o aparato de indulgências e privilégios. Surge um personagem importante no cenário, Afonso VI, que reúne sob seu cetro os reinos libertos de Leão, Castela e Galícia. No entanto, passados quatorze anos, ele sofre uma derrota para Zalaca. Com isso, solicita ajuda a cavaleiros cristãos de outras terras, principalmente da França, quando afirma não poder mais resistir e suportar ao poder dos mouros, próximos de adentrar o território além-Pirineus.

O auxílio demorou sete meses; em maio de 1087, chegavam as tropas francesas, entre os cavaleiros guerreiros estavam os primos Raimundo e Henrique de Borgonha. Ao chegarem, o perigo havia passado, porém resolveram permanecer no local. E é esse Henrique que veio a essas paragens à procura de aventura que recebe o título de Conde de Portugal. Ao casar-se com a filha de Afonso VI, recebe as terras que vão do Minho ao Tejo, sob a denominação de Condado Portucalense, ficando diretamente subordinado ao sogro Afonso VI. A lei visigótica vigente então proibia o dote de bodas, e para contornar a situação, o Condado passou às mãos

de D. Henrique como sendo uma doação, em caráter hereditário, diferentemente dos outros condados de então.

Quando da criação do Condado, em 1095, 96 ou 97⁴², Henrique de Borgonha adotou como insígnia a atualmente conhecida Bandeira do Condado Portucalense, também nomeada de Bandeira da Fundação.



Figura 37: Bandeira do Condado Portucalense.

Em 1111 nasce em Guimarães, Afonso Henriques, filho do Conde D. Henrique e D^a. Teresa. Neste ano, o Condado é aumentado com Santarém tomada dos mouros. É esse Afonso Henriques que, no ano de 1128, entra em conflito contra a própria mãe, que estava no poder desde 1114 quando da morte de D. Henrique, em Astorga, combatendo os árabes. O reinado de D^a. Teresa era caracterizado pela turbulência geradora de ódio entre nobres e eclesiásticos e do próprio filho. Na batalha de São Mamede, próximo de Guimarães, o exército da mãe é derrotado, sendo ela exilada no Castelo de Lanhoso, onde faleceu após dois anos.

Passados 11 anos de preparação, em 1139, Afonso Henriques vence os mouros na Batalha de Ourique, no Alentejo, enfrentado o segundo grande obstáculo para ver o Condado plenamente livre. Com essa vitória, ele é aclamado rei

⁴² "Em 1095, num documento conhecido, já Dom Henrique usa o título de 'Senhor de Coimbra'. Dois anos mais tarde, este, mais amplo e expressivo: comes portucalensis — 'Conde portucalense'.". Ameal, 1958, p.36.

pelos soldados. Por cautela e por possuir pouca ambição pessoal, convoca uma Assembléia de Bispos em Lamego, da qual sai confirmado com o título real.

É no ano seguinte, após vencer, em Valdevez, os lioneses, que solucionou o terceiro e último impasse: estava proclamada a independência do novo reino. O desfecho desse processo se dá em 1143, quando Afonso VII reconhece a nova nação pelo Tratado de Zamora. Mas já existia nos céus portugueses, desde 1140, um novo pavilhão, cognominado Bandeira do Reino de Portugal, também conhecido como a Bandeira da Fundação da Nacionalidade Portuguesa, que esvoaçava às portas da Europa. Trata-se da Primeira Bandeira das Quinas.

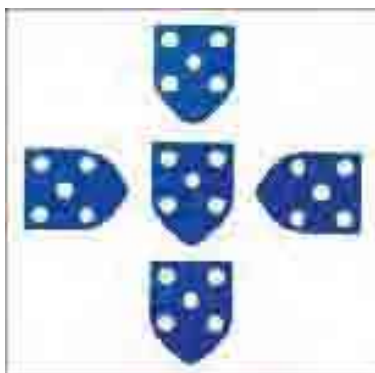


Figura 38: Bandeira do Reino de Portugal.

Já constituído como um reino, Portugal vê no suceder dos séculos um desfilarm de vexilos caracterizadores do poder nacional⁴³. Sem muitos detalhes históricos, apenas posicionando os fatos ocorridos com as imagens surgidas, apresento as diversas bandeiras ligadas aos portugueses.

⁴³ Este é um exemplo a acontecer em todas as nações do mundo, o findar de um regime político frequentemente altera os símbolos nacionais dos países. Exemplo: União Soviética/Rússia, África do Sul.

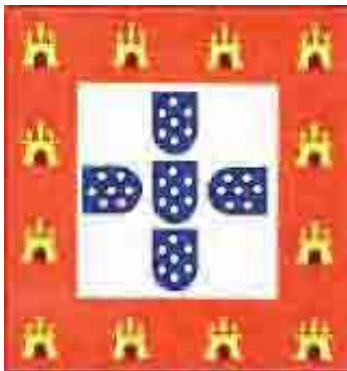


Figura 39: Bandeira do Reino de Portugal e Algarve.

Em 1248, Afonso III, o Bolonhês, conquistou Silves, capital do Algarve, região ao sul de Portugal, derradeiro baluarte islâmico no reino; a última região é reconquistada.



Figura 40: Bandeira de Dom João I.

A Bandeira da Consolidação da Independência no poder entre 1385 a 1481, promulgada por Dom João I.

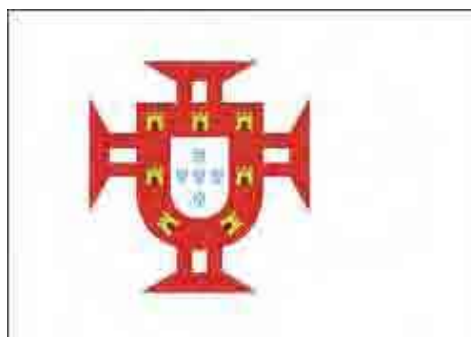


Figura 41: Bandeira Real.

A Bandeira Real é criada em 1481 por Dom João II, o Príncipe Perfeito, a maior figura da dinastia de Aviz⁴⁴. Como era por tradição, o rei possuía uma bandeira pessoal. Assim, podemos destacar quatro bandeiras de reis portugueses:



Figura 42: Bandeira Pessoal de D. Manuel I (1495).



Figura 43: Bandeira de D. João III.⁴⁵



Figura 44: Bandeira de D. Pedro II.⁴⁶
Regente: 1668 - 1675; Rei: 1675 – 1706



Figura 45: Bandeira de D. Pedro II
Rei de Portugal (1683 – 1706).

⁴⁴ A Dinastia de Avis (ou Joanina) ou segunda dinastia foi uma dinastia de Reis de Portugal, que reinaram no país entre 1385 e 1580. Inicia-se depois da derrota de Castela na batalha de Aljubarrota em 14 de Agosto de 1385 e do fim da crise de 1383-1385, quando o Mestre da Ordem de Avis, D. João, filho natural de el-rei D. Pedro I foi aclamado rei nas Cortes de Coimbra. A dinastia de Avis termina depois da morte de D. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir (24 de Agosto de 1578) e da morte sem descendência faz sucessor, o seu tio D. Henrique. Segue-se a anexação de Portugal por Espanha e a Dinastia Filipina.

Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Dinastia_de_Aviz> Acesso em: 15 ago. 2005, 19:25.

⁴⁵ D João III, o Piedoso, filho de D Manuel I, recebeu o poder em 1521. Intelectualmente medíocre. De grande fanatismo religioso. Julgava o catolicismo fator de unidade nacional. São reflexos dessa atitude, a introdução em Portugal da Companhia de Jesus e do tribunal da Inquisição, à maneira espanhola, para combater os "hereges" - judeus e protestantes.

Disponível em: <<http://www.aman.ensino.eb.br/histgeo/BandeiraNacional/DJoaoIII.htm>> Acesso em: 5 dez. 2004

⁴⁶ D. Pedro II de Portugal.

Houve uma outra bandeira real, conhecida como a Bandeira do Século XVII. Supõe-se criada por D. Pedro II de Portugal. Esta bandeira atravessou o século seguinte, desaparecendo como pendão oficial no início do século XIX. Foi usada como símbolo do Reino ao lado de três pavilhões: a Bandeira da Restauração, a do Principado do Brasil e a de D. Pedro II, de Portugal.



Figura 46: Bandeira Real do Século XVII.⁴⁷

Após a morte do rei Sebastião de Portugal, em 24 de agosto de 1578, jovem e sem filhos, ascende ao trono seu tio, Cardeal D. Henrique. Henrique era o quinto filho de D. Manuel I — rei português na época do descobrimento do Brasil e de sua segunda mulher, Maria de Espanha, sendo o irmão mais novo do Rei D. João III. Após renunciar ao posto clerical para assumir a função real, Henrique procurou imediatamente uma noiva para perpetuar a dinastia de Avis, porém o Papa Gregório XIII, familiar dos Habsburgos, não o liberou dos votos eclesiásticos. Portanto, ao morrer em 1580, o Rei-Cardeal não deixou herdeiros, e pior ainda, faleceu sem nomear um conselho de regência que pudesse escolher um sucessor. A partir de então, aconteceu a disputa pelo poder, sendo esta vencida pelo Rei Filipe II, da Espanha, requerente mais próximo do trono luso, que designou

⁴⁷ 1600 a 1700.

o Duque de Alba para reivindicar o Reino de Portugal através da força. Lisboa não conseguiu suportar e caiu ante o poder de Felipe, que se torna rei de Portugal a 16 de abril de 1581, com uma única condição, que o reino e seus territórios ultramarinos não se convertessem em províncias espanholas.

Outro fato marcante é que Portugal não perdeu as características de soberania, isto é, de governar, o direito da língua, de cunhar moedas, criar leis, administrar a justiça. Por exemplo: “— Só a portugueses se atribuirá o senhorio de quaisquer vilas, cidades ou outros lugares, assim como poderes de jurisdição e direitos reais.” (Ameal, 1958, p.345.)

Filipe também não descartou o direito de serem escolhidos juristas portugueses para comporem a nova codificação de leis que se chamaram Ordenações Filipinas.

E, claro, com a mudança de governo, modifica-se a bandeira. Durante o período de 1616 a 1640 ela foi hasteada em todo território português e ultramarino, sendo o lábaro representativo do domínio espanhol sobre o reino português, o balsão significativo da dinastia filipina. A tutela hispânica estendeu-se de 1580 a 1640.



Figura 47: Bandeira do Domínio Espanhol.

Aconteceram duas modificações referentes a simbologia portuguesa: a coroa que era aberta se torna fechada, e a inserção de oito ramos de oliveira sob o brasão lusitano, servindo-lhe de fundo.

Foi então na Revolução de 1640, a luta dos portugueses para reconquistar a liberdade política, que aparece destacadamente na cena da história de Portugal a dinastia de Bragança, da qual os imperadores brasileiros Dom Pedro I e Dom Pedro II, são descendentes.

A Bandeira da Revolução de 1640 foi utilizada durante a preparação revolucionária pelos portugueses. As relações entre Espanha e Portugal estavam estremecidas por diversos fatores. Como em quase todos os conflitos de autoridade, os altos impostos foram impulsionadores de revoltas e faziam parte do teor da literatura panfletária antifilipina. Afora este tema, o abandono das colônias e a proibição de comércio com os inimigos de Castela faziam parte do conteúdo explosivo da população.



Figura 49: João IV, Rei de Portugal.⁴⁸

Foi na cidade de Évora, no dia 1º de dezembro de 1640, que ocorreu a conclusão dos sessenta anos de domínio espanhol sobre as terras e possessões

⁴⁸ Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:JoaoIVportugal.jpg>> Acesso em: 16 ago. 2005, 14:00

portuguesas. (Estava no poder em Madri D. Filipe III da Espanha, sendo D. Filipe II em Portugal.) O evento foi chamado de “Motim de Évora”. Assumiu o trono o filho de Teodósio II de Bragança⁴⁹, D. João II, 8^o Duque de Bragança, poder herdado em 1630 com a morte do genitor. Ao assumir o trono se tornou D. João IV de Portugal⁵⁰. João, trineto de D. Manoel I, entrou para a história como “O Restaurador” (por ter sido restaurada a independência portuguesa) e “O Afortunado” (por ter sido coroado rei⁵¹ sem ser este seu desejo, somente o fazendo após a intervenção da esposa, Luísa de Gusmão).



Figura 48: Bandeira da Revolução de 1640.⁵²

Esta bandeira tem uma história realmente interessante, pois um símbolo cristão, a cruz, foi usado por um Portugal cristão contra uma Espanha cristã, um fato inédito na história, pois os países além de cristãos eram católicos. O confronto teve um caráter de cruzada, pois houve o ressurgimento do louvor a antigos monarcas lusitanos e a utilização de um símbolo religioso em uma causa político-

⁴⁹ Teodósio II de Bragança (28 de Abril 1568, Vila Viçosa - 1630) foi o 7^o Duque de Bragança. Era filho do Duque João I e da princesa Catarina de Portugal, neta do rei Manuel I. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Teod%C3%B3sio_II,_Duque_de_Bragan%C3%A7a> Acesso em: 16 ago. 2005, 13:40.

⁵⁰ D. João IV (Vila Viçosa, 18 de Março 1603 - 6 de Novembro 1656) foi o vigésimo segundo rei de Portugal, e o primeiro da quarta dinastia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_IV_de_Portugal> Acesso em: 16 ago. 2005, 13:50.

⁵⁰ A Reforma e a Contra-Reforma acontecerão num período posterior.

⁵¹ No dia 15 de dezembro. Ameal. 1958, P.392

⁵² D. João IV, iniciando a Dinastia de Bragança.

secular. De alguma maneira, os revolucionários quiseram reviver o espírito aguerrido dos cavaleiros da Ordem de Cristo e tinham que honrar a quem os tinha feito conquistadores do além-mar, não deixando a outrem as terras continentais. Outro fato ligado a ela está no fundo verde utilizado, que avança na história como a cor símbolo da Dinastia de Bragança. O matiz verde foi usado pela primeira vez nas bandeiras lusas com D. João I, que na época foi a tonalidade da cruz da Dinastia de Avis sob o escudo das quinas. A bandeira brasileira faz até hoje uso desta cor como fundo e estrutura.

A luta não havia cessado e foram necessários 28 anos, contidos em três reinados: os de D. João IV, de Afonso VI, completos, e parte do de Pedro II, até a Espanha reconhecer a independência portuguesa em 1668.

Neste período outro pavilhão importante entra em cena, a Bandeira da Restauração. A Bandeira da Revolução cumprira sua função, a nação deveria voltar ao próprio trilho, o símbolo cristão representou um momento que já havia passado na história dos estandartes lusitanos, um diferencial na luta contra os espanhóis que já estava findo. O retomar da simbologia própria, através de séculos e acontecimentos, impregnando a alma portuguesa era algo mais que natural e lógico.



Figura 50: Bandeira da Restauração (1640 a 1683).

Durante muito tempo o branco foi a cor de fundo dos lábaros portugueses. O que acontece de modificação neste pavilhão de D. João IV é a inserção da cor azul, não, evidentemente, como volta à dinastia de Avis, mas reflexo do culto do monarca a Nossa Senhora, uma homenagem e lembrança ao manto da Mãe de Cristo. Temos o exemplo do uso desta cor no culto mariano em bandeiras de países nas Américas, nos dias de hoje, Uruguai e Argentina. A partir deste ponto, os estandartes lusos foram se fundindo com a história do Brasil de modo irreversível.

As bandeiras hasteadas em solo brasileiro do Descobrimento a Independência

A Primeira Bandeira em solo brasileiro



Figura 51: Insígnia da Ordem.⁵³

Antes da Proclamação da Independência, o Brasil teve hasteadas em seu solo diversas bandeiras portuguesas, e uma bandeira holandesa na região nordeste. Começamos pela primeira a ser fincada em solo nacional, a Bandeira da Ordem de Cristo, grupo financiador das grandes navegações lusitanas e su-

⁵³ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ordem_dos_Templ%C3%A1rios> Acesso em: 19 ago. 2005 15:55

cessores portugueses da Ordem dos Templários, ordem criada inicialmente para a defesa da fé cristã em terras do Oriente.

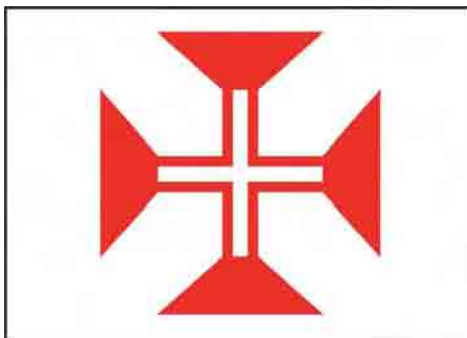


Figura 52: Bandeira da Ordem de Cristo (1332 – 1651).

Essa ordem era rica e poderosa, exercendo grande influência nos primeiros anos da vida brasileira. A cruz de Cristo aparecia pintada também nas velas da frota cabralina, foi o estandarte presente nas duas primeiras missas rezadas no país.



Figura 53: Caravela portuguesa do século XVI.⁵⁴

A bandeira oficial do Reino Português

O pavilhão oficial do Reino Português (Figura 41) na época do descobrimento do Brasil esteve presente a todos os acontecimentos importantes ocorridos em nossa terra até 1521.

⁵⁴ Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Caravela.jpg>> Acesso em: 19 ago. 2005, 16:05

A bandeira para a Índia e a América

A então colônia na América, o Brasil, foi citada numa bandeira portuguesa pela primeira vez no lábaro para a Índia e a América. Ela foi elaborada para marcar a presença de Portugal nos impérios ultramarinos, sendo criada possivelmente no Século XVII. Não era um pavilhão representativo nacional luso. Esta é também a primeira e única vez em que três conjuntos de símbolos — os da nação, os dos governantes e os de grupos influentes na época — são dispostos num pendão.



Figura 54: Bandeira para a Índia e a América.

O fundo é branco, como em diversas bandeiras lusas anteriores, e nele foram colocados três conjuntos de símbolos: o escudo português, a esfera armilar e a figura de um sacerdote jesuíta. O escudo português apresenta uma pequena modificação ante as concepções precedentes: na parte inferior, a ponta é uma influência francesa; a esfera armilar nos endereça à lembrança de Dom Manuel, o Venturoso, soberano na época dos descobrimentos; o sacerdote jesuíta evoca a missão de catequese dos povos colonizados pela fé católica.

A bandeira do Principado do Brasil

No reinado D. João IV foi pensado tornar o Brasil sede do reino português, idéia essa que foi retomada tempos depois por D. João VI. Aquele monarca, atendendo a sugestões do Padre Vieira, criara a “Companhia de Comércio para o Estado do Brasil”, somando a isso, o feito de João Fernandes Vieira que obtivera vitória sobre os holandeses no Monte das Tabocas em Pernambuco.

Para motivar mais ainda o monarca, Teodósio, seu filho, apresentava os primeiros sinais de neurose, que levava o jovem inteligente e culto, mas com inclinações excessivas de religiosidade a duvidar do afeto paterno, e de não ter respeitados os seus direitos reais de sucessão. Todos estes motivos levaram o soberano a conceder ao filho o título de “Príncipe do Brasil”, título que desde então sempre seria usado pelos herdeiros pressupostos da coroa. Com esse ato, as terras de além-mar na América eram elevadas à categoria de principado, como parte integrante da nação portuguesa. Reconhecendo e recompensando o espírito aguerrido dos brasileiros, prestigiados pelo fato do Brasil estar passando por um novo estágio graças ao comércio.



Figura 55: Bandeira do Principado do Brasil.

Existem controvérsias quanto ao real nome adotado para o pavilhão: 'Bandeira da Companhia de Comércio para o Estado do Brasil' segundo Pereira Lessa; 'Bandeira particular do Brasil' segundo Eduardo Prado; 'Bandeira da Esfera' (Comércio e Principado do Brasil) segundo a Enciclopédia Barsa (v. 3, p. 24-25). Não se pode ignorar que a nova insígnia funcionou com destaque como bandeira comercial, porém a designação de 'Bandeira do Principado do Brasil', se coaduna melhor com as razões apresentadas no começo deste tópico.

A bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve.

A partir do ano de 1808, o Brasil se transformou no refúgio da família imperial portuguesa, quando a Espanha e França, através do Tratado de Fontainebleau, se uniram para invadir Portugal, após diversos acontecimentos surgidos desde 1701 e concluídos com a ascensão de Napoleão ao poder. No dia 29 de novembro de 1807, o exército francês comandado por Jean-Andoche Junot⁵⁵ (1771 – 1813) invadiu o território português.

Dom João VI — João Maria José Francisco Xavier de Paula Luís António Domingos Rafael de Bragança (1767-1826), o Clemente, príncipe-regente de Portugal, posição adquirida pela invalidez por doença mental da rainha D. Maria I sua mãe, e sendo Príncipe do Brasil, transferiu a capital do reino para o Brasil. Sem dúvida foi a melhor solução; deixou na metrópole Lisboa: administradores e como comandante militar o general britânico William Carr Beresford (1768 - 1854).

⁵⁵ No comando do Corpo de Observação da Girona, ocupou Portugal em fins de 1807, iniciando a Guerra Peninsular. Indicado como Governador Geral de Portugal, foi feito duque de Abrantes (Março de 1808). Diante da ofensiva de Arthur Wellesley (depois duque de Wellington) em Agosto, que bateu as tropas francesas na batalha da Roliça (17 de Agosto) e na batalha do Vimeiro (21 de Agosto), Junot propôs aos ingleses um armistício que lhe permitiu a retirada: a Convenção de Sintra, assinada a 30 de Agosto. Voltou à península Ibérica com as tropas do general Massena (1810), quando foi gravemente ferido. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Jean-Andoche_Junot > Acesso em: 20 ago. 2005

Um dos seus primeiros atos ao chegar às terras brasileiras na Bahia em janeiro de 1808, foi a assinatura da Carta Régia abrindo os portos do nosso território às nações amigas, favorecendo o comércio marítimo inglês. Diversos atos acompanharam sua chegada no mês seguinte ao Rio de Janeiro, entre eles a criação da Impressão Régia, em 13 de maio, e do Banco do Brasil, no dia 12 de outubro. Porém, o ato que refletiu seu desejo referente a este País foi a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido com Portugal e Algarve, no dia 16 de dezembro de 1815; por lei, criou o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve. Desta maneira, nasceu uma nova bandeira a significar e alunar esse fato. Ocorre então uma mudança política, e da mesma maneira que se deu em toda a história pregressa lusa, o símbolo máximo do reino foi modificado.



Figura 56: Bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve.

Aos 20 de março de 1816, morre Da. Maria I em terras brasileiras. D. João VI foi coroado rei na cidade do Rio de Janeiro em 6 de fevereiro de 1818, como o 27^o rei de Portugal e o 1^o do Reino Unido.



Figura 57: Dom João VI.

Como soberano, emite um decreto no dia 13 de maio de 1816, com a epígrafe: “Dá armas ao Reino do Brasil⁵⁶ e incorpora em um só Escudo Real as Armas de Portugal, Brasil e Algarve”.

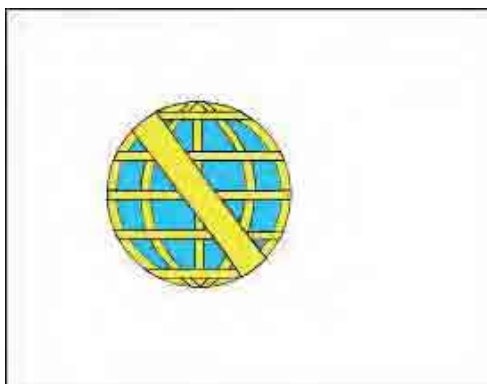


Figura 58: Bandeira do Reino do Brasil.

A seguir a transcrição do texto do decreto que criou o novo pavilhão e os demais símbolos:

D. João por graça de Deus, Rei do Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarve, d´aquém de d´além mar; em África, Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia, etc. Faço saber aos que a presente carta de lei virem que tendo sido servido unir os meus Reinos de Portugal, Brasil e Algarve, para que juntos constituíssem como efetivamente constituem um só e mesmo Reino; e regular e conseqüente o in-

⁵⁶ Representando o Brasil no quadro do novo reino, foi posta uma esfera armilar de ouro em campo de azul por detrás do escudo, sobrepondo a todo o conjunto a coroa real fechada (do mesmo modo que, lendariamente, as quinas representavam o reino de Portugal e a bordadura dos castelos representava o reino do Algarve). Recuperou-se assim um velho símbolo associado à imagética imperial manuelina para representar o novo reino; o próprio Brasil teve direito a bandeira própria, que era idêntica à portuguesa, excepto pela ausência do escudo de armas português - ou seja, cingia-se apenas à esfera armilar dourada com fundo de azul. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira_de_Portugal#1816_a_1826> Acesso em: 19 ago. 2005, 23:00

corporar em um só escudo real as armas de todos os três Reinos, assim, e da mesma forma que o Senhor Rei D. Afonso III, de gloriosa memória, unindo outr'ora o Reino de Algarve ao de Portugal uniu também as suas armas respectivas: e ocorrendo que para este efeito o meu Reino do Brasil ainda não tem armas que caracterizem a bem merecida preeminência a que me aprave exaltá-lo: hei por bem e me apraz ordenar o seguinte:

1.º — Que o Reino do Brasil tenha por armas uma esfera armilar de ouro em campo azul.

2.º — Que o escudo real português, inscrito na dita esfera armilar de ouro em campo azul, com uma coroa sobreposta, fique sendo, de hoje em diante, as armas do Reino Unido de Portugal, e do Brasil e Algarve, e das mais partes integrantes da minha Monarquia.

3.º — Que estas novas armas sejam por conseguinte as que uniformemente se hajam de empregar em todos os estandartes, bandeiras, selos reais e cunhos de moedas, assim como em tudo mais em que até agora se tenha feito uso das armas precedentes.

E esta se cumprirá como nela se contém. Pelo que mando, etc. Dada no Palácio do Rio de Janeiro aos 13 de maio de 1816 — El-Rei com guarda — (a) Marquês de Aguiar — Com os registros competentes. (LUZ, 1999. p.46 - 47)

A bandeira do regime constitucional

Depois da paz ter sido restaurada com os franceses, D. João VI continuou a viver no Brasil, buscando solidificar a idéia, que também foi de D. João IV, de fundar um novo império por essas terras. Portugal, entretanto, estava ainda sob a custódia militar do General Beresford. O período de lutas contra os franceses havia aniquilado a economia dos cofres públicos, as custas do Estado eram bancadas pela Corte no Brasil. Enquanto isso, a influência dos ideais da Revolução Francesa ia aumentando mais e mais. Em 24 de agosto de 1820, com a sublevação da guarnição militar do Porto, apoiada por contingentes de Lisboa, era abolida a monarquia absolutista. Em seu lugar se efetivava a monarquia constitucional. Com todos esses conflitos deflagrados João VI viu-se forçado a retornar com a Corte à Metrópole, em julho de 1821.



Figura 59: A Bandeira do Regime Constitucional.

Neste clima, no dia 21 de agosto de 1821, tendo a proposta do deputado Francisco Manuel Trogoso sido aprovada, as Cortes aprovaram o novo pavilhão, a Bandeira do Regime Constitucional, lábaro que perdurou até o término da monarquia portuguesa já no século XX, quando da Revolução Republicana em 5 de outubro de 1910.

Essa bandeira foi a última a tremular no País na situação de dependência a Portugal. O Brasil caminhava para o estado de independência, somente meras formalidades ligavam o então Reino Unido a metrópole. Assim, formalmente dependíamos de Lisboa, porém isso se esvaía rapidamente.

A bandeira Imperial do Brasil

O fato de ter ficado no Brasil o Príncipe Regente Dom Pedro trouxe um significado, pois seria ele quem proclamaria a independência brasileira da metrópole lusitana. Segundo Raimundo Olavo Coimbra, a população não desejava a separação simplesmente. Existia união de sentimentos e ideal para todos, a considerar válido o estado de reino unido que fora instituído. Mas essa adesão começou a pender muito para lado português, que não aceitava a condição de reino do Brasil e queria rebaixá-lo à colônia novamente. Isso representava a

perda de algumas conquistas e a instituição de um governo próprio se descortinava como algo desejável, e de fato incondicionalmente inevitável.

A convocação de uma Assembléia Constituinte em 3 de junho de 1822, por D. Pedro I, se tornou um ato preliminar para a separação, buscando criar condições para a colônia de então arquitetar a própria independência. No primeiro dia de agosto do mesmo ano, foi emitida uma ordem proibindo o desembarque de tropas portuguesas no Brasil.



Figura 60: O Grito da Independência.⁵⁷

Já no mês seguinte, no dia 7 de setembro, como desfecho ao ato de recusa em obedecer às ordens da Metrópole trazidas por emissários, D. Pedro proclamou a emancipação política da nação em um ritual que a tradição assim descreve: após proferir o brado "Independência ou Morte" e de ordenar "Laços Fora!", retirando do chapéu (ou do braço, segundo outras versões) o tope azul e branco português, o Príncipe exclama: "Doravante teremos todos outro laço de fita, verde e amarelo. Serão as cores nacionais".

⁵⁷ "O Grito do Ipiranga" (1888), Pedro Américo. Acervo do Museu Paulista da USP. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.pro.br/independencia2005.htm>> Acesso em: 6 jun. 2005 , 16:23.



Figura 61: Dom Pedro I.

Os três primeiros atos oficiais do Brasil independente aconteceram no dia 18, sendo o terceiro deles o mais importante, que foi a criação da bandeira nacional, desenhada, segundo o próprio D. Pedro de Alcântara, pelo pintor francês Jean Baptiste Debret (1758-1848), membro da Missão Artística Francesa contratada para impulsionar a cultura local por Dom João VI⁵⁸. Para compor o pavilhão nacional, o pintor foi buscar inspiração em algumas bandeiras militares francesas do tempo revolucionário e da época de Napoleão.

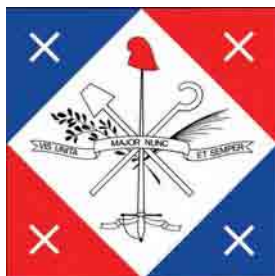


Figura 62: Bandeira do 6º Regimento de Infantaria Revolução Francesa.⁵⁹



Figura 63: Bandeira do Regimento da Guarda Nacional de Linha – Napoleão.⁶⁰

⁵⁸ Há duas versões sobre a origem da Missão. A primeira afirma que, por sugestão do conde da Barca, o príncipe Dom João (1767-1826) requer ao marquês de Marialva, então representante do governo português na França, a contratação de um grupo de artistas capaz de lançar as bases de uma instituição de ensino em artes visuais na nova capital do reino. Aconselhado pelo naturalista Alexander Von Humboldt (1769-1859), Marialva chega a Lebreton, que se encarrega de formar o grupo. A outra versão afirma que os integrantes da Missão vêm por iniciativa própria, oferecendo seus serviços à corte portuguesa. Formados no ambiente neoclássico e partidários de Napoleão Bonaparte, os artistas se sentem prejudicados com a volta dos Bourbon ao poder. Decidem vir para o Brasil e são acolhidos por D. João, esperançoso de que possam ajudar nos processos de renovação do Rio de Janeiro e de afirmação da corte no país. Recentemente historiadores buscaram um meio termo entre as duas versões, que parece a mais plausível. Fala-se em casamento de interesses: por um lado, o rei teria se mostrado receptivo à criação da academia; a par dessa informação, Lebreton, com o intuito de sair da França, teria oferecido seus serviços, arregimentando artistas dispostos a se refugiar em outro país.

Disponível em: http://www.itaucultural.org.br/ApplyExternas/Enciclopedia/artesvisuais2003/index.cfm?fuseaction=Detalhe&CD_Verbete=39 Acesso em: 21 ago. 2005, 12:40.

⁵⁹ COIMBRA, 2000, p.267.

⁶⁰ Idem, p. 269.

Existe um fato curioso, pois foi achado entre os documentos pessoais de D. João VI um esboço de bandeira anterior à independência brasileira feito por Debret, e é interessante notar que, neste primeiro projeto, se encontra desenhado, além das tradicionais cruz, esfera armilar e coroa, o dragão usado ainda quando Portugal era apenas um agrupamento de indivíduos (p. 45 e 69). Este achado prova conclusivamente a existência da vontade de constituir o Brasil um autêntico império, tanto que, entre o período da estada da Corte em terras brasileiras de 1808 a 1821, as melhorias ocorridas com caráter de autonomia estrutural e de governo foram visíveis e marcantes.



Figura 64: Projeto de Debret de bandeira para o Brasil independente (1820).⁶¹

Antes de se tornar um Império, o Brasil foi constituído como reino e para tal, na primeira bandeira do país independente, oficializada pelo Decreto de 18 de setembro, se via uma coroa real sobre o brasão constituído. Uma versão desta bandeira se encontra hoje no Museu do Ipiranga, na capital paulista.

⁶¹ LUZ, 1999, p. 47.



Figura 65: A Bandeira do Brasil Real.

Em 10 de novembro, após dias de ansiedade, aconteceu a cerimônia da bênção e distribuição das primeiras bandeiras na Capela Imperial, sendo o ato oficializado pelo bispo D. José Caetano Coutinho. Estavam presentes na cerimônia, além do Imperador, membros do Senado e da Câmara, Oficiais Militares etc. D. Pedro ia recebendo as bandeiras e passando às mãos do Ministro da Guerra, João Vieira de Carvalho, e este, aos comandantes de tropas. O primeiro a receber o pavilhão foi Luís Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, na época tenente-ajudante do Batalhão do Império.

Destaque-se o fato que, em 13 de novembro, a nova bandeira foi saudada pelos navios de guerra estrangeiros estacionados no porto do Rio de Janeiro, visto que a Independência não havia sido reconhecida por nenhum país até então.

Tão logo se passaram alguns dias deste acontecimento, a 1^o de dezembro, um novo decreto foi promulgado por D. Pedro I, substituindo a coroa real pela imperial, fato decorrente da mudança da denominação do novo país, que devido a sua extensão territorial se enquadrava mais como sendo um império e não um simples reino.



Figura 66: A Bandeira do Brasil Imperial.

A simbologia desta bandeira se fundamenta nas cores escolhidas e proclamadas pelo próprio D. Pedro I, o verde e o amarelo, “a riqueza e a primavera eterna do Brasil.” A cor verde estava desde o tempo da Revolução Portuguesa de 1640 na história lusa, marcando o início da dinastia de Bragança da qual Pedro de Alcântara era herdeiro; o amarelo deveu-se à Casa de Habsburgo-Lorena, família imperial da Áustria, através de D. Maria Leopoldina, esposa de D. Pedro I e filha do Imperador Francisco II. Convém citar que a forma de losango, desde o tempo de D. João I de Portugal, estava ligada às Armas das Damas, pois este formato era utilizado como suporte dos brasões femininos; o escudo com esta configuração era chamado de escudo feminino. No caso, a imperatriz não possuiu brasão pessoal, porém, pelo losango na bandeira brasileira, ela estava representada.



Figura 67: Armas do Reino do Brasil.⁶²



Figura 68: Armas do Império do Brasil.⁶³

⁶² Disponível em: <<http://www.aman.ensino.eb.br/histgeo/BandeiraNacional/Imperio.htm>> Acesso em: 16 dez. 2004.

⁶³ Idem

As estrelas aparecem pela primeira vez no mundo heráldico luso-brasileiro, mesmo sendo um símbolo muito antigo. Essa representação estrela/província foi importada da bandeira estadunidense, a primeira bandeira de uma nação independente nas Américas. O laurel, isto é, os ramos de fumo e café — os produtos do comércio nacional na época — foi colocado a exemplo do que ocorreu na bandeira portuguesa quando do domínio espanhol (p.71, Figura: 47). Assim, com a utilização da Cruz da Ordem de Cristo, a Esfera Armilar — a insígnia de D. Manuel I —, a Coroa Imperial e o escudo no formato vigente em Portugal na época, era formada a Bandeira do Império do Brasil.



Figura 69: Aclamação de Dom Pedro I – Debret.⁶⁴

Com a ascensão de D. Pedro II não houve modificação significativa na bandeira instituída por D. Pedro I. Deste modo, tivemos uma única bandeira durante 67 anos de império, de 7 de setembro de 1822 a 15 de novembro de 1889. Uma simples modificação não estrutural ocorreu neste tempo: foi a anexação de uma estrela que, a princípio eram 19, para 20; isto é, no final do império, havia vinte províncias no território brasileiro, uma a mais do que no princípio deste.

⁶⁴ Disponível em: < http://www.bibvirt.futuro.usp.br/imagem/arte/tomo_terceiro/e.142_p.47.html > Acesso em : 20 ago. 2005, 13:10.

Existiram outros projetos de bandeira imperial, foi a do Almirante Rodrigo Pinto Guedes - Barão do Rio da Prata e a de Cândido Mendes.



Figura 70: Projeto de Cândido Mendes.⁶⁵



Figura 71: Projeto de Bandeira Nacional⁶⁶ do Barão do Rio da Prata.

As bandeiras do Brasil República

Os últimos anos do Império

No período anterior à Proclamação da República no final do século XIX, o Brasil vivia um ambiente político no qual se alternavam no poder dois partidos, o Liberal e o Conservador, fundamentados no sistema criado pela Constituição Imperial de 1824. Eles não tinham nenhuma significação ideológica marcante nem doutrinas determinadas. O Conservador defendia a vigência da ordem constitucional estabelecida; já o Liberal, a extinção do poder pessoal e a descentralização. Porém ambos pregavam a concepção liberal do Estado, cujo princípio central era: o mínimo de governo e o máximo de iniciativa. De alguma maneira esses dois partidos serviam de sus-

⁶⁵ <http://www.aman.ensino.eb.br/histgeo/BandeiraNacional/PjtoBandImperio.htm>

⁶⁶ Idem

tentação ao sistema imperial, tendo como cabeça o imperador D. Pedro II, o Poder Moderador. No entanto, quem dava as cartas de fato era a oligarquia ou a aristocracia rural, reforçada pela expansão da cafeicultura: os “barões do café”, que submetiam os partidos, atenuando as divergências políticas destes, assim como a população, às suas garras econômicas.

De 1830 a aproximadamente 1880, toda a produção econômica se concentrava no café, que se fixou no Vale do Paraíba, região que prosperou devido às condições geográficas e climáticas. A oligarquia cafeeira determinava as transformações na sociedade, pois detinha a fonte da maior riqueza e produção da época no país. Esse produto era vendido, sem concorrência, ao mercado europeu em expansão, sendo a Inglaterra, a potência hegemônica de então, impulsionadora da Revolução Industrial e influenciadora das questões políticas, a principal compradora. O pau-brasil⁶⁷ no meio do século já deixara de ser uma fonte eficaz de renda (1856)⁶⁸, pois sua principal função, a de ser origem da produção de corante para tingimento de tecidos e aplicações em iluminuras, havia sido substituída por pigmentos sintéticos. A cana-de-açúcar há tempos tinha perdido o grande comércio para o plantio desenvolvido pelos holandeses no Caribe, e o comércio de ouro e pedras preciosas se tornara concessão de empreendimentos estrangeiros, devido aos custos da extração. Restava assim o café como produto base da exportação, baseado na mão-de-obra escrava em declínio, e naturalmente quem detinha o poder

⁶⁷ Também conhecido quando da época da extração e comercialização através de monopólio estatal (1502 a 1859) como ‘pau-de-tinta’ e ‘lenho tintorial’(Tradução do autor). BUENO, Eduardo. Pau-brasil, p.24, São Paulo: Axi Mundi: 2002.

⁶⁸ Neste ano o jovem químico inglês sir William Henry Perkin descobre a malveína, derivado do carvão mineral, o primeiro corante sintético da história, e, a partir dele, seria possível obter um dos tons característicos do pau-brasil. (BUENO, 2002)

deste produto dominava a sociedade, pois dominava a renda, o capital, a economia e a política.

O Império desempenhava o seu papel de mantenedor da unidade nacional, assentando-se em um romantismo político, possuindo o fundamento ideológico oriundo das doutrinas políticas do escritor suíço Benjamin Constant⁶⁹ (1767-1830). Constant era partidário da soberania popular e considerava ser a vontade popular superior à vontade individual do monarca; porém, rejeitava a ilimitada e absoluta autoridade do povo. Os ministros deveriam constituir o poder executivo, sendo responsáveis perante o rei - aqui no caso, o imperador – que representava um poder neutro, moderador, em defesa da harmonia governamental. Mas essa estrutura começava a apresentar falência, em contraponto ao avanço do naturalismo científico. E nesse novo contexto, as velhas ordens instituídas deixavam de corresponder às demandas do momento vivente. A filosofia do romantismo se esvaía perante os reclamos das expectativas individuais e coletivas.

Entra em cena o Positivismo

Diferentemente da Europa, onde servia como justificação às novas atitudes burguesas fundamentadas na fé no progresso honesto da humanidade, o positivismo, nas Américas, trazia consigo um forte elemento político. Desta forma, no Brasil, insuflava as aspirações revolucionárias da classe média urbana, solidificava-se nas cidades e sobremaneira nas academias de Direito, com o intuito de cri-

⁶⁹ Henri Benjamin Constant de Rebecque, Novelista e escritor político-teórico. Nascido em Lousanne na Suíça. Escreveu inúmeros textos literários assim como trabalhos sobre temas políticos, por exemplo: *De l'esprit de conquête et de l'usurpation* (1814), e *Principes de politique* (1815). Disponível em: <<http://www.acton.org/publicat/randl/liberal.php?id=115>>. Acesso em: 10 jun. 2005.

ar e definir uma nova consciência da realidade nacional, perante a ordem político-social estabelecida. É por essa via de conduta social que o movimento republicano vai abrindo caminho, para se reforçar ante a estrutura política situada no poder. Descortinava-se uma nova era na história do pensamento brasileiro. Um evidente progresso do espírito científico acompanhando idéias de desenvolvimento da ciência e tecnologia impregnando a vida intelectual.

Em 1844 houve uma primeira manifestação do positivismo no Brasil, quando Justiniano da Silva Gomes defendeu tese junto a Faculdade de Medicina da Bahia: Plano e Método de um Curso de Filosofia. Todavia, como manifestação social foi em 1865 com a publicação da obra de Francisco António Brandão que versava sobre a escravidão no Brasil, 'A Escravatura no Brasil', precedido de um artigo sobre a agricultura e colonização no Maranhão, no qual o positivismo se fez presente. Ele avançava pelo País dividido em duas vertentes, de acordo com João Ribeiro Junior — autor do livro O que é o positivismo⁷⁰ — sendo a primeira de Pierre Laffitte (1823-1903) de caráter ortodoxo dogmático, 'A Religião da Humanidade', com o intuito de evangelização dos espíritos, a mostrar o papel unificador da religião positivista. O segundo de Paul-Émile Littré (1801–1881) que se distanciava da evolução agnóstica; seguindo o positivismo apenas na questão metodológica científica da observação, experimentação, comparação e, na filosofia política.

Porém, Ricardo Vélez Rodrigues⁷¹ observa, em artigo escrito para a Revista Interamericana de Bibliografia, em 'Panorama da filosofia brasileira', afirma que o positivismo teve quatro manifestações diferentes no país:

⁷⁰ São Paulo, Brasiliense, 3ª reimpressão – 1998.

⁷¹ Doutor em Filosofia. Professor Adjunto da UFRJ. Membro do Instituto Brasileiro de Filosofia, São Paulo.

A corrente ortodoxa teve como principais representantes a Miguel Lemos (1854-1917) e Teixeira Mendes (1855-1927), que em 1881 fundaram a Igreja Positivista Brasileira com o propósito de fomentar o culto da “Religião da Humanidade” proposta por Augusto Comte (1798-1857) no seu Catecismo positivista. **A corrente ilustrada** teve como principais representantes a Luiz Pereira Barreto (1840-1923), Alberto Sales (1857-1904), Pedro Lessa (1859-1921) e Ivan Lins (1904-1975). Defendia o plano proposto por Comte na primeira parte da sua obra, até 1845, antes que formulasse a “Religião da Humanidade”, e que poderia ser resumido assim: o positivismo constitui a última etapa (científica) da evolução do espírito humano, que já passou pelas etapas teológica e metafísica e que deve ser educado na ciência positiva, a fim de que surja, a partir desse esforço pedagógico, a verdadeira ordem social, que foi alterada pelas revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII. **A corrente política** do positivismo teve como maior representante Júlio de Castilhos (1860-1903) que redigiu, em 1891, a Constituição para o Estado do Rio Grande do Sul, que começou a vigorar nesse mesmo ano. (...)

A corrente militar positivista teve como principal representante Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891), professor da Academia Militar e um dos chefes do movimento castrense que derrubou a Monarquia em 1889. Esta corrente estruturou-se de forma semelhante à ilustrada, adotando as teses comteanas anteriores a 1845. (VÉLEZ, 2004, grifo meu).⁷²

O positivismo criado por Auguste Comte também foi constituído de uma doutrina religiosa para a humanidade – o Positivismo religioso –, onde essa humanidade se intitula “O Grande Ser”, “o motor imediato de cada existência individual ou coletiva” a inspirar a fórmula máxima do positivismo: “O Amor por princípio, e a Ordem por base; o Progresso por fim”. Segundo Miguel Lemos, membro da Igreja Positivista do Brasil, essa fórmula era redigida de maneira diversa e sendo ainda hoje citada de maneira indevida: “O Amor por princípio, a Ordem por base e o Progresso por fim”. O próprio Comte modificou a frase, ligando o segundo termo ao primeiro pela conjunção e separando o terceiro por ponto e vírgula.

⁷² Este ensaio apareceu publicado, em espanhol, em dois números da Revista Interamericana de Bibliografía, com os seguintes títulos: “La Historia del pensamiento filosófico brasileño (siglos XVII a XIX): problemas y corrientes” (RIB, Washington, vol. XXXV, no. 3, 1985, pgs. 279-288) e “La historia del pensamiento filosófico brasileño (siglo XX): problemas y corrientes” (RIB, Washington, vol. XLIII, no. 1, 1993, pgs.45-62). Disponível em: < <http://www.ensayistas.org/critica/brasil/velez2.htm> >. Acesso em: 26 set. 2005.

No livro *O que é positivismo*, João Ribeiro Júnior afirma:

A fim de melhor guiar a vida real, esta fórmula universal do positivismo se decompõe em duas divisas usuais – uma moral e estética: “Viver para outrem”, ou seja, subordinar o indivíduo à família, esta à pátria e a pátria à humanidade; e outra política e científica: “Ordem e Progresso”, isto é, organização, cada coisa em seu devido lugar para perfeita orientação ética da vida social.

Na dialética positivista, o amor procura a ordem e a impele para o progresso; a ordem consolida o amor e dirige o progresso; o progresso desenvolve a ordem e reconduz o amor. (RIBEIRO, 1998, p.29)

Partindo, pois desta inspiração altruísta⁷³ Comte criou essa religião com caráter puramente natural, racional, científico e fundamentalmente humano, não admitindo mistérios, revelações, dogmas, vontade sobrenatural, em suma, qualquer idéia ou fato que não pudesse ser comprovado ou demonstrado pela razão. Essa religião positivista, fundamentada na ciência do mundo, visava convergir para o aprimoramento moral, intelectual e objetivo da humanidade – a humanidade que trabalhou, trabalha e trabalhará. Ainda em João Ribeiro Junior:

A humanidade – O Grande Ser -, para Augusto Comte, é muito mais do que uma simples abstração, de forma vazia e inerte, é uma realidade, pois representa a comunhão de todos os homens em uma contínua solidariedade no tempo e no espaço. (RIBEIRO, 1998, p.30)

Imbuídos destes ideais, no qual as soluções dos problemas humanos passavam através do método científico, a doutrina positivista se tornava assunto discutido abertamente em oposição à metafísica reinante no País desde a Independência, que apresentava como característica uma retórica prolixa de verbosidade manifesta nos intelectuais pelo Brasil afora.

⁷³ Altruísmo: termo criado por Auguste Comte para a doutrina que considera como fim da conduta humana o interesse do próximo, e que se resume nos imperativos: “Viva para outrem”; “Ama o próximo mais do que a ti mesmo”.

O Exército assume a doutrina positivista

A liderança da manifestação doutrinária política no país é de Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836 - 1891) – formado em ciências físicas e matemática – disciplinas que lecionava na Escola Normal e na Escola Militar, ministrando-as à juventude ao mesmo tempo em que difundia os fundamentos do positivismo.



Foto 4: Benjamin Constant.

Com grande prestígio entre os jovens oficiais, ele os conduziu ao movimento republicano. Esses militares se escoravam no positivismo para rejeitar a cultura política imperial, que se baseava nos estudos jurídicos e não nas ciências sociais e naturais; bem como, um instrumento ideal para a formulação das exigências de uma nova forma de autoritarismo para legitimar os interesses da corporação. Pode ser que, principalmente por essa afirmação de Comte a seguir, possamos notar o porquê da opção de Constant ao positivismo:

[...] a política positivista é a única via pela qual a espécie humana possa sair do pensamento arbitrário. Ao qual continuará presa enquanto dominarem ainda a política teológica e a política metafísica⁷⁴. (COMTE, p.135)

⁷⁴ Decorrente da Lei dos três estados ou modo de pensar: o estado teológico-fictício a ter diferentes fases (fetichismo, politeísmo e monoteísmo), o espírito humano explica os fenômenos por meio de agentes sobrenaturais; o estado metafísico-abstrato, os fenômenos são explicados por meio de forças ou entidades ocultas e abstratas; e o estado positivo-científico, a explicação dos fenômenos estão subordinados às leis experimentalmente demonstradas (Ribeiro, p.19, tradução do autor, grifo meu)

O Exército fora posto de lado no poder desde a abdicação de D. Pedro I, pois se temia o surgimento da corporação de “pequenos Napoleões”, como acontecera no México e na Argentina: Feijó liderando os liberais da regência reduzira os contingentes do Exército e criara a Guarda Nacional.⁷⁵

Desta maneira, angariando para si as consciências das classes privilegiadas, a doutrina positivista se propaga nas escolas, influenciando os jovens que possuíam, até então, uma cultura mais literária do que científica, até porque, naquele período histórico da nação, somente os militares, médicos e engenheiros se aprofundavam nos estudos científicos.



Foto 5: Miguel Lemos.

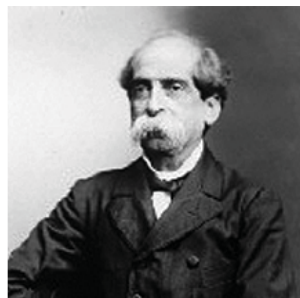


Foto 6: Teixeira Mendes.

O que acontece de maneira contundente é a invasão nas províncias brasileiras da propaganda doutrinária de um positivismo integral, isto é, conjuntamente o método filosófico e a religião da humanidade, fato metodicamente organizado por Miguel Lemos (1854 - 1917) e Teixeira Mendes⁷⁶ (1855 - 1927), “convertidos” ao positivismo ortodoxo por Laffitte. Eles e outros seguidores da filosofia/doutrina assumem o papel de não envolvimento político nos movimentos republicanos, pois entendiam que o desenrolar das leis científicas do pro-

⁷⁵ Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/almanaque/15novembro/proclamacao7.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2005.

⁷⁶ Fundadores do Apostolado Positivista do Brasil em 1881, juntamente com Benjamin Constant B. de Magalhães.

gresso fatalmente iriam cumprir o legado das máximas positivistas. Convém citar aqui o papel do paulista Luís Pereira Barreto (1840 - 1923), responsável pelo aumento do prestígio do Positivismo no Brasil na metade do século XIX, podendo ser apontado como o primeiro caso no país de alguém como modelo moral típico da doutrina comtiana.

Assim o quadro estava formado: partindo de várias frentes as idéias republicanas encontravam apoio junto à população e nas elites intelectuais que já se apoiavam nas idéias do filósofo francês. A monarquia encontrava seu fim e não teria como evitar a derrocada do sistema que perdurou por 67 anos; já à sombra de um poder emergente liderado pelo Exército, que saíra fortalecido da sangrenta guerra contra o Paraguai.

Os militares foram tomando ciência da sua importância e poder, saindo de uma situação secundária, num regime de absoluto domínio dos civis; trazendo a público suas queixas que iam dos baixos soldos, transferências e punições, a situação de penúria vivida pelo Exército brasileiro⁷⁷. Havia o lento fim da escravidão e a Igreja Católica, que havia se afastado do governo imperial por motivo de uma prisão de bispos ocorrida em 1875, recebida como uma afronta⁷⁸.

Os monarquistas não tinham como se defender do golpe já tramado nas casernas lideradas por Deodoro da Fonseca – que, segundo se afirma, era monarquista e amigo do imperador a quem devia favores – e o tenente-coronel

⁷⁷ Disponível em: <<http://educaterterra.terra.com.br/almanaque/15novembro/proclamacao7.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2005.

⁷⁸ “Os bispos de Olinda e do Pará foram presos por ordem de D. Pedro II e condenados a 4 anos de prisão com trabalhos forçados, em 1874. A pena foi comutada para prisão simples. O papa Pio IX, que a princípio desaprovava o procedimento dos bispos, injuriou-se e o problema tornou-se internacional. Foi resolvido com um arranjo: os bispos foram anistiados e o gabinete de Rio Branco caiu, sendo substituído pelo gabinete chefiado pelo duque de Caxias”. Disponível em: <<http://educaterterra.terra.com.br/almanaque/15novembro/proclamacao3.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2005.

Benjamin Constant o principal artífice do fato – este sim, defensor da queda do Império e disseminador febril das idéias positivistas⁷⁹. O ressentimento deste dois militares é que os unia contra a ordem imperial, pois Deodoro era um militar de carreira, visto pelos cadetes como “tarimbeiro” (termo depreciativo provindo de tarimba, o estrado de madeira onde os soldados dormiam nos quartéis, servindo de designação a oficiais ligados à tropa e sem estudos superiores); já Benjamin era professor admirado pelos soldados aspirantes da Escola Militar da Praia Vermelha, chamada também de “Tabernáculo da Ciência”, centro da gestação do golpe republicano.

Manuel Deodoro da Fonseca (1827 - 1892), o Marechal Deodoro tinha uma opinião que pode parecer desconcertante, porém mostrava bem a realidade nacional no período que, aliás, veio a se provar verdadeira nos anos subseqüentes. Ele escreveu uma carta a um sobrinho logo após deixar Mato Grosso, onde estava no posto de comandante das Armas da Província, cargo este que em verdade era uma forma de afastá-lo dos centros do poder, além de fazê-lo ser submisso ao coronel Cunha Matos presidente da província: “República no Brasil é coisa impossível porque será uma verdadeira desgraça. Os brasileiros estão e estarão muito mal-educados para republicanos. O único sustentáculo do nosso Brasil é a monarquia; se mal com ela, pior sem ela.”⁸⁰. Porém, após 63 dias estaria à frente do golpe militar que geraria a República dos Estados Unidos do Brasil⁸¹.

⁷⁹ Disponível em: <<http://www.culturabrasil.pro.br/decliniodoimperio.htm>> Acesso em: 06 jun. 2005.

⁸⁰ Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/almanaque/15novembro/proclamacao8.htm>> Acesso em: 10 jun. 2005.

⁸¹ Designação elaborada por Rui Barbosa.



Figura 72: Marechal Deodoro da Fonseca.

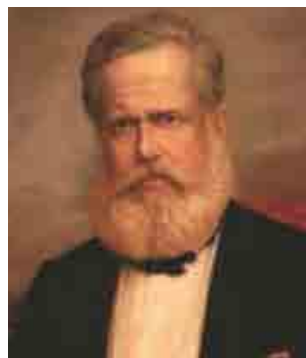


Figura 73: Dom Pedro II.⁸²

Sem tiros e sem muitos alardes

Foi sem nenhuma manifestação de força efetiva que 600 soldados do 1^o e 3^o Regimento de Cavalaria e do 9^o Batalhão que ignoravam o que estava acontecendo participaram da ação do dia 15 de novembro. Contudo, vários militares eram cientes de estarem participando de uma quarte-lada, não obstante, no máximo da deposição do primeiro-ministro Visconde de Ouro Preto⁸³; jamais o imperador D. Pedro II, e muito menos a monarquia que representavam. Segundo Aristides Lobo⁸⁴ (1838-1896) a população assistia aquilo com um estado de espírito “bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava”. Não mais do que uma quinta

⁸² Disponível em: <<http://www.vivabrazil.com/dpedroii.htm>> Acesso em: 10 set. 2005. 19:09

⁸³ Affonso Celso de Assis Figueiredo (1836-1912). Bacharel em Direito e professor de Direito Civil e Comercial da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, também ocupou os cargos de Secretário de Polícia, Inspetor da Tesouraria Provincial e Procurador da Fazenda. Foi Deputado Provincial em dois mandatos e Deputado Geral por Minas Gerais por quatro vezes. Ministro da Marinha e da Fazenda e Membro do Conselho de Estado, presidiu o último Conselho de Ministros do Império, tendo sido preso a 15 de novembro de 1889 - com todo o Ministério - e exilado. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/comunica/historia/visc_ouro_preto.htm>. Acesso em: 10 jun.2005.

⁸⁴ Durante a Monarquia, foi Deputado Geral, de 1864 a 1870 e Promotor Público da Corte. Foi Ministro, no Governo Provisório (1889/1890), Deputado à Constituinte, Senador Federal de 1892/1896. No Governo Republicano, Aristides Lobo foi nomeado Ministro do Interior e Justiça, demitindo-se após desentendimentos com o Marechal Deodoro da Fonseca, por estar decepcionado com os rumos que a tão sonhada República estava seguindo. Dirigiu os jornais: A República, O Republicano, O Íris Acadêmico e O Diário Popular, de São Paulo.

Disponível em: <<http://www2.aplpb.com.br/academicos/cadeira06.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2005.

parte do exército estava ciente da trama. Naquela mesma hora Ouro Preto foi preso e o gabinete derrubado. Quando chegou à noite é que os golpistas civis e militares se reuniram e, em silêncio, e provisoriamente proclamaram uma república federativa.

A Bandeira Provisória da República do Brasil

Logo após o ato da proclamação, quando os contingentes retornavam aos quartéis, os alferes enrolaram as bandeiras imperiais, que foram atiradas sobre uma carreta, e em seguida recolhidas aos armazéns do Exército.

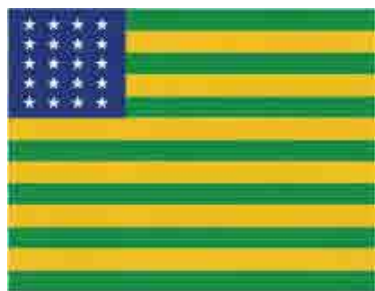


Figura 74: Bandeira do Clube Republicano Lopes Trovão. Figura 75: Bandeira Provisória da República.⁸⁵

Nessa altura dos acontecimentos, José do Patrocínio (ou, segundo outra versão, Francisco Gonçalves) hasteava, na redação do jornal “A Cidade do Rio de Janeiro” e depois na Câmara Municipal, a bandeira do Clube Republicano Lopes Trovão, a qual se transformou na bandeira do Governo Provisório — com pequenas modificações nas estrelas (vide figuras 74 e 75). Foi usada pelo período de quatro dias e ficou conhecida como Bandeira Provisória da República.

⁸⁵ Desenho feito por mim, segundo reprodução em COIMBRA, 2000, P. 283.

Existem controvérsias a respeito de qual é qual, isto é, se ao invés daquela mostrada na Figura 75 ser a Bandeira Provisória da República, não seria a outra, na Figura 74, ou vice-versa. Essa bandeira não chegou a ser empregada, de qualquer modo, pelas Forças Armadas, entretanto foi posta no navio Alagoas, que transportou a Família Real para a Europa. Sem precisar ir muito longe, se nota nesta configuração a semelhança evidente com a bandeira estadunidense, com mudanças em duas cores somente - o verde e amarelo no lugar do branco e vermelho - e no número de estrelas. Com até uma certa indignação, Miguel Lemos designou-a como "cópia servil do pavilhão da república norte-americana". Este desenho já havia sido cogitado quando da Inconfidência Mineira como hipótese. Cláudio Manuel da Costa sugerira à bandeira do movimento revolucionário a similaridade às armas da bandeira estadunidense.

Porém, a escolha recaiu para uma aproximação simbólica com a imperial, principalmente pelo fato de ter sido D. Pedro I que a instituiu.

A instituição da Bandeira Brasileira atual e as oposições a esta

Das medidas adotadas durante os primeiros anos da República, algumas refletem a influência do positivismo. São elas:

- a substituição da saudação final na correspondência oficial do Estado, de "Deus guarde a V. Exa." por "saúde e fraternidade", que faziam referência ao Culto da Humanidade de Comte.
- abolição dos tratamentos de Vossa Excelência, Vossa Senhoria etc. pela forma "vós".

- a configuração da bandeira republicana, que recebeu o lema comtiano "Ordem e Progresso".
- a lei da separação entre Igreja e Estado.
- o decreto dos feriados nacionais, alguns permanecem até hoje, como o 2 de novembro, o 1^o de janeiro, etc.⁸⁶



Figura 76: Bandeira Atual do Brasil.

A inserção do lema na bandeira nacional se deu através do decreto nº 4 de 19 de novembro de 1889, preparado por Benjamin Constant então membro do Governo Provisório. A idéia da nova Bandeira do Brasil deveu-se ao professor Raimundo Teixeira Mendes, com a colaboração do dr. Miguel Lemos e do professor Manuel Pereira Reis, catedrático de astronomia da Escola Politécnica, e desenhada pelo pintor Décio Vilares⁸⁷.

⁸⁶ Alexsandro Silva, Ana Benvenutti: 2002.

Disponível em: <<http://www.geocities.com/positivismonobrasil/?20058>>. Acesso em: 8 jun. 2005

⁸⁷ Décio Rodrigues Villares (Rio de Janeiro RJ 1851 - idem 1931) Escultor, pintor e caricaturista. Estudou na Academia Imperial de Belas Artes, no Rio de Janeiro, onde foi aluno de Víctor Meirelles, em 1868. Viajou para a Europa, aonde estudou entre 1872 e 1881, com Alexandre Cabanel e participou do concurso para professor da Academia de Belas Artes, em Paris (França), onde foi o primeiro colocado, mas rejeitou o cargo por não querer se naturalizar francês; e com Pedro Américo, em Florença (Itália), de quem adquiriu o fascínio pelos temas bíblicos. De volta ao Brasil, foi um dos líderes do grupo dos positivistas que se opôs aos modernistas na luta por reformas políticas e estéticas na Academia Imperial de Belas Artes, em 1888. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/AplicExternas/Enciclopedia/artesvisuais2003/index.cfm?fuseaction=D...>>. Acesso em: 6 jan.. 2005.

Assinaram o decreto: Marechal Deodoro da Fonseca - chefe do Governo Provisório, Quintino Bocaiúva, Aristides da Silveira Lobo, Rui Barbosa, M. Ferraz de Campos Sales, Benjamin Constant Botelho de Magalhães e Eduardo Wandenkolk.

Ela foi adotada com inspiração em princípios positivistas, porém atualmente quase ninguém estabelece ligação. Essencialmente as cores utilizadas no pavilhão conservam o modelo da bandeira imperial.

Como inovação foram introduzidas a representação do céu, a zona branca e a inscrição "Ordem e Progresso". O globo azul foi o substituto da esfera armilar herdada de D. Manuel I; o Cruzeiro do Sul, a Cruz da Ordem Militar de Cristo; o céu, a orla estelar do pavilhão imperial. A legenda é resumo da frase de Auguste Comte: "O amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim". Já a disposição das estrelas reproduz o aspecto do céu no Rio de Janeiro antes do alvorecer do dia da Proclamação de República, segundo é afirmado, porém existem provas contestando esse fato nas críticas existentes ao lábaro cognominado positivista. A zona branca é dita explicitamente símbolo do zodíaco, e particularmente, da eclíptica-plano da órbita terrestre; havendo outros significados, dentre eles especificamente o do rio Amazonas; e que o País pertence aos dois hemisférios terrestres. A simbologia Estrela-Estado foi retirada dos Estados Unidos da América, tendo sido usada já na bandeira imperial.



Figura 77: Esfera interna da Bandeira atual do Brasil.

Um trecho da conclusão do livro de Raimundo A. Coimbra (2000, p. 442), onde são citadas características da bandeira atual brasileira:

18. O Sigma do Oitante é símbolo do Distrito Federal: assim como as estrelas circumpolares giram em redor do Sigma do Oitante, assim também os Estados agem politicamente em volta do Distrito Federal.

19. O Cruzeiro do Sul detém vários simbolismos: a situação geográfica do Rio de Janeiro; os nomes primitivos do Brasil; a hora aproximada da Proclamação da República; a separação da Igreja do Estado; a Cruz da Ordem Militar de Cristo e a da de Aviz; o hemisfério sul; as quinas portuguesas.

20. O verde e o amarelo, além de seus significados históricos, indicam nossa riqueza viva e mineral.

21. Segundo Teixeira Mendes, o verde simboliza ainda nossa filiação à França. Porque foi a cor que inaugurou a Revolução Francesa.

22. Indica ainda o verde nossa inserção dentro dos delineamentos essenciais da cultura universal através da permanente inclinação do gênero humano para esta cor.

23. O azul e o branco ligam-se a Portugal e repõem a época do Brasil-Colônia.

24. O azul representa nossa posição espiritualista no contexto da civilização cristã-ocidental.

25. O branco, nossos anseios e nossa tradição de paz. [...]

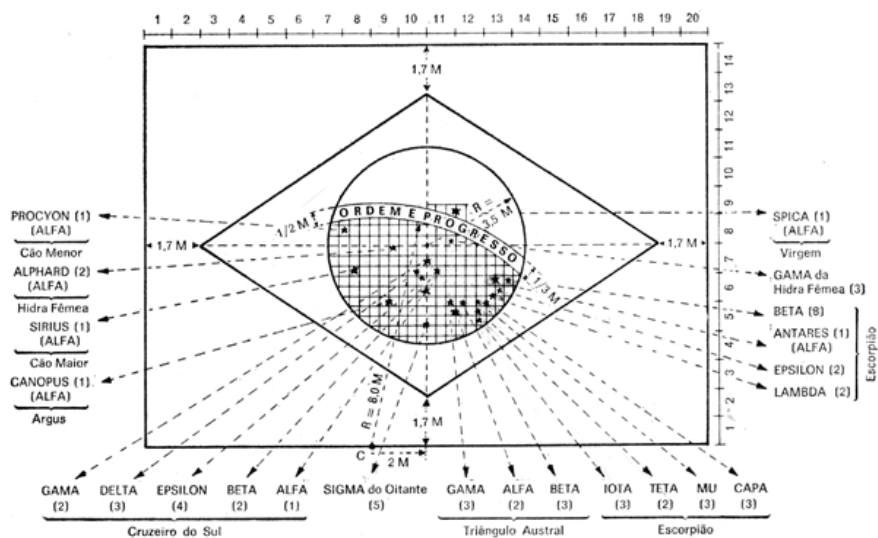


Figura 78: Desenho modular da Bandeira atual do Brasil.⁸⁸

Houve inúmeros opositores à concepção da bandeira nacional, entre eles Teodoro Sampaio, Santos Dumont, Osório Duque Estrada, Visconde de Taunay, Eduardo Prado e Eurico Goes. Estes dois últimos escreveram trabalhos sobre o assunto.

As Sete Críticas Maiores a Bandeira Atual do Brasil

Aconteceram as chamadas Sete Críticas Maiores à Bandeira, que foram:

1. desprezo a tradição,
2. erros de astronomia,
3. uma legenda positivista,
4. caso especial do Cruzeiro do Sul,
5. simbologia sem fundamentos,
6. inobservância heráldica e
7. falhas na aplicação do Decreto 4^o.

O próprio Marechal Deodoro era contra a mudança proposta, para ele bastava retirar a coroa imperial. Mas os positivistas pressionaram-no a aceitar a proposta, principalmente Benjamin Constant, o que foi feito. Raimundo Teixeira

⁸⁸ CALANDRIELLO, Antonio, A Bandeira do Brasil. São Paulo: SENAC, [19-]. P.11.

Mendes, para justificar a sua concepção publicou, no Diário Oficial, de 24 de novembro de 1889, um texto intitulado “Apreciação Filosófica” e uma carta posterior, datada de 25 de novembro de 1889. Em resposta a esses escritos, Eduardo Prado⁸⁹ (1860 - 1901) escreveu um livro chamado A Bandeira Nacional rebatendo as alegações e justificativas de Teixeira, sendo publicado após dois anos de sua morte em 1903. Um outro crítico, Alceu de Amoroso Lima, afirmou: “Os adoradores de Clotilde de Vaux⁹⁰ transformaram nosso auriverde pendão num desastrado símbolo positivista” (carta a Eurico de Goes, 27 mar. 1933).

Já Eurico de Goes critica veementemente a justificativa da colocação do Cruzeiro do Sul:

Eu não me insurgi, propriamente contra o Cruzeiro do Sul, que não deixa de ser uma bela constelação, embora haja outras mais belas e tão belas. Porém contra o aspecto infeliz ou a pretensa representação astronômica da bandeira positivista, que nos deram. E também por quererem, à força, que o Cruzeiro do Sul recorde, especial ou simbolicamente, a descoberta do Brasil. [...] (Goes, 1935, p. 175-176).

A influência da doutrina de Comte no Exército entra em declínio após 1930, quando acontece a reforma no ensino militar, na qual se dá a mudança da Escola Militar do Realengo para Agulhas Negras. Mas, de alguma forma, o legado permanece até os dias de hoje, a bandeira atual brasileira é prova desse fato.

⁸⁹ Escritor brasileiro nascido em São Paulo, SP, fundador da cadeira nº 40 da Academia Brasileira de Letras (1897). Formado em direito (1881), passou a viver em Portugal, onde se tornou amigo de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão. Monarquista convicto escreveu, sob o pseudônimo Frederico de S., uma série de artigos de protesto na Revista de Portugal, depois reunidos e publicados sob o título ‘Fatos da ditadura militar no Brasil’ (1890). Voltou ao Brasil (1893) e passou a criticar a política externa do governo republicano de Floriano Peixoto, numa luta infrutífera pela restauração da monarquia. Fundou o jornal Comércio de São Paulo (1895) e morreu, seis anos após, na capital paulista.
Disponível em: <<http://www.sobiografias.hpg.ig.com.br/EduarPSP.html>>. Acesso: 27 abr. 2005.

⁹⁰ Mulher que Comte conheceu quando tinha 50 anos, em 1844, que veio a transformar sua vida, tendo se tornado no foco de toda a sua afeição e inspiração de uma nova religião, uma das vertentes do positivismo. Ela era uma mulher casada cujo esposo havia sido preso por um crime infamante, e ela crendo na indissolubilidade do casamento não se permitiu ter uma relação com o filósofo que passasse dos limites de uma íntima amizade. Após a morte desta, Comte viu sua afeição se tornar mais profunda e arrebatadora, esse sentimento inspirou-o profundamente na criação da denominada Religião da Humanidade.

O Decreto nº 4

A seguir, a transcrição do Decreto nº 4 que instituiu os distintivos da bandeira e das armas nacionais e dos selos e sinetes da República.

Decreto nº 4 de 19 de Novembro de 1889

O Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que as cores da nossa antiga bandeira recordam as lutas e as vitórias gloriosas do exército e da armada na defesa da Pátria; Considerando, pois, que essas cores, independentemente da forma de governo, simbolizam a perpetuidade e integridade da Pátria entre as outras nações;

Decreta:

Art. 1º - A bandeira adotada pela República mantém a tradição das antigas cores nacionais - verde e amarelo - do seguinte modo : um losango amarelo em campo verde, tendo no meio a esfera celeste azul, atravessada por uma zona branca, em sentido oblíquo e descendente da direita para a esquerda, com a legenda - Ordem e Progresso - e pontuada por vinte e uma estrelas, entre as quais as da constelação do CRUZEIRO, dispostas na sua situação astronômica, quanto a distância e ao tamanho relativos, representando os Vinte Estados da República e o Município Neutro, tudo segundo o modelo debuxado no anexo 1.

Art. 2º - As armas nacionais serão as que se figuram na estampa anexa, nº 2.

Art. 3º - Para os selos e sinetes da República, servirá de símbolo a esfera celeste, qual se deixa no centro da bandeira, tendo em volta as palavras - República dos Estados Unidos do Brasil.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário. - Sala das sessões do Governo Provisório, 19 de novembro de 1889, 1º da República.

Assinaturas no decreto:

Marechal Deodoro da Fonseca - Chefe do Governo Provisório
 Quintino Bocaiúva
 Aristides da Silveira Lobo
 Rui Barbosa
 M. Ferraz de Campos Sales
 Benjamin Constant Botelho de Magalhães
 Eduardo Wandenkolk

A redação deste decreto foi realizada por Rui Barbosa.⁹¹

⁹¹ COIMBRA, 2000, p. 300.

Capítulo 3

O que se sente, mas não se consegue explicar, na percepção de um elemento vexilológico.

A problemática

Temos um problema de design/estético, de informações e significados na bandeira nacional brasileira, gerando um incômodo perceptual, uma patologia formal, ideológica e cultural. Subjacente, a falta de um elo de ligação com o nome brasil – e este parece ser o maior problema. Por que nossa bandeira não contém a cor significativa do próprio nome do país?

Quando os críticos⁹², já em fins do século XIX e início do século passado, teceram suas opiniões, não levantaram o questionamento desta ausência. Detiveram-se nos fatos da tradição bandeirológica portuguesa, mas, ironicamente, desde a bandeira de 1248, quando D. Afonso III conquistou Silves, capital do Algarve, o vermelho fazia parte da tradição vexilológica portuguesa. Então, se algo ficou faltando, no que diz respeito à contestação do pavilhão instituído em 1889, sem dúvida nenhuma foi sua veracidade simbólica. Obviamente existia toda uma tradição de séculos, acumulando informações significativas e um grande fundo de verdade, alicerçado em lutas, crenças, convicções. O resultado é que, contraditoriamente, a bandeira portuguesa tem muito mais a ver com a cor brasil do que a própria bandeira brasileira.

Se não é assim, então onde está em nossa bandeira algo que signifique Brasil? Existe alguma forma, cor ou até mesmo escrita — apesar de não ser correto

⁹² Mais ilustres opositores: Afonso Celso, Eduardo Prado, Eurico de Goes, Quintino Bocaiúva, Sílvio Romero, Osório Duque Estrada, Santos Dumont, Sampaio Dória, José Veríssimo, Rui Barbosa, Deodoro da Fonseca entre outros. (COIMBRA, 2000)

escrever frases em bandeiras, segundo Wollner⁹³ — que nos indique algum elemento caracterizador do Brasil? Ou da árvore do pau-brasil? Lembrando, foram arbustos ou ramos, os primeiros elementos simbólicos que as populações passadas se utilizaram. Que grande coincidência termos um país cujo nome é oriundo de uma árvore, porém, não temos nada em nossa bandeira que nos conecte a esta mesma árvore, muito menos uma simples referência ou reverência a ela. Inconsciência ou simplesmente ignorância? Será um sinal da constante devastação florestal?

Em 1645, cinco anos após Portugal voltar ao domínio dos portugueses, o então monarca D. João IV instituiu pela primeira vez um brasão para a colônia além-mar nas Américas, o Brasão de Armas do Estado do Brasil, encontrado, em 1949, na Torre do Tombo, em Lisboa pelo professor Hélio Viana⁹⁴, e segundo ele, “trata-se de um brasão de armas parlantes: a árvore, sem dúvida o pau-brasil, e a cruz, alusiva aos sucessivos nomes dados à Nova Terra”.⁹⁵ Ou seja, emblema correto pela visão simbólica, e que se perdeu. Por que ocorreu essa inobservância alegórica na bandeira atual?

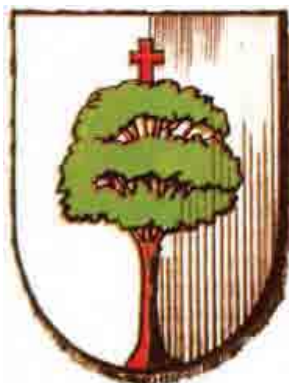


Figura 79: Brasão de Armas do Estado do Brasil.⁹⁶

⁹³ No tópico ‘A problemática da forma e construção’ deste capítulo, p. 158.

⁹⁴ Apud LUZ, 1999, p.86.

⁹⁵ LUZ, 1999, p.86.

⁹⁶ Idem, p. 86.

Dentro das críticas havidas à bandeira atual existem respostas tais como: o tempo curto para o desenvolvimento das idéias a serem colocadas simbolicamente, a incompetência daqueles que a desenvolveram e até a idolatria positivista às idéias de Comte: pessoas alheias à heráldica.

Continuador de Eduardo Prado, Eurico de Goes⁹⁷ lamentou a presença com que a atual bandeira foi confeccionada:

Se queriam organizar uma bandeira positivamente certa (e não positivamente errada, como a atual), [...] por que não constituíram ou nomearam uma comissão de homens capazes e responsáveis, para esse fim?⁹⁸ [...] Ou, melhor ainda (a fim de acoroçar e desenvolver a emulação, justiceira e vantajosa para todos), por que não promoveram um concurso livre e sério, cuja discussão fosse pública, julgado por homens reconhecidamente notáveis e competentes, ou aprovado por um plebiscito, estabelecendo-se, como recompensa, um prêmio que estimulasse e estivesse à altura do objetivo? (1908, p.11 –12 apud COIMBRA, 2000, p.299).

Em outro texto deplora:

É pra lastimar que o governo provisório sumariamente aprovasse o plano concebido e realizado no primeiro entusiasmo do momento, plano, aliás, feito a olho e, por assim dizer, sobre o joelho, sem atender às circunstâncias de ordem geral e aos resultados fatais que adviriam. (ibid., p.217 idem)

Coimbra cita em seu livro um dos brasileiros mais ilustres, Santos Dumont, que não desfraldava a bandeira nacional em seus feitos científicos, apenas se utilizava de uma flâmula verde e amarela, pois considerava o pendão proposto uma bandeira sectária: “longe de exprimir o pensamento geral da nação brasileira, é o emblema de uma seita e nada mais” (JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 27 nov. 1906 apud COIMBRA, 2000, p.367).

Também neste livro é colocado que Rui Barbosa, o “Águia de Haia”, depois da publicação do livro póstumo de Prado, A Bandeira Nacional (1903) e da divulgação do livro de Goes, Os Símbolos Nacionais (1908), se

⁹⁷ Foi deputado estadual na Bahia, sua terra natal. Porém ficou conhecido como Diretor da Biblioteca Pública Municipal de São Paulo, período em que publicou os seus livros sobre a questão da bandeira. (COIMBRA, 2000, p.372)

⁹⁸ A mesma opinião de Alexandre Wollner, expressa em entrevista para mim em 28 jun. 2005.

esquivou de defender o projeto de Teixeira Mendes, assim como o decreto que ele mesmo redigira.

No ano de 1908, Rui Barbosa recusou um convite que uma 'comissão republicana' lhe endereçara com o intuito de propor ao Senado "um voto de congratulações em honra da data de adoção da bandeira atual" (RIBEIRO, 1933, p.96-97, apud COIMBRA, 2000, p.367-368).

Estudantes universitários de São Paulo e do Rio Grande do Sul fizeram oposição vigorosa à nova bandeira; os paulistas, em 1907, enviaram a Barbosa uma moção apontando a incoerência da República, que consagrava princípios de liberdade de pensamento e consciência, mas ao mesmo tempo grafara no pavilhão nacional o lema "Ordem e Progresso", o que simbolizava reconhecidamente uma seita filosófica. Ao término da moção, pediam a retirada da frase positivista.

Quando dos primeiros dias de sua adoção, ela foi alvo de pilhéria, os cariocas a chamavam de melancia, já outros a apelidaram de bandeira marca cometa, pela semelhança com o rótulo de uma bebida chamada Fernet-Branca, que se dizia com efeitos benéficos ao estômago⁹⁹, marca existente até os dias atuais.



Figura 80: Logotipo da Fernet-Branca.¹⁰⁰

⁹⁹ GOES, 1908, p.217-218 apud COIMBRA 2000, p.368

¹⁰⁰ Disponível em: <<http://www.branca.it/home.asp>> Acesso em: 29 ago. 2005

A Católica também teve problemas com a bandeira instituída, pois o bispo do Rio de Janeiro se recusou a benzê-la, explicando tratar-se de uma divisa pertencente a uma seita. Esta bênção foi solicitada pelo comandante do 2º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional. Miguel Lemos aceitou o direito do eclesiástico da recusa, baseada em proibições de decreto da Igreja Católica que não permite o ato de benzer bandeiras de sociedades manifestamente contrárias à crença católica, o que o positivismo era de fato. Outro fato ocorreu na missa pela alma de um oficial da marinha, quando o vigário da Candelária, igreja matriz do Rio de Janeiro, opôs-se resolutamente a que os colegas do morto colocassem a bandeira republicana sobre o esquife, em abril de 1908. Hoje, não acontece nenhuma recusa, e é possível ver o lábaro em celebrações desta religião, inclusive nas festas de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, no feriado nacional em 12 de outubro.

No Exterior, a bandeira não foi bem recebida também. Por exemplo, em uma crônica, Clóvis Hughes comentava que o Brasil, não satisfeito em humilhar o Imperador D. Pedro II, “voltou-se contra os planetas, as constelações, Escorpião, Sagitário, Peixes Celestes, contra tudo que está acima de nós, na sara-banda do infinito”. E após outras ironias, terminava: “Augusto Comte tem apenas um grupo restrito de fiéis em seu país, e, apesar disso, revoluciona as estrelas no Brasil” (LA FRANCE, 13 jan. 1890 apud GOES, 1908, p.268 id., p.370).

Alguns brasileiros se sentiam em condições vexatórias, pois diziam sofrer com ‘comentários deselegantes e jocosos’ à bandeira nacional. Em uma correspondência de Domício da Gama¹⁰¹ para Goes, enviada de Paris consta:

¹⁰¹ Jornalista, diplomata, contista e cronista, nasceu em Maricá, RJ, em 23 de outubro de 1862 e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 8 de novembro de 1925. É um dos dez acadêmicos eleitos na sessão de 28 de janeiro de 1897, para completar o quadro de fundadores da Academia, ocupou a cadeira n. 33. Em 1919

[...] aqui estão todos convencidos de que o governo tinha mais que fazer do que se ocupar com substituições das armas nacionais e da bandeira, e que foram os jornalistas [...] que compuseram a nova bandeira, de uma estética tão precária, e desenharam as armas nacionais, que são como heráldica, um escândalo. Não há no mundo inteiro nação civilizada, cuja bandeira e cujas armas não possam ser lidas e desenhadas sem modelo, pela simples descrição heráldica. Nós saímos da regra, ainda nisto. Não é m escudo d´armas o que o tem: é uma marca, um rótulo bem combinado como geometria, mas absurdo como brasão. Quem compôs ate pensou que em heráldica o ouro é diferente do amarelo. E a bandeira, de um deplorável efeito decorativo, põe em embaraços heraldistas e astrônomos, igualmente. Um astrônomo do Observatório disse que fizemos mal em estender a nossa revolução ate as regiões celestes e que a arrumação das constelações na bola azul, cintada de - Ordem e Progresso -, da nossa bandeira nova e pretenciosa, desconcerta aos que supunham ter uma idéia exata de como brilham para os Brasileiros do Cruzeiro do Sul os lumes de ouro.

Se a colocação das estrelas no nosso belo firmamento subordinou-se ao bel-prazer dos nossos compositores de pendões e escudos de armas, por que não distribuíram logo as 21 no fundo azul, como nos céus de papel pintado? Aos que me fazem tais questões respondo que não se pode exigir inteira correção nas coisas feitas às pressas, que em tais circunstâncias são sempre os mais ignorantes que são os mais audazes em apresentar os seus bons ofícios e que a decoração externa da República foi confiada a pessoas pouco entendidas, a gente que os sapateiros chamam de barbeiros e os barbeiros de sapateiros. Replicam-me que não era talvez muito urgente a substituição dos móveis no campo dos escudos nacionais e a isso não sei que objetar. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 16 ago. 1890 apud id., 370).

Podemos notar que aqueles que se posicionam contrários à bandeira atual eram pessoas cultas, conceituadas na sociedade, não meros oportunistas ou aventureiros. Para dar um exemplo deste fato, temos outro que, pela posição exercida e pela competência cultural, não se enquadrava no rol dos meros mortais, Aluizio de Azevedo¹⁰², Embaixador na Itália. De lá envia a Eurico de

foi Presidente da Academia Brasileira de Letras, substituindo Rui Barbosa. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/imortais/cads/33/domicio.htm>> Acesso em: 30 ago. 2005, 10:45.

¹⁰² Aluizio Tancredo Gonçalves Belo de Azevedo nasceu em São Luís (Maranhão) a 14 de abril de 1857 e morreu em Buenos Aires (Argentina) a 21 de janeiro de 1913, irmão de Arthur Azevedo. Diplomata, jornalista, professor, dramaturgo, crítico de arte, caricaturista, cenógrafo, romancista naturalista e poeta, eleito para a cadeira n. 4 da Academia Brasileira de Letras em 1897, cujo patrono é Basílio da Gama. Disponível em: <<http://eal.incubadora.fapesp.br/portal/enciclopedia/AluizioAzevedo>> Acesso em: 30 ago. 2005, 13:13 e <http://vbookstore.uol.com.br/biografias/aluizio_azevedo.shtml> Acesso em: 30 ago 2005., 13:20.

Goes uma carta, datada de 21 de novembro de 1909, com um conteúdo muito mais patético que o de Domicio:

É preciso ver cá fora, como me acontece há muitos anos, para bem poder avaliar quanto nos prejudica aos olhos do estrangeiro aquela vergonhosa caricatura de armas e pavilhão com que temos de representar a Pátria, quando em verdade o tal arremedo de bandeira, pelo seu desgraçoso arranjo nas cores e na disposição dos pseudos símbolos, nem sequer aproveitaria cabalmente para um teatro de mágicas, servindo de emblema a qualquer país fantástico e ridículo, feito à imitação dos que Swift deu a Guliver. Cada vez que tenho de arvorar a bandeira nacional à frente da chancelaria a meu cargo, confesso que sinto calafrios, porque de antemão estou prevenido certas perguntas entaladoras... isso ainda não falhou por onde tenho andado a arrastar a carroça consular (apud GOES, 1935, p.19-20, id., 2000, 371).

Em 1933, Otto Prazeres¹⁰³, cita um fabricante de bandeiras: “A bandeira é complicada demais. Sua fabricação consome um capital enorme. Uma custa o preço de dez bandeiras francesas...” (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 29 abr. 1933, id., 2000, p. 371). Com o advento da computação gráfica, algo que trouxe um facilitador enorme no desenvolvimento de imagens para produção em massa, mesmo assim, a manufatura da bandeira brasileira atual requer uma boa qualificação de quem a produz, pois é necessário um certo rigor na composição, caso queira seguir fielmente o gabarito oficial. O que vemos comumente é a falta deste rigor, que vai desde as tonalidades das cores, à formatação das constelações, a inclinação da faixa branca etc. Vejamos um adesivo comprado em uma livraria paulistana: são três erros gritantes, a esfera ovalada, as estrelas fora da formatação e a faixa com inclinação errada.

¹⁰³ Jornalista, foi creditado junto à Conferência de Paz de Versailles em 1919. Acesso em: 30 ago. 2005 <<http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/RelInter.doc>> Acesso em: 30 ago 2005., 14:30.



Figura 81: Adesivo com a bandeira brasileira.

Nem em publicações oficiais, erros deixam de acontecer. O próprio livro de Milton Luz apresenta a bandeira nacional com as estrelas dimensionadas erradamente, com uma faixa um pouco mais larga, assim como a tonalidade do azul e do amarelo, fora da especificação¹⁰⁴. Compare duas formatações da bandeira, a primeira do livro de Luz e a segunda baixada do sítio do Governo Federal¹⁰⁵ em arquivo do software CorelDRAW e convertida por mim para arquivo bitmap no formato JPG; as duas estão erradas. A baixada do sítio está com a tonalidade amarela um pouco escura.



Figura 82: Bandeira Nacional no livro de Milton Luz.



Figura 83: Bandeira Nacional do sítio governamental.

No livro de Milton Luz; ele critica a falta de especificações mais exatas referentes à cor.

¹⁰⁴ Livro publicado pelo Senado Federal em 1999, sendo presidente da casa Senador Antonio Carlos Magalhães.

¹⁰⁵ Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/secom/simbolos/index.htm>> Acesso em: 31 ago. 2005 11:30

O desconhecimento das normas de heráldica sempre produziu equívocos. Quando, na Bandeira Nacional, o brasão de armas do Império foi trocado pela esfera celeste azul republicana, o Decreto 4^o definia a forma e a natureza do símbolo (uma esfera celeste azul) e a cor (azul); mas não especificava a tonalidade desta cor, um detalhe que foi então atribuído como função do desenho do seu Anexo n^o 1. Ocorreu que a expressão “esfera celeste azul” foi trocada nos decretos e leis posteriores por “esfera azul-celeste”. Ora, “azul-celeste” não existe em heráldica nem em artes gráficas, e o Aurélio o define como “azul da cor do céu”. Mas, em todos os desenhos de todos os anexos da legislação sobre a matéria até hoje publicados no Diário Oficial esta cor é sempre representada pela convenção heráldica de hachuras que correspondem ao blau que, em artes gráficas, é o azul resultante da combinação do cian e o magenta.

O azul da esfera celeste da nossa bandeira é 85% de azul cian da escala universal de cores, “queimado” com 12 % de magenta.

Mais correto seria, pois, que esta cor fosse assim especificada para evitar os erros de execução e de reprodução do símbolo. (1999, p. 28, grifo meu)

Basta ver as bandeiras utilizadas nos palanques do Congresso e do Senado (fotos a seguir); a cor amarela e a cor azul são mais claras que as do arquivo publicado no sítio do governo federal. Principalmente a tonalidade da cor azul, caso a entendamos como sendo de um céu noturno estrelado, deveria obrigatoriamente ser escura; neste ponto, o arquivo baixado do sítio do governo está correto.



Foto 7: Sessão na Câmara Federal.



Foto 8: Sessão no Senado Federal.¹⁰⁶

Ao procurar a formatação correta da bandeira na internet, me deparei com o sítio ‘Portal da Cidadania’ da Radiobrás¹⁰⁷, e nele encontrei a reprodu-

¹⁰⁶ Fotografias digitais tiradas por mim em: 02 set. 2005.

¹⁰⁷ Disponível em: <<http://www.radiobras.gov.br/cidadao/bandeira.html>> Acesso em: 31 ago. 2005 12:10.

ção da bandeira da figura 82, a mesma do livro de Milton Luz; mesmo em páginas de órgãos oficiais, acontece o problema da bandeira com formatação errada. Outros lugares onde a bandeira aparece com erros: no sítio do Exército Brasileiro¹⁰⁸; no sítio do Ministério da Cultura onde as cores da bandeira aparecem erradas; no próprio livro do IBGE, escrito por Raimundo Olavo Coimbra, em que as letras do lema “Ordem e Progresso” estão erradas e as cores também; na formatação original, as letras são lapidares, isto é, não possuem serifa, mas, como se pode observar na Figura 84, elas são serifadas e com localização e tamanho incorretos:

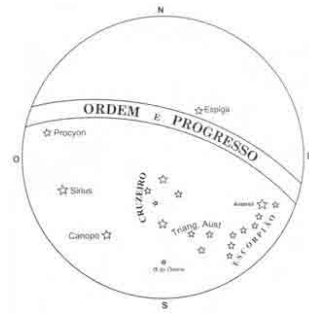


Figura 84: Reprodução do modelo adotado para a bandeira.¹⁰⁹

Por que tal descaso: falta de atenção ou rigor? Tudo soa como efeito da doutrinação intimidadora desde os tempos da adoção da bandeira – e não podemos nos esquecer que quem impôs à Nação esta formatação de estandarte foi principalmente um homem de caserna, Benjamin Constant. Ele inclusive se posicionou contra Deodoro da Fonseca, seu superior na hierarquia militar, que velho e debilitado, não lhe podia fazer oposição, e nós todos sabemos dos efeitos quando as quarteladas agem sobre o social.

¹⁰⁸ Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/01Instit/Historia/simbnac/simbnasc.htm>> Acesso em: 31 ago. 2005
¹⁰⁹ COIMBRA, 2000, p. 385.

Temos um exemplo dos problemas da construção da bandeira atual quando do acontecimento das solenidades dos Jogos Pan-Americanos na República Dominicana, em 2003. Neste evento, a bandeira nacional aparece completamente fora das normas. Vejamos a seguir a transcrição da notícia publicada na 'Folha OnLine':

O COB (Comitê Olímpico Brasileiro) recebeu neste sábado um pedido de desculpas oficial do presidente da República Dominicana, Hipólito Mejía, pelo episódio da bandeira brasileira fora de padrão no desfile oficial das delegações do Pan-Americano 2003, sexta-feira. Numa homenagem, a bandeira brasileira foi conduzida pelo levantador da seleção brasileira masculina de vôlei, Maurício.

O presidente dominicano determinou ainda que o Copan (Comitê Organizador dos Jogos Pan-Americanos) revise as bandeiras brasileiras que serão utilizadas nos demais locais dos Jogos para evitar novos erros. Com isso, o COB encerrou o episódio.

Na manhã deste sábado, o presidente do COB, Carlos Arthur Nuzman, enviou uma carta ao presidente do Copan, José Joaquin Puello, exigindo um pedido de desculpas por causa da falta de padrão da bandeira nacional.

"Apresentamos formalmente os mais enérgicos protestos pela maneira desrespeitosa como foi tratado nosso símbolo nacional ao ser entregue pelo Copan, ao porta-bandeira Maurício, uma bandeira do Brasil desfigurada, fora dos padrões oficiais, em flagrante e inaceitável atitude, durante a cerimônia de abertura", escreveu Nuzman na carta entregue ao Copan.

O presidente do COB solicitou ainda a verificação das demais bandeiras brasileiras que serão utilizadas nas cerimônias de premiação e em todos os estádios da competição.¹¹⁰ (grifo meu)

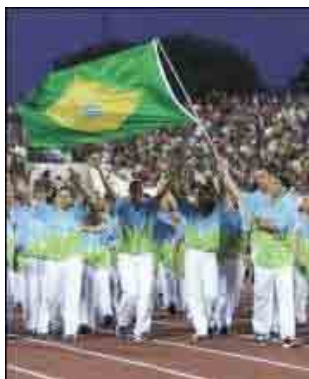


Foto 9: Solenidade de Abertura do Pan-Americano em Santo Domingo.¹¹¹

¹¹⁰ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u63246.shtml>> Acesso em: 31ago. 2005

¹¹¹ Disponível em: <<http://www.noolhar.com/pan2003/282999.html>> Acesso em: 16 out. 2003.

Abaixo o texto do artigo que acompanha a foto reportando o ocorrido:

Os atletas brasileiros desfilaram bastante animados, apesar de uma gafe da organização do Pan, que deu ao Brasil uma bandeira com o círculo azul desproporcional, muito menor que o normal, além de estar com os tons das cores diferentes. Alheio à falha, o levantador da seleção masculina de vôlei Maurício agitou a bandeira brasileira, sob aplausos. (LANCEPRESS!, 2003.)

Por acaso, não deve ser do país a responsabilidade sobre os símbolos pátrios? Por que esse comitê brasileiro não possuía uma ou mais bandeiras corretamente formatadas? Por que não se envia aos países sedes dos eventos manuais de construção do pavilhão nacional? Mas, por acaso, existe esse manual? Manual do logotipo do governo atual existe.

O grande problema e motivo de discórdia da bandeira atual reside em sua imagem central, por sinal a 'marcante' mudança ocorrida na mudança do regime político. Comparando as duas bandeiras significativas do povo brasileiro, a Imperial e a atual, temos praticamente a mesma estrutura:



Figura 66: A Bandeira do Brasil imperial.



Figura 76: Bandeira atual do Brasil.

Quais foram as modificações? Basicamente o que foi alterado foram os elementos internos. Foi trocado o brasão imperial pelo selo da República. Claro que houve a diminuição do tamanho do losango, porém sem per-

der a estrutura formal original; vale ainda lembrar que houve uma configuração da bandeira imperial, abandonada, na qual o losango não tocava a borda do retângulo. Assim, o que temos é a grande preocupação de simplesmente definir aos olhos da população qual o regime ou quem está no poder, fato esse nada estranho na história dos pavilhões mundiais; porém algo fica faltando.

Vejam os seguintes dois símbolos destacados das flâmulas:

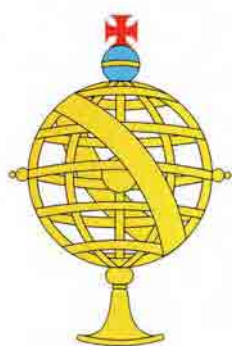


Figura 55: Band. do Princ. do Brasil (Detalhe).

Figura 68: Brasão Imperial.

Figura 85: Selo da República.

É fácil notar algumas semelhanças ou heranças figurativas, aliás, afirmadas por Teixeira Mendes, o mentor intelectual do pavilhão atual: “por trazer à memória a esfera armilar¹¹²”, no que diz respeito ao centro do brasão e o selo em si. Eduardo Prado, em seu livro *A Bandeira Nacional*¹¹³, rebate:

Não ha esphera azul desenhada no losango amarello não tem signal algum que lhe dê relevo: é um circulo azul, cortado por uma faixas branca e ponteados de algumas estrellas. É necessário um esforço de imaginação para o espirito figurar a antiga esphera armillar, á vista da bola azul da nova bandeira do Brasil. (PRADO, 1903)

¹¹² COIMBRA, 2000, p. 319.

¹¹³ PRADO, Eduardo, *A Bandeira Nacional*, São Paulo, Escola Typographica Salesiana, 1903.

O que se denomina esfera armilar – herança de Dom Manuel I de Portugal - no centro do brasão em amarelo dourado, nada mais é que a derivação transmitida no circular do selo; as estrelas circunscritas jazem agora sós ou como constelações e, no lugar, a inscrição da República Federativa do Brasil, (no período da Proclamação da República, a inscrição era República dos Estados Unidos do Brasil); a faixa sobre a esfera armilar agora se torna branca e curva recebendo a inscrição positivista “Ordem e Progresso”.

Teixeira Mendes escreveu, após a instituição do lábaro atual a pedido de Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda, uma análise da bandeira que idealizara, no Diário Oficial, de 24 de novembro de 1889, e que foi chamada de “Apreciação Filosófica”. Este pedido foi feito dada a grande oposição que causou a instituição dela. O livro de Eduardo Prado foi escrito com o intuito de rebater as afirmações expressas nesta ‘Apreciação’.

Na Proposição II do texto, escreveu: “O novo symbolo lembra a phase do Brasil-Colônia, nas cores azul e branca que matizam a esfera”¹¹⁴. Antes de citar a resposta de Prado a esta colocação, quero realçar uma observação: o azul e o branco nada mais são do que as cores utilizadas na bandeira dos Estados Unidos da América do Norte, com o retângulo e as estrelas correspondentes aos estados daquela união; partindo do princípio que esta mesma analogia tinha sido utilizada na Bandeira Provisória e com outra formatação, mas simbolicamente idêntica na Bandeira Imperial.

Esta afirmação de Teixeira soa como um subterfúgio: ela se caracteriza no mínimo estranha, pois que vantagem tem um país liberto em recordar o tempo em que foi colônia com tanto ufanismo, como algo louvável.

¹¹⁴ Apud PRADO, 1903, p.10.

vel? Ainda mais, foram essas as cores que, segundo Coimbra, eram usadas nos laços dos soldados portugueses¹¹⁵ que foram atirados fora no momento do “Independência ou Morte!”, na exclamação já citada: “Laços fora! Dora-vante teremos todos outro laço de fita, verde e amarelo. Serão as cores nacionais!”¹¹⁶. Mas Eduardo Prado rebate:

É um erro da Apreciação, que, por ter a actual bandeira portugueza as côres azul e branca, julgou que essas côres datavam do tempo do Brasil colonial.

As côres azul e branca só são as da bandeira portugueza, desde 1830, em virtude do decreto da Regencia, chamada da Terceira, datada de Angra, a 18 de outubro daquelle anno, isto é, 8 annos depois da independencia do Brasil, quinze annos depois do Brasil ser elevado a reino, vinte e dous annos depois do Brasil, de facto, deixar de ser colonia, pela chegada da família real, em 1808.

A côr da bandeira portugueza, tanto em Portugal, como nas colonias, foi, antes e depois de 1500, a côr branca. Não é, pois, possível lembrar a phase colonial do Brasil pelas cores branca e azul, que nunca foram dessa colonia e são as de Portugal somente desde 1830.

Em 1500, a bandeira que Cabral arvorou na terra do Brasil foi a bandeira branca, da ordem militar de Christo. Esta foi a dos navegantes portuguezes, a de Vasco da Gama, a de Cabral, que nas velas dos seus navios também traziam a cruz vermelha de Christo. Ella se encontra em muitos portulanos e em vários documentos contemporaneos, nas estampas de peregrinação de Linschotten, no século XVI, e nas da obra de Barloeus, representando combates da guerra hollandeza no Brasil. A cruz de Christo, a esphera armillar de Dom Manuel (armas dadas a este príncipe por Dom João II) e as quinas portuguezas eram simultaneamente usadas como emblemas do rei de Portugal nas terras recém-descobertas. A bandeira, porém, era sempre branca [...]. (PRADO, 1903, p. 10-14)

Aqui há um lapso de Prado, pois no dia 21 de agosto de 1821, as Cortes Portuguesas aprovaram a Bandeira do Regime Constitucional¹¹⁷, a ter como fundo as cores azul e branca; portanto, quando o Brasil era Reino Unido; onze meses antes da Independência.

¹¹⁵ No quadro de Pedro Américo (figura 60) elas são azuis e vermelhas.

¹¹⁶ COMBRA, 2000, p.258.

¹¹⁷ Figura: 59. Segundo o livro de Coimbra.

Quanto às estrelas, Teixeira diz na sua 'Apreciação Filosófica': "Foi mantida a idéia de representar a independência e concurso civicos por um conjunto de estrellas (sic)".¹¹⁸ Ao que Eduardo Prado rebate:

Na bandeira de 1822, existia, com effeito, a bella e poetica idéa de representar as antigas provincias por estrellas. Presidiu, porém, á execução dessa idéa o pensamento de representar a união harmonicamente das provincias por outras tantas estrellas eguaes, dispostas em circulo, isto é, na mais perfeita symbolisação da ordem e da egualdade, figuradas pela continuidade e pela equidistancia do centro. Na bandeira dos Estados-Unidos, vê-se o mesmo pensamento, e as estrellas que nella figuram os Estados da União são estrellas eguaes em grandeza, como são eguaes em direitos os Estados, e essas estrellas estão dispostas symmetricamente no parallelogramma azul, justa imagem de boa ordem e da União Federal.

Na bandeira do decreto de 19 de dezembro¹¹⁹, os Estados do Brasil são representados por estrellas e ha no campo azulado do hemispherio austral estrellas de primeira, de segunda e terceira grandeza e até uma, do OITANTE, que é invisível a olho nú. Foi desprezado o dogma fundamental de toda organização federativa, isto é, o da egualdade de direitos e de autonomia de todos os Estados federados.

Na bandeira, as estrellas não estão figuradas de modo a representarem a união e a harmonia. Separadas e dispersas, como estão, figurariam antes, não só a desigualdade, como a desunião e a desordem. Quanto á idéa de independencia figurada por um conjunto de estrellas, nas suas posições astronômicas, segundo diz o decreto, é claro que esta representação astronomica e inflexivel indica, antes, uma rigorosa subordinação a leis fataes e immutaveis, como são as da ordem cosmica, do que á independencia, de que fala o sr. Teixeira Mendes. (PRADO, 1903, p.29-31)

Otto Prazeres lembrou que, na época da instituição da bandeira atual, os fabricantes se queixavam dos custos e do tempo de sua manufatura, incluindo a questão do avesso. Quando a bandeira está ao sabor dos ventos, precisa ter as duas faces iguais; logo, existe a necessidade de o círculo central ser produzido duplamente. Inclusive, isto é uma determinação oficial e, cá entre nós, lógica.

¹¹⁸ Prado, 1903, p. 29.

¹¹⁹ Erro do texto original: o correto é 19 de novembro.



Figura 86: A Bandeira não tem avesso.

No tópico da lei federal referente à bandeira está estipulado:

“Art. 5^o — As duas faces [da bandeira] devem ser iguais, com a faixa branca inclinada da esquerda para direita (do observador que olha a faixa de frente), sendo vedado fazer uma face como avesso da outra”. (apud, LUZ, 1999.) Este é um dos erros comuns ocorridos no pavilhão; Milton Luz cita este problema¹²⁰, dando como exemplo o fato ocorrido durante a Copa do Mundo de 1994, quando notou que grande parte das bandeiras possuía a impressão (rotográfica¹²¹) somente em um dos lados; por causa da transparência do tecido, a outra face aparecia invertida.

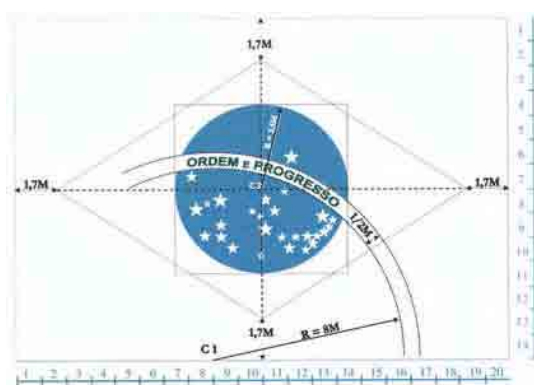


Figura 87: Desenho modular da Bandeira Nacional, segundo o Anexo n^o 2 da Lei n^o 8.421.¹²²

¹²⁰ p. 109

¹²¹ Rotografia - Processo de impressão que emprega uma chapa gravada com células de profundidade variável, contra a qual o papel ou qualquer substrato flexível é pressionado para receber a tinta do interior das células, produzindo um efeito de tom contínuo. ROSSI FILHO, Sérgio. GRAPHOS: Glossário de termos técnicos em comunicação gráfica. 1 ed. São Paulo: Cone Sul, 2001.

¹²² Luz, 1999, p.110.

Diferentemente do desenho modular mostrado anteriormente (Figura: 77), este foi adquirido por escaneamento do livro de Milton Luz. Note-se que as estrelas estão encavaladas e com tamanhos incorretos, flagrantemente fora da configuração oficial. É possível verificar também todo um trabalho de geometria, que, de alguma maneira, permanece distante das pessoas em geral. Fica evidente o quanto é difícil e complicado desenhar a bandeira atual, o que se torna um absurdo, justamente em um símbolo que, na teoria vexilológica, deveria ser reproduzido por qualquer cidadão sem muitas dificuldades.



Foto 10: Erro na Bandeira na Copa América 2005 de Basquete.¹²³

A problemática com reflexo psicológico-social

A problemática da forma e construção

Nos dias atuais, um importante crítico desta formatação da bandeira, defensor de sua mudança e adequação às regras de um bom design, o designer gráfico Alexandre Wollner (1929 -), em entrevista concedida em 14 de julho de 2003 — quando do lançamento do livro comemorativo dos seus 50 anos de carreira — a Fernando Oliva e transcrita em artigo por Maria Hirszman no Caderno 2 do jornal “O Estado de S. Paulo”, diz:

¹²³ Fotografias digitais tiradas por mim de uma tela de televisão em 05 set. 2005. Note que a estrela e a faixa de uma das faces simplesmente inexistem, o que vemos são somente as linhas de costura da outra face.

(...) queria dar outro exemplo de mau design: a bandeira brasileira. Existe ali um elemento negativo muito forte, que intuitivamente a população assimila. A faixa branca "Ordem e Progresso" está apontando para baixo, como uma estatística negativa. Também não se deve escrever frases em bandeiras, porque elas estão sempre tremulando e não se consegue ler. Estas questões são importantes. As mensagens estão escondidas dentro de um sinal. Intuitivamente você percebe. Não consegue explicar, mas sente. Na Bandeira brasileira, sente-se que existe algo de errado.

Pensemos em um gráfico estatístico econômico: quando temos as curvas direcionadas para baixo, isto é sinal de que aquele índice está em queda, está negativo, como no Índice Nasdaq¹²⁴, a seguir comparado com a estrutura da bandeira:



Figura 88: Gráfico Nasdaq.¹²⁵

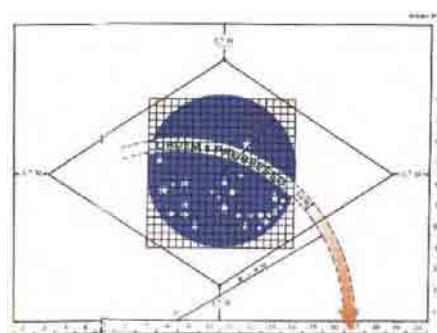


Figura 89: Estrutura da faixa branca.

Além disso, a leitura de imagens com a inclinação descendente da esquerda para direita já se tornou globalmente conhecida e estabelecida como de proibição, possuindo uma conotação negativa. "A faixa oblíqua é um sinal internacional de proibição". (DONDIS, 2000, p.187)



Figura 90: Proibido Estacionar.



Figura 91: Proibido Retornar.



Figura 92: Proibido Fumar.

¹²⁴ National Association of Securities Dealers Automated Quotation System (Sistema Eletrônico de Cotação da Associação Nacional de Intermediários de Valores); bolsa eletrônica, constituída por um conjunto de corretor e compradores conectados por um sistema informático em Nova Iorque.

¹²⁵ Disponível em: <<http://www.invertia.com/mercados/indices/graficos.asp?dtel=IB018IXIC>> Acesso em: 05 set. 2005.

Podemos notar que, independente das imagens existentes no fundo, a barra que as sobrepõe estipula a proibição daquilo que elas significam. Assim, caso retiremos a faixa que corta as imagens, o sinal passa a significar o oposto, isto é, permissão. Comparemos agora o selo republicano do Brasil em negativo com a estrutura dos sinais de proibição em preto:

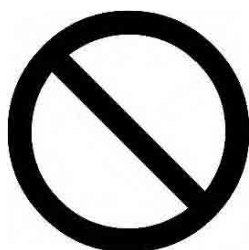


Figura 93: Estrutura de Proibição. Figura 94: Círculo central da bandeira em negativo.

Se compararmos as duas figuras anteriores, de alguma maneira podemos notar que a faixa na bandeira nacional está muito próxima de uma simbologia de proibição. Somado a isso, uma frase imperativa, temos profundos ares autoritários. Resumindo, temos um elemento com forte dose de negatividade, e isto dentro de um símbolo no qual somos “obrigados” a saudar, respeitar, idolatrar.

Um contra-senso a mais aparece quando tentamos fazer a ligação entre o vocábulo ‘progresso’ e a inclinação/direção da faixa. A palavra denota entre outros significados: “[...] mudança de estado (de algo) que o move para um patamar superior; crescimento, desenvolvimento, aumento [...]”¹²⁶. Desta maneira, se temos uma palavra que representa crescimento, aumento, algo para cima, como pode ela estar localizada dentro de uma es-

¹²⁶ Dicionário eletrônico Houaiss, 1999.

trutura (faixa) com o direcionamento oposto, isto é, descendente, decadente, com o sentido antonímico?

O círculo central na bandeira, em verdade, significa ou deveria significar uma esfera, isto é, a correspondência positivista com a Esfera Armilar de D. Manoel I de Portugal; logo, uma simulação de um objeto tridimensional, simulacro reforçado pela curvatura da faixa branca. Mas, como podemos observar, ela parece uma janela na composição; com um pouco de esforço de imaginação, podemos ter um leve vislumbre de esfericidade. Se faz possível assim ter uma dupla visão sobre a forma, ela assim se nos apresenta com um caráter dúbio: podemos vê-la ora como côncava (com uma tendência para plana), e ora simplesmente como um furo, um buraco ou vão.¹²⁷ Isso decorre do fato de se querer representar algo em três dimensões em um plano bidimensional. Arnheim tem uma boa explicação para o fato:

Só se pode representar o conceito visual de qualquer coisa que tenha volume num meio tridimensional, como a escultura ou a arquitetura. Se quisermos criar imagens sobre uma superfície plana, tudo que podemos esperar fazer é realizar uma tradução – isto é, apresentar algumas das características estruturais essenciais do conceito visual por recursos bidimensionais. As imagens obtidas desta maneira podem parecer planas como o desenho de uma criança ou ter profundidade como as obtidas com um estereoscópio ou hológrafo, mas em ambos subsiste o problema da impossibilidade de reproduzir a rotundidade integral da concepção visual diretamente sobre um único plano. (ARNHEIM, 2002, p. 99-100, grifo meu)

Um outro símbolo que podemos utilizar para vermos que a ‘estatística’ é mesmo negativa é a popular forma/ícone do rosto sorrindo, muito utilizada nos chats existentes na internet. Claro que aqui, no caso, o ícone de tristeza é o referencial.

¹²⁷ Por exemplo, em teoria, ela sendo desfraldada numa noite de céu estrelado, o centro pareceria ser um furo com uma faixa branca na diagonal.



Figura 95: ícone feliz.



Figura 96: ícone triste.



Figura 94: Círculo central da bandeira.

Se considerarmos as formas do ícone como significativo de tristeza, poderemos construir sem muitas dificuldades algo parecido com o selo republicano e, por certo, muito melhor do que muitas reproduções existentes mundo afora. Mesmo sem extremo rigor, qualquer brasileiro reconheceria nesta imagem o selo contido ao centro do pendão nacional; no máximo, alguns se ligariam na falta de rigor na construção, e até poderiam pensar “É difícil fazê-la mesmo...”

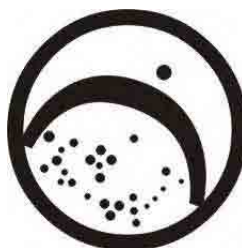


Figura 97: Selo republicano construído com elementos do ícone triste.

Robin Williams, no livro *Design para que não é Designer*, coloca bem claramente esta questão:

A direção é determinada pelo posicionamento das palavras em relação ao observador. Uma das maneiras mais comuns de se direcionar as palavras é através da inclinação, contudo, deve ser evitada ao máximo por ser óbvia demais. Porém, algumas características podem ser aproveitadas: a palavra inclinada para cima cria uma energia positiva e a palavra inclinada para baixo cria uma energia negativa. (WILLIAMS, 2005, p.49)

Em um sítio na web referente à astronomia¹²⁸, o astrônomo e ex-diretor do Planetário e da Escola Municipal de Astrofísica de São Paulo (1980 a 2002), Irineu Gomes Varella escreve:

A Lei nº 5.443, de 28 de maio de 1968, explica, em seu art. 3º, § 1º, o que se encontra representado na esfera azul de nossa bandeira: "As constelações que figuram na Bandeira Nacional correspondem ao aspecto do céu da Cidade do Rio de Janeiro, às 8 horas e 30 minutos, do dia 15 de novembro de 1889 (12 horas siderais) e devem ser consideradas como vistas por um observador situado fora da esfera celeste". Possivelmente, os legisladores procuraram, nessa ocasião, apresentar uma justificativa para um erro elementar de Astronomia que foi cometido na elaboração do aspecto do céu representado na Bandeira. Não há nada que justifique imaginar que o observador esteja situado fora da esfera celeste. Por que isso? Ninguém observa esse aspecto do céu. Ninguém nunca o observou. Outra "explicação", de autoria desconhecida, que circulou por livros e revistas é que o aspecto celeste representado na bandeira é a imagem do céu que seria visto às 8h 30min do dia 15 de novembro de 1889, refletido nas águas da baía da Guanabara! Por outro lado, não haveria inconveniente algum em corrigir esse erro. Nossa bandeira não sofreria grandes alterações e continuaria a ser uma das mais belas do planeta (na minha opinião, a mais bela). Além disso estaríamos dando uma demonstração inequívoca de que a nossa Astronomia está apta a construir uma simples carta do céu, mesmo alterando ligeiramente a disposição de algumas estrelas por licença artística. (VARELLA, 2005)



Figura 98: Selo da Bandeira invertendo-se o aspecto do céu.¹²⁹

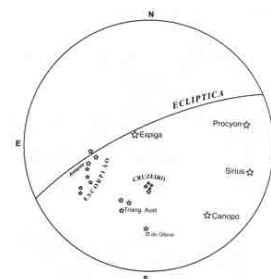


Figura 99: Posição da Eclíptica.¹³⁰

A proposta de Varella, por mais engenhosa que seja, corrigiria somente um dos problemas do design da bandeira, porém não a questão simbólica-semiótica, pois a correspondência de algo que representasse o signo lingüístico 'brasil' continuaria faltando, e com isso a integridade do signo 'bandeira' permaneceria contraditória.

¹²⁸ Disponível em: <<http://www.uranometrianova.pro.br/historia/hda/0004/bandeira.htm>> Acesso em: 8 set. 2005.

¹²⁹ Idem. Note o tom do azul, como sempre fora do padrão da bandeira.

¹³⁰ Plano da órbita terrestre. (COIMBRA, 2000, p. 384)

Quando Wollner fez aquelas afirmações estava colocando à tona o conhecimento que possui das linguagens visuais, ou, como chama Donis A.Dondis¹³¹, do alfabeto visual. Existem, de alguma maneira, códigos que transmitem informações e mensagens, e com a aplicação destes a construção visual se torna efetiva. Vejamos o que Dondis escreve:

Cada um dos meios de comunicação visual tem não apenas seus próprios elementos estruturais, mas também uma metodologia única para a aplicação das decisões compositivas e a utilização de técnicas em sua conceitualização e formulação. O entendimento dessas forças amplia o campo da experimentação e da interpretação tanto para o criador quanto para o observador, e os leva a um conjunto de critérios mais sofisticados de avaliação visual, capazes de unir mais estreitamente a realização e o significado. (2000, p. 189)

Em sua entrevista, Wollner disse que as pessoas sentem, percebem algo de errado na bandeira, contudo elas não sabem o quê. Em entrevista dada a mim, o designer afirmou que as pessoas não possuem informações suficientes e referências da leitura de imagens e símbolos, ou segundo Dondis, o alfabeto visual. Deste modo, na maioria das pessoas, este alfabeto ainda jaz submerso em um limbo, recoberto por uma névoa da falta de informação e por uma cultura parca na qual vivem; sendo manipulados por esse alfabeto, porém, sem tê-lo lucidamente enquanto percepção consciente, e no geral seguem a “manada”. Daí que os “marketeiros” comumente se utilizam desta importante arma de comunicação e persuasão, com o intuito de convencer, ‘fazer cabeças’, arrebanhar.

Na enquete que realizei na internet¹³², com o intuito de saber quais as opiniões das pessoas referentes à bandeira nacional brasileira atual e a bandeira

¹³¹ Sintaxe da Linguagem Visual. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

¹³² <www.rickardo.com.br/pesquisa>

projeto que apresento, aferi diversas informações, muitas delas de fácil previsão. Diversas respostas criticavam o lema positivista no pavilhão brasileiro, não pelo motivo colocado por Wollner, mas pela conotação autoritária. De qualquer maneira, este elemento é comumente criticado pelas pessoas. Mesmo em conversas com conhecidos, este tópico geralmente sofre crítica. Mas aqui a questão é mais abrangente, é algo ligado à percepção, aos fenômenos visuais, às intenções de informação, significado, filosofia, doutrinas políticas e culturais. Nisto tudo, a atual bandeira republicana, com perfis militaristas¹³³, peca. Se, mesmo assim, não há crédito a respeito desta afirmação, ela peca por não incluir uma representação, um sinal, um significado do que a palavra brasil é correlação, designação, nomeação.

No livro *Sintaxe da linguagem visual*, Dondis afirma algo que comprova a colocação de Wollner: “As coisas visuais não são simplesmente algo que está ali por acaso. São acontecimentos visuais, ocorrências totais, ações que incorporam a reação ao todo”.¹³⁴ Indo além, mostra que “na criação de mensagens visuais, o significado não se encontra apenas nos efeitos cumulativos da disposição dos elementos básicos, mas também no mecanismo perceptivo universalmente compartilhado pelo organismo humano” (DONDIS, 2000, p. 30, grifo meu). No caso brasileiro, estamos repletos de reações conflitantes, de ufanismos em alguns momentos próximos da delinquência, o patriotismo nacional ainda é um tanto nebuloso. Ainda somos mais torcidas do que irmãos de uma mesma pátria compartilhando, no mínimo, a mesma língua, esse grande Portugal em busca de uma identidade no mundo; queiramos ou não, imensa parte da nossa herança cultural é européia, a influência norte-americana veio mais mar-

¹³³ Vide capítulo 2 no tópico: O Exército assume a doutrina positivista.

¹³⁴ DONDIS, 2000, p. 31.

cantemente com a República. Eduardo Prado já criticara esta postura pró Estados Unidos no final do século XIX; basta vermos a bandeira provisória republicana para constatarmos o fato. A bandeira concebida por Teixeira Mendes é um pouco herança desta americanização, uma colonização cultural que vivemos até os dias de hoje.

A simbologia nacional está oprimida por estrangeirismos avassaladores. É só olharmos os meios de comunicação televisivos, o quanto de produtos 'Made in USA' adentram nossos lares incondicionalmente. Porque não temos acesso à nossa e às demais culturas de forma mais ampla, só em suspiros ocasionais. Somos americanos também, mas somos um pouco diferentes. Quem outorgou somente para os estadunidenses a designação exclusiva e dominante deste termo e cognome? Mas vejamos o quanto parecido são estes logotipos de redes de televisão, sabendo ser a CBS uma das três principais redes dos Estados Unidos e a Rede Bandeirante de Televisão e a Rede Globo serem brasileiras.

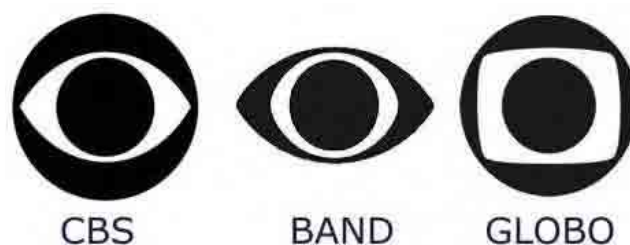


Figura 100: Comparação logotipos.

Quando agimos sem personalidade legítima, negamos nossas próprias lágrimas, nossos risos e esperanças; não só “recordamos nosso período de colônia...” — como exclamou Teixeira Mendes na sua *Apreciação Fi-*

losófica, nos colocamos em um período colonial. Ainda nossa riquezas vão ao estrangeiro e ficamos com os restos, abastecemos a 'grande metrópole' — o primeiro mundo, e vemos a vida de soslaio. Hoje os 'nossos' craques de futebol são admirados através das redes via satélite nos desejados campos da Europa, como se isso fosse a alegria do povo sendo realizada; nossos jogadores, os melhores do mundo se fartam de felicidade e anseiam o quanto antes por jogarem lá, nas catedrais endinheiradas; que 'alegria' para o povo ver seus ídolos jogando nos campos estrangeiros!...

Mas porque estou escrevendo isso? Pelo simples fato de termos, neste círculo ao centro do lábaro, elementos estrangeiros, estrangeirismos exatamente no lugar onde deveria estar algum referente ao nome brasil. Temos a relação estado/estrela advindos da bandeira estadunidense, e o lema positivista "Ordem e Progresso" oriundo do francês Auguste Comte. Isso é um grande absurdo.

Quando os positivistas formularam a imagem central da bandeira republicana estavam imbuídos de um afã doutrinário intenso, muito parecido com os afãs juvenis. Visavam as transformações que todos, em determinado momento da vida, desejam; de algum modo, conseguiram, visto que seus símbolos estão aí. Porém estes símbolos, a raiz central da idéia propagada, jazem inertes em uma alegoria aceita de forma não pensada, de maneira imposta e irrefletida, com a imensa maioria de brasileiros ignorando a origem e o significado. Enfim, eles não colocaram a brasilidade no pendão, colocaram as convicções pessoais, de um grupo sobre os demais, e um grupo que no momento detinha o poder de coerção, as armas em punho, apesar de não dispará-las, mas como instrumentos de intimidação. Queiramos ou não, foi um golpe de caserna,

contra o Império e o Imperador, tendo o ideário comtiano a sobrepor todas as demais forças políticas e culturais do país, assim como a população. O que instituíram foi uma república positivista e não aos moldes da então conturbada França ou dos Estados Unidos, com valores universais e aberta a novos e úteis conceitos.

Na enquete que realizei na web, o ponto de maior discórdia residia na frase “Ordem e Progresso”. Um dos pesquisados ironizou: “Sem ordem e sem progresso”. Pude notar que as pessoas não são muito apegadas ao pavilhão nacional, pois a maioria (70%) não possui uma versão de qualquer espécie dela em casa (pano, papel, camiseta etc), nem sabe de alguém que possua a bandeira.

Das 21 pessoas que responderam, entre 23 de dezembro de 2004 e 17 de janeiro deste ano, 15 afirmaram que notaram algo que os desagradava na bandeira. Porém, 19 pessoas responderam que gostam da bandeira atual, sendo os motivos os mais variados, tais como: pelo simples fato de terem se acostumado a ela; deste o tempo do ensino fundamental (primário) foram ensinadas a ‘amá-la’; “Depois de tanto tempo, sim, ela representa o Brasil”; “Como símbolo não, mas respeito à bandeira atual”.

De qualquer maneira, dá para notar que o brasileiro não adquiriu o costume patriótico de reverência à bandeira como os norte-americanos possuem. Foi formulada também uma questão referente ao saber da existência de projetos de modificação da bandeira — no Congresso existem dois projetos de modificações sutis, citados no capítulo 4. A grande maioria desconhece este fato, somente três pessoas são sabedoras da existência de projetos de modificação.

Em seu livro Gestalt do Objeto, tópico “Harmonia – Ordem”, João Gomes Filho coloca que:

A figura da bandeira¹³⁵ apresenta uma harmonia no sentido de ordem visual quase que absoluta no seu todo — com exceção da faixa e das estrelas, ligeiramente desalinhadas — proporcionada pelos fatores de equilíbrio simétrico e coerência da linguagem geométrica da sua composição. (2002, p.52, grifo meu)

Quando ele cita que a bandeira apresenta uma harmonia quase em seu todo, exclui o selo republicano, ‘ligeiramente desalinhado’; isto é, a parte central desarmoniza-o do todo na composição. De novo, esta parte na bandeira apresenta algo em desacordo, o que poderia ser compreendido como um ruído visual — sendo algo que interfere na harmonia ou na ordem da composição, distorcendo-a. Assim, a parte do estandarte que se coloca como fundo — o retângulo e o losango — está harmônica, enquanto o selo se destaca com uma quebra ligeira do equilíbrio. Vejamos o que escreve Arnheim a respeito deste conceito: “O equilíbrio continua sendo a meta final de qualquer desejo a ser realizado, de qualquer trabalho a ser completado, qualquer problema a ser solucionado” (2002, p.28). O que se pode deduzir? A forma central, ao apresentar desequilíbrio, provoca no espectador um desconforto, uma insegurança, um sentimento de negatividade, o contrário do que seria desejável.

¹³⁵ A imagem da bandeira brasileira utilizada no livro de João Gomes está fora do padrão, sendo um clipart retirado do CD-Rom que vem incluso na suíte do software gráfico CorelDRAW.



Figura 101: Estrutura de fundo da bandeira brasileira.



Figura 102: Círculo central da bandeira.

Afora este pequeno desequilíbrio, um dos fatores com grande força psicológico/simbólica, a faixa descendente corta o círculo/esfera em duas partes, o que pode significar desunião. Penso ser, enquanto construção estética, o mais crasso erro na composição, ainda mais quando da utilização de uma tonalidade amarela mais clara. Vejamos em exemplos:



Figura 103: Bandeira brasileira com tom azul médio.



Figura 104: Bandeira brasileira em alto contraste.

Podemos notar que, tanto na versão colorida, como na versão em preto e branco com alto contraste, a esfera/círculo se divide em duas partes, criando uma ruptura, uma fenda, uma divisão, fato que pode reforçar a afirmação de Eduardo Prado referente à desigualdade dos estados e da União: [...] Na bandeira, as estrelas não estão figuradas de modo a representarem a união e a harmonia. Separadas e dispersas, como estão, figu-

rariam antes, não só a desigualdade, como a desunião e a desordem [...]. (PRADO, 1903, p. 31)¹³⁶ A falta de contraste entre a cor amarela e a branca — as duas são muito luminosas —, e por estarem grudadas uma na outra, aguça ainda mais a divisão da esfera/círculo. Isto acontece por que “[...] a percepção de um objeto depende da existência de diferenças de intensidade entre as múltiplas excitações provenientes de várias partes do campo [...]” (PEDROSA, 1979, p.26). Existe na Gestalt a explicação da tendência ao fechamento, isto é, poderiam as partes divididas do círculo — aqui no caso da bandeira nacional — convergirem para uma visualização integrada, una; porém, ainda do ponto de vista da realidade, a separação permanece reforçando a leitura da desunião colocada por Prado:

A tendência a completar-se, a chegar ao equilíbrio mais perfeito possível está contida no segredo da simetria. É o fenômeno mais importante das leis da forma. As regras que governam a organização sensorial se ajustam à estrutura das unidades objetivas, aos agrupamentos objetivos. (DEONNA, ob. cit., p.158 apud PEDROSA, 1979 , p.23, grifo meu)

As diversas bandeiras utilizadas por grande parte dos países possuem formas geométricas harmônicas e bem definidas, com contrastes marcantes; somente alguns utilizam figuras complexas. Quanto mais simples forem as formas, mais facilmente são absorvidas e decodificadas. É uma regra primordial: as bandeiras devem ser simples, a ponto de uma criança poder desenhá-la o mais corretamente possível. No grupo de bandeiras a seguir, fica fácil notar quais são mais rapidamente assimiladas:

¹³⁶ Fato que por sinal está acontecendo no país atualmente; vide o comportamento das pessoas no trânsito de São Paulo, as diversas CPIs no Congresso Nacional, o banditismo ligado ao narcotráfico no Rio de Janeiro, os meios de comunicação com uma programação artística chué etc.



Figura 105: Grupo de bandeira de países diversos.

Aqui, é fácil reconhecer a bandeira brasileira. Porém, é impossível lê-la com clareza. Como marca, ela se perde na redução. Caso a utilizemos em tamanho pequeno — como um ícone em uma página web, por exemplo — a inscrição e as estrelas se tornam um amontoado de informações ilegíveis necessitando a subtração de elementos e, com isto, perdendo dados da configuração e saindo do padrão.

A lei básica da percepção visual da Gestalt, a pregnância, reza que: “Qualquer padrão de estímulo tende a ser visto de tal modo que a estrutura resultante é tão simples quanto o permitam as condições dadas”. Também define que: “As forças de organização da forma tendem a se dirigir tanto quanto o permitem as condições dadas, no sentido da harmonia e do equilíbrio visual”. (GOMES FILHO, 2002, p.36) O que significa isto? Significa que um objeto ou imagem com alta pregnância é um objeto ou imagem com um máximo de equilíbrio, unidade e clareza visual, em que a organização dos elementos e unidades constituintes possuem o mínimo de complicações e

complexidades visuais. Em suma, esta é uma regra extremamente referenciadora e fundamentadora para a construção de um vexilo. “Quanto melhor for a organização visual da forma do objeto, em termos de facilidade de compreensão e rapidez de leitura ou interpretação, maior será o seu grau de pregnância”. (GOMES FILHO, 2002, p.37)

Desta maneira, analisando rapidamente a bandeira brasileira, principalmente no aspecto mais conflituoso, temos:

1. o lema positivista e a frase escrita na bandeira;
2. a faixa em um sentido negativo;
3. a não veracidade astronômica;
4. a não existência da cor referente ao vocábulo 'brasil' ;
5. uma complexidade nas formas/constelações/faixa/escrita;
6. círculo rupturado.

Assim, basicamente, repit: as pessoas que formularam a bandeira atual não se preocuparam em colocar no pavilhão algo ligado ao significado do signo lingüístico brasil. Usaram, sim, de uma simbologia não heráldica, cheia de idéias filosóficas, políticas e religiosas (em tese, materialistas, todavia religiosas). Buscaram intelectualizar, contudo em um lugar errado e de forma errada. Arnheim assevera de forma taxativa:

A melhor ilustração¹³⁷ é aquela que omite detalhes desnecessários e escolhe características reveladoras, mas também que os fatos relevantes devem ser comunicados aos olhos sem ambigüidade. Isto é realizado por meio de fatores perceptivos: simplicidade de configuração, agrupamento ordenado, sobreposição clara, distinção de figura e fundo [...]. (ARNHEIM, 2002, p.146, grifo meu)

¹³⁷ Imagem ou figura de qualquer natureza com que seorna ou elucida o texto de livros, folhetos e periódicos. Aurélio Eletrônico, v.3, 1999. Aqui, no caso, busca expressar uma convicção, uma idéia, uma simbologia.

A problemática da cor e a palavra brasil



Foto 11: Florada do Pau-brasil.

O que significa e de onde veio a palavra brasil? Começemos pelo mais simples e direto, o dicionário Aurélio Eletrônico:

[Der. ant. de brasa, pela cor vermelha do pau-brasil, poss.]

S. m.

1. Bras. P. us. Bot. Pau-brasil.
2. Bras. Ant. A cor do pau-brasil; encarnado, vermelho.
3. Bras. Ant. Tintura fabricada com a madeira do pau-brasil, usada em tinturaria e pintura, e também para dar o vermelho das miniaturas e iluminuras dos manuscritos.

Consultando outro, o Dicionário Eletrônico Houaiss:

■ adjetivo de dois gêneros

Estatística: pouco usado.

1 relativo a brasa

adjetivo e substantivo de dois gêneros

Estatística: pouco usado.

2 (a1557)

relativo ao Brasil ou o que é seu natural ou habitante, esp. o indígena brasileiro

adjetivo de dois gêneros e substantivo masculino

Estatística: pouco usado.

3 diz-se de ou a cor da madeira do pau-brasil e da brasilina

substantivo masculino

Estatística: pouco usado.

4 Rubrica: química. Estatística: pouco usado.

m.q. brasilina

5 cosmético facial vermelho us. pelas mulheres

Temos que significado da palavra brasil remete-nos à cor vermelha, pela relação com a brasa e sua coloração incandescente, por referência ao pigmento vermelho utilizado para tingir tecidos, para colorir iluminuras nos manuscritos e na produção de cosméticos faciais avermelhados usados pelas mulheres.

Quando os portugueses desembarcaram aqui por esses lados do Atlântico em 1500, um dos seus primeiros atos foi cortar uma árvore, fazer uma cruz e rezar uma missa celebrando o feito. Sob esse símbolo cristão, a esquadra tinha singrado os mares – utilizando este sinal tanto como suporte às convicções religiosas, como sendo elemento de proteção espiritual. Além do mais, a Ordem dos Cavaleiros de Cristo bancara tal empreitada e sendo o soberano lusitano um cristão, nada mais justo. Deste modo, nascia a Terra de Vera Cruz ou terra da cruz verdadeira. Porém, por considerar um tanto herético este nome, D. Manuel I ordenou que o substituíssem por Terra de Santa Cruz; o monarca considerava verdadeira somente a madeira na qual Jesus Cristo havia sido crucificado. Desta maneira se formou o primeiro nome deste país para o mundo europeu.

A princípio, o lugar não despertou tanto alvoroço ao ser descoberto, pois os espanhóis já haviam encontrado mais ao norte civilizações repletas de ouro, prata e pedras preciosas. Neste lugar, metal não havia, somente homens primitivos e “apenas uma infinidade de árvores de pau-brasil¹³⁸”. Quando conferiram a importância da espécie, isso mudou. As cortes européias, mais o clero, se paravam em sua maior gala com vestimentas tingidas de vermelho — era marca de status — com pigmentos de uma árvore asiática (chamada *Caesalpinia*

¹³⁸ *Caesalpinias echinata* Lam.

sappan L., encontrada na Tailândia, nas Ilhas Molucas e no Japão) que recebia também os nomes de bakham (árabe), shappan (maláyalam) e patanga (sânscrito) (apud, ROCHA, 2004 p.179). Porém, esta árvore tinha um custo maior e possuía melhor qualidade de pigmento que a espécie descoberta nas terras do *Mundus Novus* mais ao sul.

A partir de então, a derrubada de um número imenso da árvore começou, desde o princípio do século XVI até no século XIX, mais precisamente outubro de 1856, quando um químico inglês de apenas 18 anos chamado William Henry Perkin sintetizou a malveína¹³⁹, um corante artificial avermelhado até então somente conseguido pelas *Caesalpinias sappan* e *echinata*. Por volta de 1875, o corante sofreu declínio até praticamente terminar sua comercialização em grande escala.

Foram quase quatro séculos de comercialização irracional por portugueses, franceses, holandeses¹⁴⁰, espanhóis, ingleses e, por último, os brasileiros, todos participaram da extração quase levando a espécie à extinção. A região da Terra de Santa Cruz passou a ser conhecida como Costa do Brasil, igualmente às denominações usuais na África litorânea: Costa do Marfim, Costa dos Escravos, Costa da Mina e Costa do Ouro. Assim, então, passou a se chamar Terra do Pau-Brasil, depois Terra do Brasil e, por fim, Brasil.

A aceitação do nome não foi tarefa simples, apesar de se popularizar, dados os acontecimentos ligados a este bem mercadológico. Em meados de 1570, o cronista português Pero de Magalhães Gandavo lidava por restituir o nome da província, julgando a mudança ter sido arquitetada “pelo demônio, que tanto trabalhou e trabalha por extinguir a memória da Santa Cruz e des-

¹³⁹ BUENO, 2002, p. 36.

¹⁴⁰ Foram os franceses e os holandeses destes todos os que mais lucraram com a comercialização da espécie. BUENO, 2002, p. 33.

terrá-la do coração dos homens” (apud, BUENO, 2002, p. 28). Também, o frei Vicente do Salvador (1564 -1639), considerado o primeiro historiador do Brasil, acreditava que a substituição do “divino pau que nos deu tinta e virtude [...] por um pau com que tingem pano” provinha de obra do “capeta” (Idem p. 28). O também o frei e historiador Antônio Jaboatão (1695-1764) utilizou-se de uma explicação secular atribuindo à “indiscreta política dos homens e sua imprudente ambição” o acontecimento de que o “inestimável preço do sagrado madeiro” se tornasse “menos estimado do que o valor desses paus vermelhos, de que dependem lucros temporais” (Idem p. 28). Contudo, assim se fêz: outra vez o comércio, o mercantilismo se impõe às tradições, crenças e culturas.

Não é bem clara a origem da palavra brasil. Existem diversas teorias, algumas plausíveis, outras tantas fantasiosas. Livros inteiros foram produzidos com este intuito, por exemplo, o *Este Nome: Brazil*, de Adelino José da Silva d’Azevedo, publicado em 1967, contendo 400 páginas. D’Azevedo descarta como sendo descabidas as teorias de F. de Assis Cintra expostas em um livro de 1920, chamado *O Nome Brasil*, com s ou z, no qual coloca possíveis origens da palavra a partir do tupi *ibira-ciri*, “pau eriçado”; do guarani *paraci*, “mãe do mar”; do ariano *parasil*, “terra grande”; do sânscrito *bradshita* e do grego *brázein*. Assim, d’Azevedo após um exaustivo estudo filológico, chega a conclusão que “Brazil” (grafa-se com z) é de origem céltica (Idem, p.29). Sim, o topônimo¹⁴¹ ‘Brasil’ é conhecido bem antes de Cabral ter descoberto essas terras.

¹⁴¹ Nome geográfico próprio de região, cidade, vila, povoação, lugar, rio, logradouro público etc. Origem de um nome geográfico. (Houaiss, 2001)

Segundo Bueno¹⁴², o começo do uso da palavra está ligado aos fenícios. Eles detinham o segredo da fabricação da púrpura, a mística e majestosa cor da Antigüidade. Ela era extraída do óxido de estanho, produto que os fenícios obtinham com os celtas, povo mineiro e metalúrgico, que o retirava de minas localizadas desde a Irlanda até a Ibéria. Os celtas chamavam o estanho de breazail (“vermelhão”). Com o fim do comércio do “vermelhão” entre os fenícios e os celtas, os fenícios passaram a habitar a imaginação e a mitologia dos celtas como um povo mítico e afortunado, que jamais retornou à Irlanda, pois simplesmente vivia na lendária e paradisíaca ilha de Hy Breazil, “a nação dos vermelhos” ou “o lugar onde vivem os descendentes do vermelho”. Este Hy Breazil celta se transforma na O’Brasil dos monges irlandeses, pela decorrente associação desta ilha mítica e fabulosa com as lendas vinculadas às peregrinações de São Brandão, místico cristão do século VI que se desiludira com as torpezas da humanidade, e em 565 d.C. parte rumo ao oeste inexplorado. Após uma viagem repleta de perigos e enormes presságios, quando o barco em que viaja é ‘transportado nas costas de uma baleia’, e chega a uma ilha esplêndida que o santo reconhece como a fabulosa Hy Breazil.

A palavra passou por diversas transformações semânticas, Bersil, O’Brassil, Brazir ou Breasail¹⁴³, asseverando Bueno ser a palavra Hy Breazil sinônimo de “vermelhão”; o brasil (com ‘s’) teria origem no celta bress, origem do inglês bless — abençoar. Logo, este O’Brasil nada mais era que a “ilha abençoada” ou “ilha da bem-aventurança”. (Idem, p.30).

¹⁴² BUENO, Eduardo. Pau-Brasil, São Paulo: Axis Mundi, 2002.

¹⁴³ ROCHA, Ibirapitanga: História, Distribuição Geográfica e Conservação do Pau-brasil do Descobrimento à Atualidade. São Paulo: USP, 2004.

A partir de 1351, indo até 1721, o nome era visto em quase todos os mapas e globos, ainda que a localização variasse desde o litoral da Irlanda até as Antilhas, e de passagem pelos Açores, onde, ainda nos dias atuais, existe uma “ilha do Brasil”. A busca desta quase ‘ilha da fantasia’ durou até por volta de 1624, quando expedições marítimas ainda a procuravam.

Na tese de doutorado do Prof. Dr. Yuri Tavares Rocha, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Física do Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 2004, Ibirapitanga: História, Distribuição Geográfica e Conservação do Pau-brasil do Descobrimento à Atualidade, o autor cita Alexander Von Humboldt¹⁴⁴, que afirma que o nome Brasil era usado para nominar uma madeira tintorial (negociada há mais de dez séculos atrás do Oriente para a Europa, existindo registros comerciais árabes datados de 851 d.C.) e cuja utilização possui registro francês de 1085; em documentos catalães, flamengos, ingleses, portugueses e irlandeses dos séculos XII ao XVI aparecem referências a esse produto. (Mapas, 1993 apud ROCHA, 2004, p. 178)

Rocha expõe que, de acordo com Corrêa (1938), o vocábulo Brasil e suas variações eram conhecidos da Europa já no século XI, aparecendo para designar cor ou corante:

- 1160: romance de Perceval le Galois, “Indiana jaqueta cor de anil, Camisa e bragas de perfeita alvura, Compridas meias tintas em ‘bresil’”;
- 1151: documento genovês em latim, constando que “mandamos que pagueis a Philippe de Lamberto Guezzi cem li-

¹⁴⁴ Friedrich Heinrich Alexander, Barão von Humboldt, (14 de setembro de 1769, Berlim - 6 de Maio de 1859, Berlim), mais conhecido como Alexander von Humboldt, foi um naturalista e explorador alemão, e o irmão caçula do Ministro e lingüista prussiano Wilhelm von Humboldt. Sua viagem exploratória pela América Central e América do Sul (1799-1804) e pela Ásia Central (1829) tornaram-no mundialmente conhecido ainda antes da sua morte. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Alexander_von_Humboldt> Acesso em 11 set. 2005, 20:27.

bras, a quarta parte em dinheiro, a quarta parte em livros, a quarta parte em pimenta, a quarta parte em 'Brasil' ('in brazil-lem');

- 1190: papel languedociano em hebraico, "dizem outros que é o pau de tinta vulgarmente chamado bersil";

- 1193: documento ferrarense em latim bárbaro, "Antigamente ficou entendido que de cada uma das seguintes coisas devem pagar os bolonheses por carga luar; a saber, de todos os panos de algodão, de pedra hume, de grã, de 'Brasil' ('de Brazile');

- 1208: documento francês em latim, "os Senhores de Balneolo [...] recebem [...] de um quintal de Brezel ('de quintalo Brazelli') quatro dinheiros";

- 1221: documento catalão em latim, "Carga luar de Brasil (Carrega de Brasill') paga dois soldos, quer de venda, quer de compra, e sete dinheiros e um óbolo de passagem";

- 1243: documento catalão em latim, "carga collonha de 'Brezil' ('faix de brésil') quatro milaresios de prata" (sic). ROCHA, 2004, p. 178-179.

Os nomes europeus para a madeira tintorial vinda da Ásia e que levou o nome para a árvore sul americana foram: "bresil, bressil, bresili, bresillum, brisilium, brasilly, braxile, braxilis ou grana de brasile, todos originados dos nomes italianos verzino, verzi, verzil, versil, vresil, berzino, berzi, bersi e bersil". (BARROSO, 1961; PALMEIRA, 1997; SAMPAIO, 1952; SOUZA, 1939 apud ROCHA, 2004)

Como bem pudemos aferir, o nome brasil está intimamente ligado a cor vermelha. O substantivo comum pau-brasil, também conhecido na época como 'pau-de-tinta' significa madeira vermelha ou como chamavam os nativos de ibirapitanga (Ybirá: "pau" ou "árvore"; pitanga: "vermelho"). Há outros nomes pelos quais o pau-brasil é também chamado: bois-brésil, brasilwood, legno brasilo, brasilienholz, ternambukholz, papo brasil, pau vermelho, pau-rosado, pau Pernambuco, pau-de-tinta, araboritan, brasileto (VIANNA, 1944 apud ROCHA, 2004).

Deste modo, volto a repetir, temos um problema de comunicação, de informação, de simbologia evidente no lindo pendão da esperança. Nele

nada aponta para o nome Brasil, impossível achar nele qualquer relação, não há índice qualquer, um sinal, um simbolismo, uma imagem. Pior, no local possível assenta-se um símbolo que pouco tem a ver com o Brasil, com os brasileiros.



Figura 106: Detalhe do Atlas Lopo-Homem-Reinóis, c. 1519.¹⁴⁵

No entanto, podemos notar, na figura 106, o detalhe de um mapa de 1519 mostrando parte do território brasileiro com índios transportando a madeira da árvore símbolo do País. Observemos o quanto de vermelho essa figura possui; veja que a inscrição 'Terra Brasiliis', à esquerda abaixo, está sobre uma faixa vermelha. Ora o autor do trabalho, assim como toda a sociedade da época, sabia ser esta a cor característica do vegetal e do nome. Desse modo, utilizar tal matiz era tarefa não só correta como natural, referencial.

¹⁴⁵ BUENO, 2002, p. 57.

O atual pavilhão não possui em sua estrutura cores vibrantes, tropicais. Temos basicamente quatro cores constituintes do pendão: verde, amarelo, azul e branco. A amarela é considerada por Rousseau como cor quente (1980, p.104), ligada ao sol, ao ouro, ao brilho, mas, a rigor, pode ser considerada intermediária, ou morna, servindo de ponte entre o azul e o vermelho – uma cor do meio na trindade cromática: azul (fria) / amarelo / vermelho (quente). Mas, o grande problema é fundamentalmente a inexistência da cor vermelha, a única cor ligada à palavra Brasil.

Pior ainda é a alegação existente de ser essa cor símbolo do comunismo, idéia propagada no país principalmente no período ditatorial, logo momento parco de desenvolvimento sócio-político e educacional, quando a máquina estatal bania e buscava anular a intelectualidade brasileira; e mais, com o agravante de emburrecer e estupificar o país como um todo.

Uma das alegações para essa falta é a de ser o povo brasileiro pacífico. Pacífico? Manso? As estatísticas atuais sobre a violência no país são estarecedoras. E nem se pode dizer que historicamente era diferente: o fato de ter havido a escravidão não permitiria., todas as rebeliões contra a Coroa Portuguesa, o Império, a República e, recentemente o massacre do Carandiru.

Um exemplo de significado bem marcante do vermelho, e nada ligado ao comunismo ou qualquer doutrina de esquerda, paira na bandeira da França: nela, o vermelho significa o povo¹⁴⁶. Portanto, pode-se dizer que a ausência da cor do povo na bandeira brasileira tem uma base histórica: as proclamações da Independência e da República não tiveram participação popular, foram fatos ligados essencialmente às elites governantes.

¹⁴⁶ Disponível em: <<http://www.asbandeiras.hpg.ig.com.br/simbologia.htm>> Acesso em: 11 set. 2005.

Pontuando novamente, o que ocorreu foi a aceitação da bandeira atual sem ponderação pelas pessoas em geral, desde os discursos doutrinários nos bancos escolares. Mal sabemos o que foi e o que é o pau-brasil, de onde veio de fato o nome do Brasil, o que significa de fato. O que temos como certo são feriados nacionais de 7 de setembro e de 15 de novembro, que servem mais como dias de diversão, lazer, do que de comemoração patriótica. E um dia da bandeira que praticamente ninguém comemora, sendo citado de forma quase velada pelos meios de comunicação.

Capítulo 4

Proposta de Bandeira.

A validade de um símbolo é função do seu significado. Assim, o símbolo não é imutável, mas, ao contrário, deve ser atualizado tantas e quantas vezes isto se torne necessário para que seja preservada a sua capacidade de representação cabal.

Milton Luz, A História dos Símbolos Nacionais: a bandeira, o brasão, o selo, o hino.

Vemos acima o quanto se torna necessária a atualização dos símbolos, não só pátrios, mas em geral, com risco deles perderem sua validade informativa, comunicativa, caso esse procedimento não aconteça.

Atualizar bandeira por motivos relevantes já é fato relativamente comum na história das nações. Exemplos mais ou menos recentes são a do Canadá, em 15 de fevereiro de 1965¹⁴⁷ e a de Hong Kong, quando a administração da cidade passou dos ingleses para os chineses em 1^o de julho de 1997¹⁴⁸. Houve tam-

¹⁴⁷ Disponível em: <<http://www.aircanada.com.br/canada/default.aspx?pageid=69>> Acesso em: 10 out. 2005.

¹⁴⁸ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hong_Kong> Acesso em: 10 out. 2005

bém, com o desmembramento da Checoslováquia em duas repúblicas, em 1 de Janeiro de 1993, a criação de uma bandeira para a Eslováquia, ficando a República Checa com a bandeira até então utilizada pela antiga formação política. Diversas outras foram alteradas com a queda da União Soviética, em 25 de dezembro de 1991. A definição de Milton Luz mostra bem o porquê deste fato:

Bandeiras e estandartes, escudos e brasões d'armas, selos e sinetes não são simples composições artísticas idealizadas ao sabor dos caprichos e fantasias de poderosos reis e mandatários. Ao contrário, elas refletem uma realidade histórica e são as crônicas vivas de uma nação. (LUZ, 1999, p. 39)

Assim sendo, esta dinâmica está sempre atuando nos símbolos das sociedades humanas, constituída de seres em desenvolvimento, a se refletir nos símbolos e seus significados e estes nas atitudes norteadoras dos indivíduos, caracteres das culturas.

Uma outra citação de Alexander Wollner referente a Bandeira Nacional aparece no livro de Luz, não como crítica, mas como exemplificação:

Uma marca nasce como o sinal de uma instituição e surge sem o conhecimento do público. A ela se dá uma significação, uma conotação, e depois de um certo tempo este sinal se cristaliza e se transforma em um emblema, que é o estágio da marca quando ela atinge o domínio público. Ela só é motivada por questões de mensagem. É o caso da Bandeira Nacional. Quando ela foi criada, recebeu o impacto de coisa nova, mas com o correr do tempo todo mundo se acostumou a ela, porque não ocorreu nenhuma mensagem nova. Houve a Copa do Mundo (1970) e a bandeira começou a retomar o aspecto de sinal, motivou o público. Isto acontece também em tempo de guerra. (WOLLNER apud LUZ, 1999, p. 38)

Partindo da constatação de que palavra brasil significa vermelho, apresento um projeto buscando representá-lo no lábaro pátrio. Para isso, busco a construção estrutural dentro das normas da heráldica, da boa forma, dos conhecimentos cromáticos, das formas fundamentais da geometria como suporte ao design.

Antes, porém, mostrarei alguns projetos para a bandeira brasileira destinados a exprimir o sistema republicano instituído em novembro de 1889. Foram vários, na minha opinião ineficientes e de representação duvidosa.

Projetos de bandeira brasileira existentes deste a proclamação.

O primeiro projeto de uma bandeira brasileira republicana foi apresentada pelo escritor Júlio Ribeiro, filho de um estadunidense, em 16 de julho de 1888, no jornal de propaganda republicana O Rebate. Inspirada no modelo dos Estados Unidos e rejeitada pelo governo provisório republicano, essa bandeira foi utilizada pelo Estado de São Paulo nos primeiros anos da República, sendo definitivamente adotada em 1946, quando Adhemar de Barros era governador de São Paulo.



Figura 107: Projeto de Julio Ribeiro.¹⁴⁹

Aqui temos um exemplo clamoroso do quanto é falha a maneira como se representam oficialmente as instituições brasileiras. O que tem de São Paulo nesta bandeira? Onde está representado nela o apóstolo Paulo de Tarso? Como sempre, adotam-se símbolos sem a mínima reflexão, num sentimentalismo ali-cerçado em filosofar confuso e com ímpeto geralmente chauvinista.

¹⁴⁹ COIMBRA, 2000, p. 425.

O segundo projeto apresentado foi de Floriano Peixoto, na época vice-presidente da república. Ele dizia que, “como simples cidadão” discordava da bandeira; no papel de governante, ele se manifestava contrário à mudança do Decreto 4^o. Contudo como está afirmado no livro de Coimbra A Bandeira do Brasil: Raízes Histórico-Culturais, Floriano queria a reforma da bandeira retirando o lema “Ordem e Progresso” e o círculo estrelado. A modificação que ele sugeria era a manutenção da bandeira imperial trocando simplesmente a coroa por uma estrela.



Figura 108: Projeto de Floriano Peixoto.

Outro projeto foi de Tristão de Alencar Araripe que propunha a utilização de uma estrela vermelha, mas com a inscrição em latim *In hoc signo vinces*. Na seqüência, o projeto de Silva Jardim que sugeria três listras horizontais em preto, branco e vermelho, para representar as três raças de nossa formação; sobre a cor vermelha, acrescenta o escudo imperial rodeado do caule e de folhas da cana-de-açúcar e ramos café, apontando a cultura do Norte e do Sul; ao centro, a esfera armilar sobre uma âncora, que eram sinais do comércio e da força marítima; encimado pelo barrete frígio simbolizando a república e o proletariado.



Figura 109: Projeto de Silva Jardim.

Prosseguindo, há o projeto de Rio Branco, com as três listras em diagonal: vermelha, branca e preta, mais o escudo azul com 21 estrelas de prata na bordadura — uma outra concepção sem as estrelas (figura abaixo); no interior do escudo verde, a esfera armilar situa-se sobre a cruz de Cristo, igual ao escudo imperial; como timbre, um sol nascente de ouro.



Figura 110: Projeto do Barão do Rio Branco (sem estrelas).¹⁵⁰

As propostas descritas não foram apresentadas na esfera legislativa. O primeiro projeto constituído como tal foi do deputado Oliveira Valadão, de 1^o de setembro de 1892, propondo o seguinte modelo: retângulo verde e losango amarelo, tal qual a imperial e a do Decreto 4^o; ao centro, as armas da república previstas no mesmo decreto que criou a bandeira repu-

¹⁵⁰ COIMBRA, 2000, p. 428.

blicana; o azul celeste substituído pelo azul marinho. Essencialmente eram retirados o céu estrelado e a inscrição "Ordem e Progresso", que tantas críticas vinham sofrendo.



Figura 111: Projeto de Oliveira Valadão.¹⁵¹

Além de deputado, Valadão era militar, secretário e amigo pessoal de Floriano Peixoto, na época Presidente da República, favorecendo a suspeita de que agia em nome do Marechal. Diversos opositores levantaram-se contra este projeto, porém nenhum com expressão intelectual e cultural, simplesmente políticos e militares muito bem distribuídos no regime instaurado.

Em 1905, surgiu o projeto do deputado Celso de Souza, com o número 50, que deixava intactos o retângulo e o losango, propondo a reprodução do Cruzeiro do Sul circunscrito por dois círculos concêntricos, no interior dos quais estariam as estrelas representativas dos estados da união, tendo fundo azul. Estas formas fazem parte do desenho das armas da república.

¹⁵¹ Disponível em: <<http://www.crwflags.com/fotw/flags/br!rep.html>> Acesso em: 04 out. 2005



Figura 112: Projeto de Celso de Souza.¹⁵²

Como já foi dito no capítulo anterior, Eurico de Goes propôs dois projetos, o primeiro em 1908 e o segundo em 1933. Os dois mantinham o retângulo verde e o losango amarelo, mas diferenças estão fundamentalmente no centro da bandeira. No primeiro, há uma grande estrela com cinco pontas de prata (branca), simbolizando o Brasil-República; no centro desta o anel azulado com as 21 estrelas simbolizando o Brasil-Império, e dentro deste uma esfera armilar de ouro representando o Brasil-Reino, superposto pela cruz da Ordem de Cristo que lembra o Brasil-Colônia. (GOES, 1908, p. 80-81 apud COIMBRA, 2000, p. 435). No segundo, mantém o retângulo e o losango e adiciona a cruz vermelha com o interior branco, e sobre parte dela há uma bola azul com as estrelas nas margens, circundando o Cruzeiro.



Figura 113: Primeiro Projeto de Eurico de Goes.¹⁵³



Figura 114: Segundo Projeto de Eurico de Goes.¹⁵⁴

¹⁵² Desenho feito por mim, buscando entender a descrição feita por Coimbra.

¹⁵³ Disponível em: <<http://www.crwflags.com/fotw/flags/br!rep.html>> Acesso em: 04 out. 2005

¹⁵⁴ Disponível em: <<http://www.brasilrepublica.com/evolucaobandeira.htm>> Acesso em: 04 out. 2005

Em 1906, sob o número 43, foi apresentado ao Senado, pelos parlamentares Coelho Rodrigues, Barão do Ladário, Francisco Machado, Leandro Maciel e Almeida Barreto, um outro projeto de mudança, conforme texto abaixo:

Até o dia 12 de outubro próximo vindouro, o Poder Executivo fará eliminar da Bandeira Nacional, do Diário Oficial e dos atos e edifícios públicos, onde esteja escrita, a divisa Ordem e Progresso, adotada por ocasião da aliança do Governo Provisório com a religião de Augusto Comte. Nas moedas, a mesma divisa será substituída pela seguinte: Lei e Liberdade. (COIMBRA, 2000, p. 435)

Não existe nenhuma referência deste projeto nos Anais do Senado de 1906, segundo Coimbra. Estas informações foram retiradas de um artigo escrito por Agenor De Roure¹⁵⁵.



Figura 115: Projeto de Wenceslau Escobar.



Figura 116: Projeto 2 de Wenceslau Escobar.

No projeto de número 77, apresentado na Câmara em 8 de junho de 1908 pelo deputado Wenceslau Escobar, se lia: “Art. 1º - Fica suprimida da bandeira nacional a zona branca com a legenda —Ordem e Progresso. Art. 2º — Revogam-se, etc.” (Anais da Câmara, 1908, v.2, p. 161 apud COIMBRA, 2000, p. 436). Para justificar o seu projeto, Wenceslau proferiu na tribuna da Câmara esta fala:

¹⁵⁵ DE ROURE, Agenor. A bandeira nacional. Kosmos: revista artística, científica e litteraria, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, mar. 1907, p.?.

_____ Formado em Odontologia pela Universidade do Brasil nunca exerceu a profissão dedicando-se logo ao Jornalismo. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do qual foi 2º Secretário e em 1924, Sócio honorário. No período de 1919 a 1922 ocupou o cargo de Chefe da Casa Civil da Presidência da República, sendo a 6 de novembro de 1922 nomeado Ministro do Tribunal de Contas e seu Presidente em 1931-34. Com a vitória da Revolução de 1930 foi nomeado Ministro da Fazenda. Por não se considerar político não aceitou permanecer no cargo.

Disponível em: < <http://www.fazenda.gov.br/portugues/institucional/ministros/rep026.asp> > Acesso em: 10 out. 2005.

[...] não são só as cores verde e amarelo que recordam as nossas lutas... etc. como diz o decreto. Não! São também o escudo, a esfera armilar, etc. Por isso, deviam ter tirado apenas a coroa e colocado o barrete frígio, clássico emblema da República. Para não operar reforma radical, proponho só a supressão da zona branca com a inscrição Ordem e Progresso. “Por essa forma, a Nação, e principalmente a força armada, não terá a guardar um estandarte com a divisa de uma seita” (Anais da Câmara, sessão de 08 jun. 1908 apud id., p. 436)



Figura 117: Projeto de Solano Carneiro da Cunha.

Em 1933, na época de uma nova Assembléia Constituinte, aparecem outros projetos de reforma da bandeira. O primeiro deles foi de autoria de Solano Carneiro da Cunha, apresentado à subcomissão encarregada do assunto nos termos:

“Art. 1º - Fica adotada a bandeira nacional instituída pelo decreto de 19 de novembro de 1889, com as seguintes alterações: - a) substituição da carta astronômica por uma orla estrelada na parte interna do globo azul e em toda a sua circunferência, com tantas estrelas quantos são os Estados que compõem a União; b) uma estrela no centro do globo, como símbolo da capital do Brasil; e c) os ângulos do quadrilátero romboidal tocarão os lados do retângulo verde. Parágrafo único – A bandeira comercial será a mesma de que trato este artigo, mas sem estrelas dentro do globo azul” (A Nação, 09 abr. 1933 apud COIMBRA, 2000, p.437)

Outro projeto apresentado em 1933 foi o de Luís Sucupira, sob o número 240, segundo ele inspirado em Eurico de Goes, com a mesma configuração de fundo, o retângulo verde e o losango amarelo, mas sem se encostar às bordas (como a bandeira atual), tendo a adição, no centro, dos elementos: “estrela branca de cinco raios, na qual se inscreve uma orla azul celeste, com tantas estrelas brancas quanto são os Estados do Brasil, e, por fim, adapta-

das, entre a orla, a esfera armilar de D. João VI e a cruz de Cristo". (GOES, 1935, p. 144 apud Idem, 2000, p. 438)



Figura 118: Projeto de Luís Sucupira.

Outro projeto citado no livro de Coimbra, de autoria do diretor da Casa da Moeda, Mansueto Bernardi (incentivador de Eurico de Goes) que pelejava pela reforma do lábaro nacional, se resumia em colocar no lugar do selo republicano/positivista uma moeda de tostão orlada de prata, um erro heráldico, pois se colocava metal sobre metal, a prata do tostão sobre o ouro do losango.



Figura 119: Projetos com autoria desconhecida.¹⁵⁶

¹⁵⁶ Estas imagens foram produzidas por mim, sobre modelos retirados do sítio Novo Milênio:
Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/festas/brasil22.htm>.> Acesso em: 04 out. 2005

Existiram mais projetos, porém não mencionados no livro *A Bandeira do Brasil*, publicada pelo IBGE, mas que foram encontrados em pesquisa na Internet no endereço: <http://www.novomilenio.inf.br>, com alguns modelos de autoria desconhecida, reproduzidos como informação.

Deste modo, durante o período de 1889 a 1933, foram propostos diversos projetos de modificação da bandeira do Brasil, entretanto acabou prevalecendo o pavilhão de 1889. Atualmente existem pequenas propostas, como por exemplo, a inclusão da palavra amor junto à frase “Ordem e Progresso”, no projeto de lei nº 2.179 de 2003, protocolado na Câmara dos Deputados pelo deputado Chico Alencar¹⁵⁷ (na época no PT e atualmente no PSOL – RJ) e que foi tema de um CD lançado por Jards Macalé em 2003, chamado ‘Amor, Ordem e Progresso’, produzido pela Lua Discos. Este projeto foi rejeitado em parecer pelo relator deputado Victor Pires Franco Neto (PFL – PA) em 3 de novembro de 2004. Um outro projeto de emenda constitucional pelo deputado Jorge Pinheiro (PL – DF) foi apresentado em 4 de abril de 2000 ao Congresso, no qual sugere que seja trocada a estrela que representa o Estado do Pará – que atualmente fica acima da faixa – pela do Distrito Federal, entendendo que Brasília deveria ficar na posição de destaque e não esse estado da federação.



Figura 120: Projeto de Jorge Pinheiro.¹⁵⁸

¹⁵⁷ Disponível em: < http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=136692 > Acesso em: 16 dez. 2005.

¹⁵⁸ Disponível em: < <http://www.terra.com.br/istoe/1601/comportamento/1601patriaamada.htm> > Acesso em: 04 dez. 2003

Um projeto de bandeira brasileira

Como é possível constatar, os projetos apresentados de modificação ou reforma da bandeira nacional, em sua grande maioria, utilizaram-se das formas do retângulo verde sobreposto pelo losango amarelo. Este fato mostra o quanto a significação proposta e definida por Dom Pedro I no instante inaugural da Independência, no brado dos ‘Laços fora!’, no ano de 1822, ficou impregnada no imaginário brasileiro. As cores verde e a amarela se tornaram marca registrada da nacionalidade do país e este fato podemos afirmar, sem nenhuma sombra de dúvida, tratar-se de uma tradição simbólica nacional, com aceitação ampla e sem contestações relevantes: a primavera e a riqueza eterna da Nação...

O que proponho no meu projeto para a bandeira brasileira não foge muito deste conceito, ou melhor, assume esta estrutura e modifica somente o interior do pavilhão, da mesma maneira que muitos já fizeram anteriormente. A grande diferença reside no fato que busco trazer à tona a referência ao nome Brasil. Ao invés de usar formas complexas como todos fizeram (inclusive na bandeira imperial), sugiro uma forma sintética e abrangente no que diz respeito à linguagem visual, trazendo assim à formação uma das regras fundamentais para a construção de um símbolo social como a bandeira: a simplicidade com a sua fácil reprodução e lembrança quase que plena — dificilmente alguém, após contemplá-la, não a recorde com os detalhes da composição.

Como é possível constatar nas propostas apresentadas, os formuladores fizeram ligações ou com o Cruzeiro do sul, ou com a Cruz da Ordem

do Cristo, ou com a Esfera Armilar, ou com a formulação estrelas/estados, ou a mistura de todos esses símbolos etc. Porém, até onde se sabe, não houve nunca a tentativa de conectar a simbologia com o próprio nome do país. Deste modo, a simbolização ficou sempre atrelada a um fato histórico ou político e não à conotação universal fundamentada no vocábulo brasil, logo suscetível de ser modificada a cada mudança doutrinária, de regime ou qualquer evento do gênero. Pois, como afirma Luz (1999, p.30), "Guerras, revoluções e outros fatos históricos de igual relevância comandam esta dança de significados e influem na adoção de novas bandeiras e de novas cores nacionais". O autor também coloca que (1999, p.33): "Os Símbolos Nacionais são, da mesma maneira, válidos na medida em que retratam a realidade da Nação que representam e que sempre muda pela vivência da História", logo os (1999, p.33) "... símbolos não são imutáveis; ao contrário, devem ser atualizados tantas e todas as vezes que isso se torna necessário, em face de uma nova realidade".

Essa nova realidade é que busco apresentar nesta dissertação. Os erros existem, são fatos comprovados na literatura, além do problema em si ser semiótico a princípio, a grande consequência é perceptual. As informações estão contidas nas formas, nas cores, nos símbolos e nos sinais que, se bem elaborados, provocam esteticamente, estimulam, alertam induzindo dentro de um processo ético e de auto-realização. O efeito contrário pode expressar o fascismo, o nazismo, o comunismo 'perdedor', o capitalismo 'vencedor', o fanatismo destruidor.

Quanto ao símbolo interno ou circular estelar azul, Milton Luz refere-se ao fato da seguinte maneira:

O que distingue a nossa bandeira é a original disposição do losango amarelo sobre o campo verde. Nenhum outro pavilhão nacional, no mundo, apresenta desenho igual ou parecido ou tem o verde e amarelo como cores principais ou únicas. Aliás, para muitos autores, estas cores constituem os elementos essenciais de nossa bandeira, sendo o emblema central apenas uma indicação superposta, referente a um regime ou a uma época. Por isso mesmo, frustraram-se todas as tentativas de modificação radical do seu desenho original, por ocasião da Proclamação da República." (1999, p.57)

Desta maneira, o projeto aqui apresentado está justificado principalmente pelo fato de não estar ligado a nenhum movimento político específico ou a determinada doutrina filosófica determinada ou qualquer fato do gênero. Simplesmente coloco a necessidade dele indicar na representação da bandeira o nome Brasil, reportando assim algo que seja significativo deste vocábulo no símbolo¹⁵⁹.

Meu projeto nasceu impulsivamente, há alguns anos, de um incômodo perceptivo sobre o centro azul estrelado com a faixa e a inscrição "Ordem e Progresso". Experimentalmente coloquei o vermelho no lugar do símbolo positivista republicano e, com esse acréscimo da coloração vermelha, observei que a composição ganhava vibração. Quando as peças se encaixam, existe um sentido quase que transcendental. Como brincadeira, coloquei num dado momento uma justificativa alegórica à bandeira desenvolvida: Bandeira da República Tropicalista do Brasil... Contudo esta idéia foi sendo consolidado em cada comprovação adquirida junto aos teóricos da cor, da forma, do design, da significação, da comunicação, da percepção – e especialmente pelas características cromáticas de uma madeira e de flores de uma árvore chamada pau-brasil, da qual se originou o nome do nosso país.

¹⁵⁹ Mais à frente comentarei os significados que proponho e porque opto pela cor vermelha.

A bandeira projeto



Figura 121: O meu projeto para a bandeira.

A formatação que apresento resume cromaticamente as três possibilidades de matizes significativos existentes na árvore do pau-brasil: o verde das folhas e o amarelo/vermelho da flor, resumindo as possibilidades cromático-representacionais. Esta árvore se tornou conhecida pelas qualidades tintoriais existentes no tronco, porém, no momento da sua floração¹⁶⁰ apresenta essas colorações que lhe conferem um aspecto alegre e vibrante.

Como se pode observar na Figura 121, há uma redução significativa de formas no círculo central, assim como a utilização de outro matiz cromático. Foram retirados, deste modo, o azul com as estrelas, a faixa e a inscrição, e adicionado o vermelho, o brasil. Isso é óbvio, mas o interessante é que somente com essa modificação, pelo menos no que diz respeito ao símbolo positivista e suas problemáticas filosóficas, estruturais e perceptivas, cessariam as críticas de

¹⁶⁰ Apesar da falta mais precisa das informações, sabe-se que a floração do pau-brasil ocorre fundamentalmente entre os meses de setembro e novembro no sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo) e, entre janeiro e fevereiro nos estados do nordeste brasileiro (Pernambuco e Paraíba). (Rocha, 2000, p.216)

diversos opositores do pavilhão. Como seria natural, outras surgiriam, por exemplo, uma citada por algumas pessoas na pesquisa realizada na qual estaríamos sendo invadidos pelo Japão; o que considero tolice na medida que o sol/círculo é um símbolo universal.



Foto 12: Florada do pau-brasil.



Figura 122: Bandeira Projeto com malha 3D.

O que temos neste projeto? Basicamente, três formas e três cores, porém esses elementos têm uma grande significação. Começando a descrever o projeto — o porquê das formas e das cores nestas formas — poder-se-ia dizer que a mudança interna traz, antes de qualquer coisa, o Brasil à bandeira do Brasil.

Não pretendo aqui afirmar que esta concepção seja a mais correta ou ideal para a bandeira nacional — não me sinto suficientemente neutro para tal julgamento — mas estou seguro de existir neste projeto uma veracidade simbólica, isto é, o que significa Brasil está assinalado, a regra heráldica de composição cromática está presente sem conflito, a simplicidade necessária para uma auriflama é vista sem incorrer em falha.

As formas

A bandeira projeto é constituída de três formas geométricas: um retângulo, um losango e um círculo, sendo o retângulo a forma/fundo básica, a qual abriga o losango e este o círculo. Vejamos a seguir o desenho modular ou gabarito do projeto; nele é possível observar o quanto de simplificação ocorre, bastando para isso uma simples comparação com desenhos modulares da bandeira atual e suas intrincadas fórmulas geométricas de composição.

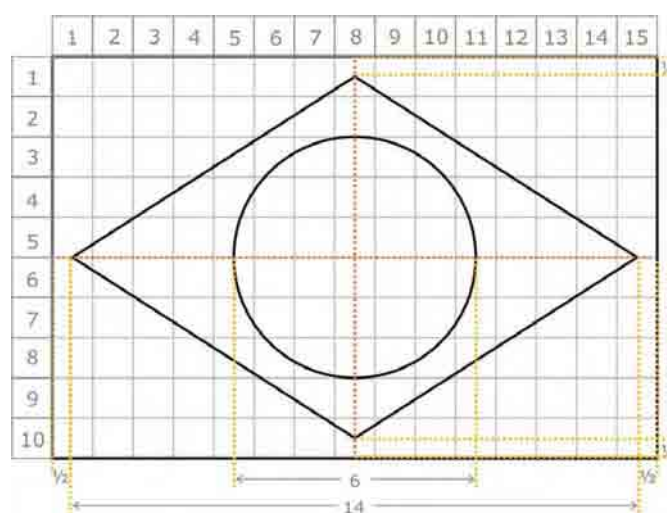


Figura 123: Desenho modular da bandeira projeto.

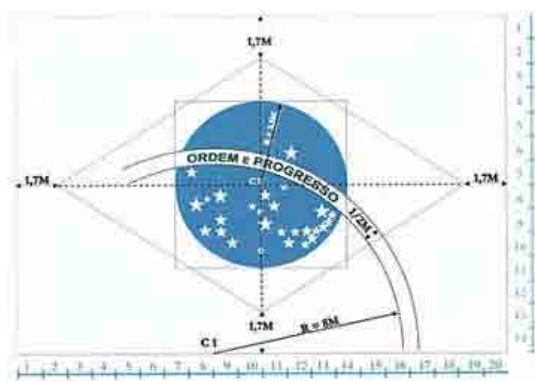


Figura 87: Desenho modular da Bandeira Nacional.

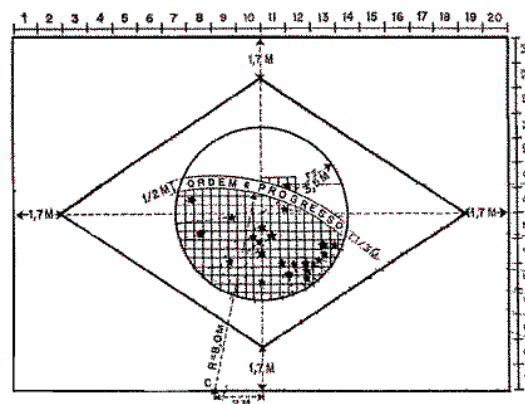


Figura 124: Desenho modular da bandeira atual.

Meu projeto apresenta uma redução de informações, uma maior carga simbólica e uma melhor modulação do gabarito. Por exemplo: ao invés das 14 X 20 unidades-padrão da bandeira atual, o módulo passa para 10 X 15, o que permite mais fácil construção e distribuição das formas. É possível saber com exatidão os tamanhos do losango, 9 X 14 unidades, e do círculo, com diâmetro de 6 unidades. A distância dos vértices do losango à borda do retângulo é de $\frac{1}{2}$ unidade. Somente com estas informações em mãos a reprodução do projeto é possível – enquanto que a bandeira atual é tarefa para um geômetra, ou operador de software de CAD¹⁶¹ bem treinado.

Mas porque escolher estas formas, ou principalmente a forma circular pura e simples? Neste momento é de vital importância ir ao encontro dos teóricos da Bauhaus, pois estas formas estão intimamente ligadas às formas fundamentais da geometria. Como por exemplo, Johannes Itten pontua:

Todas as linhas e todos os planos que podemos imaginar podem ser derivadas como composições de um, de dois ou de três destes caracteres formais elementares, nas três formas se conformam três mundos:

1. o mundo material do pesado, do seguro no quadrado.
2. o mundo espiritual dos sentimentos, da mobilidade, do etéreo e do escoamento do aguado do círculo.
3. o mundo intelectual da lógica, da concentração, da luz, do fogo, no triângulo.

Para o homem que vê com os olhos do espírito, os três símbolos não se apresentam como formas vazias e sim incorporam em si mesmos as forças mais poderosas da criação. E quem quiser entender o livro da natureza como um livro das formas da vida, necessita da chave, para poder abrir, para si mesmo, o segredo escondido. (Diário, 1930, edição do autor, Berlim apud BITTERBERG, 1974, p.19, grifo meu)

E outro expoente da mesma instituição, Wassily Kandinsky, considerado “pai” do abstracionismo, diz:

¹⁶¹ Computer Aided Design.

[...] estes seres puramente abstratos, que têm sua vida como tais, que como tais têm sua influência e sua ação, são um quadrado, um círculo, um triângulo, um losango, um trapézio e as inúmeras outras formas que se tornam sempre mais complicadas e que não têm conotação matemática. Todas estas formas são cidadãos com iguais direitos no reino do abstrato. "ueber das geistige in der kunst", 1912, bern-bümliz, 1952, pág. 70, editado em 1910 . (Idem, 1974, p.19)

Deste modo, temos o retângulo como derivado do quadrado, o losango derivado do triângulo e o círculo como forma pura. São formas simples, numa configuração simples e simétrica, que traz ao símbolo uma leitura direta, sem rodeios, favorecendo deste modo uma composição equilibrada e de percepção imediata. Como afirma Arnheim "A configuração simples, notadamente a simetria, contribui para o equilíbrio físico" (2002, p.65). Este equilíbrio favorece a observação simplesmente pelo fato de que "O equilíbrio continua sendo a meta final de qualquer desejo a ser realizado, de qualquer trabalho a ser completado, de qualquer problema a ser solucionado" (2002, p.28).

Estas formas geométricas, do modo colocado por Itten, possuem significados que por si próprios transmitem informações perceptuais. Donis A. Dondis afirma sobre o assunto: "O significado se encontra na subestrutura, nas forças visuais elementares e puras e, por pertencer ao domínio da anatomia de uma mensagem visual, é de grande intensidade em termos de comunicação." (2000. p.100). E continua: "A subestrutura abstrata é a composição, o design. O potencial de criação de mensagens através da redução da informação visual realista a componentes abstratos está na reação do arranjo ao efeito pretendido" (2000. p.101 - 102). Sendo formas com conotações abstratas que acarretam uma vantagem:

O caráter abstrato pode realmente ampliar a possibilidade de obtenção de uma mensagem e de um determinado estado de espírito [...]. O abstrato transmite o significado essencial ao longo de uma trajetória que vai do consciente ao inconsciente, da experiência da substância no campo sensório diretamente ao sistema nervoso, do fato à percepção. (ARNHEIM, 2000. p.102)

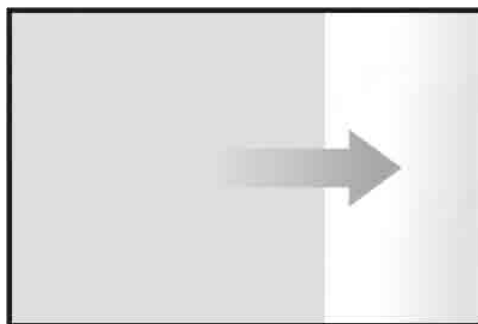


Figura 125: Retângulo derivado do quadrado.

Na concepção do projeto, a forma que é comum para a grande maioria das bandeiras, isto é, o retângulo, é a referência de territorialidade. Ele denota o mundo material do pesado e do seguro. Apesar deste atributo estar ligado ao quadrado, a forma retangular é sua derivada, logo herdeira de suas propriedades. Ou seja, temos uma boa justificativa para a não mudança deste formato, pois reafirmá-lo dará um significado mais contundente, referir-se, mal ou bem, às matas brasileiras, ao território, à grande riqueza. É o elemento masculino representando a princípio a dinastia portuguesa de Bragança, e vinculado à eterna primavera brasileira por Dom Pedro I, significação que perdura até os dias atuais sem muitos comentários. Enfim, é algo aceito e internalizado na população como um todo, e obviamente não passível de mudança.

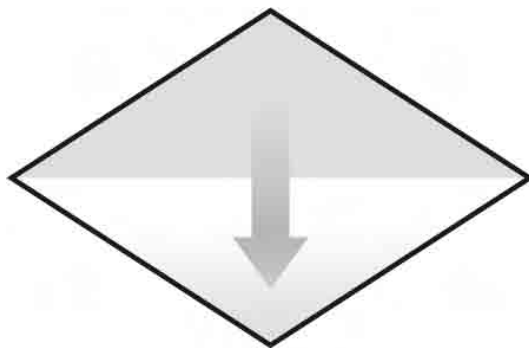


Figura 126: Losango derivado do triângulo.

O segundo elemento, o losango, é derivado do triângulo e tem o seu significado aliado à Casa de Habsburgo-Lorena, família da Princesa Leopoldina. Esta forma tem a significação referente às riquezas minerais identificada por Dom Pedro I, em Ittem, e está vinculada ao “o mundo intelectual da lógica, da concentração, da luz, do fogo, no triângulo”. Há também uma conexão heráldica com os brasões femininos na tradição lusitana. No caso do projeto que apresento, ele tem essa semelhança de significado, pois se une ao conceito de sabedoria e intelecto, do raio da luz do sol, do tropical. Deste modo temos um elemento masculino e outro feminino, a servirem de base ou fundo ao terceiro elemento, componente que ganha no projeto o papel de destaque significativo, o círculo.

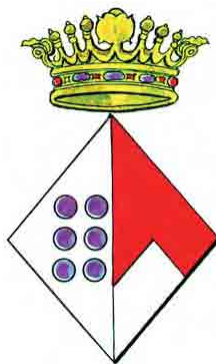


Figura 127: Brasão da Marquesa de Santos.¹⁶²

¹⁶² Luz, 1999, p.92.

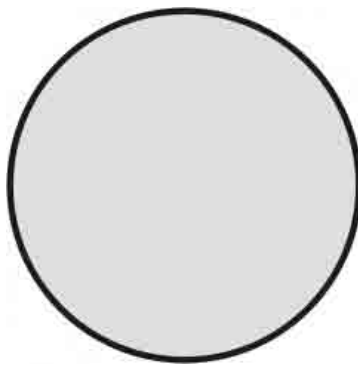


Figura 128: Círculo, forma pura.

O significado do mundo espiritual dos sentimentos, da mobilidade, do etéreo e do escoamento do aguado, atribuído por Ittem ao círculo, traz deste modo um reforço profundo ao símbolo proposto.

Como vimos no capítulo anterior, na bandeira nacional atual o círculo celeste apresenta uma ruptura, está dividido em praticamente dois hemisférios, existindo uma tendência na lei da forma que o impulsiona ao fechamento. Desta maneira, o círculo pueril originário deste encerramento sem nenhuma outra informação afora a cor, no projeto apresenta numa situação normal do processo de percepção, aliado à disposição de simplicidade, à pregnância da forma:

A tendência à simplicidade está constantemente em ação na nossa mente. Ela cria a organização mais harmoniosa e unificada possível. Quase sempre está associada à técnica da minimidade e da clareza. [...] A simplicidade se caracteriza por organizações formais fáceis de serem assimiladas, lidas e compreendidas rapidamente. (GOMES FILHO, 2002, p.78)

Se na bandeira atual na forma circular aparecem ligeiros desequilíbrios dada a inclinação da faixa e as constelações, na bandeira projeto ela torna-se equilibrada e com um caráter simétrico:

A simetria é um equilíbrio axial que pode acontecer em um, ou mais de um eixo, nas posições: horizontal, vertical, diagonal ou inclinada. É uma configuração que dá origem a formulações visuais iguais, ou seja, as unidades de um lado são idênticas às do outro lado. Ou ainda, dentro de

um certo relativismo, pode-se considerar também como equilíbrio simétrico lados opostos que, sem serem exatamente iguais, guardam uma forte semelhança.

Agrupamentos simetricamente organizados tendem a ser percebidos mais facilmente do que agrupamentos assimétricos. Sua utilização pode resultar em algo enfadonho, sem graça e estático. Nesse caso, deve-se jogar com outros conceitos formais de equilíbrio, para tornar a composição ou objeto mais interessante. (GOMES FILHO, 2002, p.59)

Mais uma vez, recorrendo a Arnheim para justificar que esta simplificação proposta faz da configuração algo dentro dos parâmetros de uma boa composição (2000, p.148): “Uma vez que representar um objeto significa mostrar algumas de suas propriedades particulares, pode-se com freqüência conseguir melhor a finalidade afastando-se marcadamente da aparência ‘fotográfica’”. Com a colocação das cores existentes na árvore do pau-brasil nas formas geométricas, podemos representá-la, porém sem precisar reproduzi-la fotograficamente, somente dando uma alusão, um sinal, uma citação.

As cores

As cores fazem parte da vida do homem porque são vibrações do cosmo que penetram em seu cérebro, para continuar vibrando e impressionando sua psique, para dar um som e um colorido ao pensamento e às coisas que o rodeiam; enfim, para dar sabor à vida, ao ambiente. É uma dádiva que Ihe oferece a natureza na sua existência terrena.

Modesto Farina, Psicodinâmica das cores em comunicação.

Simplemente com a utilização de uma cor, todo um significado pode ser afirmado e renovado. Mas, por que até este momento, o Brasil não foi pensado como sendo necessário constar de sua bandeira? Uma resposta plausível é o que Lúcia Santaella apresenta no livro *Semiótica aplicada*:

[...] Leis operam no modo condicional. Preenchidas determinadas condições, a lei agirá. [...] Se o fundamento do símbolo é uma lei, então o símbolo está plenamente habilitado para representar aquilo que a lei prescreve que ele represente. O hino nacional representa o Brasil. A bandeira brasileira representa o Brasil. [...] Convenções sociais agem aí

no papel de leis que fazem com que esses signos devam representar seus objetivos dinâmicos¹⁶³. [...] Quando, por uma convenção sociocultural, um ícone é tomado como símbolo, como é o caso de uma bandeira, ou do crucifixo como símbolo do Cristianismo, as formas e cores que constituem esse ícone passam a funcionar também como legi-signos¹⁶⁴ porque a convenção lhes imputa esse caráter.

O objeto dinâmico da bandeira é o Brasil, o objeto imediato, que é o ícone com suas cores e formas, não poderia representar o Brasil se não fosse pela convenção que faz com que a lei aja, isto é, se aquele ícone não tivesse sido escolhido para representar o que representa. (2002, p. 20 - 22)

Sempre se pensou em colocar no pavilhão símbolos ligados aos fatos tradicionais históricos, filosóficos e de crença, deixando de lado o elemento mais apaixonante, representativo e sofrido de uma nação, o povo. E é isso que acontece no pendão brasileiro, no qual o povo não está representado, como um reflexo até da falta da participação deste 'poder' nos dois mais importantes acontecimentos da vida brasileira: a proclamação da independência e da república, ambos arquitetados pelas elites. Reafirmando ser geralmente associado à cor vermelha, à doutrina comunista e outros arquétipos, porém é na bandeira francesa que ela realiza e exemplifica a referência ao povo. No caso desta pesquisa, estaríamos não só dando esse significado, mas também a identificação do vocábulo Brasil. Logo, Brasil significa o povo! Isso é surpreendente afinal.

Temos assim a proposta do emprego de três cores na bandeira, o verde, o amarelo e o vermelho e de alguma maneira estas cores têm ligação com as formas vinculadas.

As cores são fenômenos ópticos que possuem um elevado poder de comunicação; no caso deste projeto, elas se exaltam e adquirem grande força, dando à

¹⁶³ Quando pronunciamos uma frase, nossas palavras falam de alguma coisa, se referem a algo, se aplicam a uma determinada situação ou estado de coisas. Elas têm um contexto. Esse algo a que elas se reportam é o seu objeto dinâmico. A frase é o signo e aquilo sobre o que ela fala é o objeto dinâmico. (SANTAELLA, 2002, p.15)

¹⁶⁴ Quando algo tem a propriedade da lei, recebe na semiótica o nome de legi-signo. (idem, 2002, p.13)

composição vida, vibração e expressão. Kandinsky (1991, p. 64) afirma: “A cor provoca, portanto, uma vibração psíquica. E seu efeito físico superficial é apenas, em suma, o caminho que lhe serve para atingir a alma”. Como os teóricos apresentados neste capítulo enfatizam a importância da cor, coloco agora o que expressa Goethe a respeito das aplicações simbólicas e alegóricas das cores:

A aplicação que concorda perfeitamente com a natureza poderia ser denominada simbólica, caso a cor seja utilizada em consonância com o efeito, e a verdadeira relação exprima imediatamente o significado. Ao se supor, por exemplo, que o púrpura designa a majestade, não há dúvida de que se trata da expressão correta, como já expusemos acima.

Uma aplicação muito próxima da anterior é a que poderíamos chamar de alegórica, mais circunstancial e arbitrária, ou melhor, convencional, na medida em que o sentido do signo nos deve ser transmitido antes que saibamos o que deve significar, como, por exemplo, em relação ao verde, ao qual se atribui a esperança. (GOETHE apud GUIMARÃES, 2004, p.15)

As cores colocadas no projeto têm uma interpretação e uma significação estipulada e definida, entretanto nem todos realizarão sua leitura da mesma maneira. Dependendo da vivência cultural e educacional, poderão surgir outros significados diferentes do que foi produzido teoricamente com elas. Como cita Santaella, as bandeiras são legi-signos, isto é, signos construídos por lei — e este projeto não foge à regra e estipula significados específicos, com um sentido claro e determinado. Mas elas têm um sentido universal que, de alguma maneira, transcende às opiniões individuais. Por exemplo, não é porque alguém não gosta da cor vermelha, que esse alguém vai desrespeitar o farol vermelho de trânsito; a chance de provocar um acidente é enorme. Isto independe do lugar do mundo em que se esteja conduzindo um veículo motorizado, seja na Grécia, na Austrália, ou no Brasil; a cor vermelha no farol está ligada à convenção de parada obrigatória. As interpretações não são tão livres como se pode supor.

O autor Louis Favre, citado por René-Lucien Rousseau em seu livro *A linguagem das cores* (2001, p.46), coloca que:

[...] as cores frias suscitam, sugerem e exprimem a calma, a doçura, o repouso, a contemplação, a tristeza e as diversas modalidades desses estados e de suas derivações [...] as cores quentes suscitam e exprimem a excitação, a força e o poder, a atividade, o ardor, a alegria.

Aqui encontro apoio a um dos motivos da proposta formulada por mim para torná-la coerente e até necessária. Já comentei que a bandeira atual me provoca um desconforto, uma apatia, aos quais posso adicionar a melancolia, a tristeza e estados correlatos de espírito. Isto suscitou a colocação de uma cor quente no seu lugar, e posso ver que este matiz traz consigo a ação, o contentamento e a energia.

Modesto Farina (1986, p.23) destaca que: “Nas artes visuais, a cor não é apenas um elemento decorativo ou estético. É o fundamento da expressão. Está ligada à expressão de valores sensuais e espirituais”. Indo mais além, ela tem influência na maneira como vemos o mundo, nos ajuda a interpretar as coisas à nossa volta, de alguma maneira guiando-nos no intrincado mundo visual em que vivemos, funcionando como sinalizadores ou como avisos vinculados às formas sintéticas e abrangentes, como por exemplo, uma placa de proibição ou de perigo.

Hoje em dia, os símbolos que nos rodeiam, em sua maioria, estão ligados à sociedade de consumo, ícones publicitários que substituem os religiosos da era medieval com a iconografia mística. Os shoppings centers são as catedrais do mundo contemporâneo; o carro último tipo é idolatrado; a roupa de grife, vendida na publicidade pela atriz da novela das nove, é desejada; assim como é consumido o refrigerante que o famoso jogador de futebol bebe, rodeado de efeitos visuais mirabolantes de última geração. E tudo isto com muitas cores, luzes e

sons. Deste modo, os símbolos devem ser diretos e sem rodeios, num mar de informações. Quanto maior a síntese, mais fácil a chance de leitura da imagem, do signo; uma bandeira não pode fugir deste conceito, caso contrário se torna um ruído e não expressão pura.

Modesto Farina, 1986, p. (101) afirma: “[...] a cor é uma realidade sensorial à qual não podemos fugir. Além de atuarem sobre a emotividade humana, as cores produzem uma sensação de movimento, uma dinâmica envolvente e compulsiva.” Aqui temos, então, aquele elemento que completa e retira a apatia que a forma pode apresentar. No caso desta dissertação, as formas do projeto têm sua função, que de fato adquirem um real emprego quando alicerçadas pelos matizes que as compõe.




Na enquete que fiz pela internet, uma resposta comum foi sobre a leitura equivocada que as pessoas têm da cor vermelha, fato um tanto desanimador, caso eu queira ver este projeto ir adiante, pois a conotação negativa deste matiz está arraigada no pensamento de uma grande parte das pessoas deste país — afora o desconhecimento do que significa o vocábulo ‘brasil’, associado simbolicamente ao ‘verde e amarelo’ e até ao azul. Recorrendo ao Farina outra vez:

As cores constituem estímulos psicológicos para a sensibilidade humana, influenciando no indivíduo, para gostar ou não de algo, para negar ou afirmar, para se abster ou agir. Muitas preferências sobre as cores se baseiam em associações ou experiências agradáveis tidas no passado e, portanto, torna-se difícil mudar as preferências sobre as mesmas. (1986, p.23)




Durante quase dois séculos, os brasileiros foram condicionados a rejeitar a cor vermelha. Desde Dom Pedro I, que a associava a Portugal, passando pelos acontecimentos políticos do século XX, inclusive o período ditatorial brasileiro recente, mais ainda com o PT no poder, tudo isto faz com que este

matiz tenha uma impopularidade marcante. Mas esta cor já foi chamada de brasil e é sinônimo de brasil nos dicionários da língua portuguesa. Neste sentido, pode-se indagar: como ficamos nesta história? Penso ser uma questão de informação e educação, conscientização.

Considerando que temos uma definição para o vermelho, para o amarelo e para o verde vejamos então os significados:

-  a cor verde, a primavera eterna, o “reino vegetal”;
-  o matiz amarelo, às riquezas do solo e ao “reino mineral” e
-  o vermelho, o sangue, o povo e as diversas espécies do “reino animal”.

Não se busca referência a uma determinada raça ou credo, mas todo um reino habitando pela espécie animal ou movente, aves, insetos, peixes, quadrúpedes, bípedes; o ser humano, branco, amarelo, negro etc. Enfim, os três reinos constituindo e vivendo no território determinado pela possível brasilidade, a realidade politicamente correta. Estas cores, não ligadas a um lema doutrinário como o “Ordem e Progresso”, seriam:

-  verde vinculada à prosperidade;
-  amarelo à sabedoria e
-  vermelho, ao amor.

Deste modo, poderíamos ter um outro lema: amor, sabedoria e prosperidade. O amor que leva à sabedoria e esta que nos conduz à prosperidade material e espiritual.

Importante destacar que essas três cores possuem um padrão: elas não são de qualquer tonalidade, mas de um matiz que deve ser formatado segundo uma marcação definida, seguindo a escala de cores da chamada Escala Europa utilizada para a impressão quadricrômica dos processos industri-

ais e que temos equivalência nas impressoras caseiras jatos-de-tinta. Elas são o CMYK (ciano, magenta, amarelo e preto). Teríamos então,

■ para a cor verde: 100 % de ciano mais 100% de amarelo mais 10 % de magenta;

◆ para a cor amarela: 100 % de amarelo mais 10% de magenta;

● para o vermelho: 100 % de magenta mais 100% de amarelo e 10 % de ciano.

Também teria uma outra opção que seria retirar na tonalidade vermelha 50% de amarelo e sem os 10 % de ciano, para deixá-la com menos intensidade, dando um tom mais amagentado ou um pouco róseo, uma tonalidade feminina conectada à conotação mater:

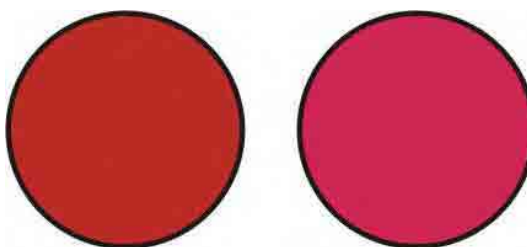


Figura 129: À esquerda, M=100, Y=100,C=10; á direita M=100, Y=50.

A questão do mal estar que sinto e senti, provavelmente, está ligada ao fato do azul não ser uma cor palatável. Quando observamos num supermercado a cromia dominante nas embalagens dos produtos alimentícios, vemos que na grande maioria as cores dominantes são o verde, o amarelo e destacadamente o vermelho. O azul aparece certamente, mas para dar uma conotação de frescor, e em alguns produtos é utilizado como forma de criar contraste como no nome do produto ou qualquer outro elemento constituin-

te da embalagem. Mesmo nas frutas e nos legumes não encontramos a coloração azul, e sim as outras três; por exemplo, no caso do pimentão, ele existe em três espécies: verde, amarela e vermelha.

Existe obviamente uma ligação entre o alimento e o sangue, pois é a alimentação o “combustível” fornecedor de nutrientes para aquele líquido. Sendo assim, me parece que o uso em destaque da cor vermelha somada as outras sinaliza esse processo, fazendo com que o consumidor se sinta atraído e instigado à compra: é a saúde em evidência, ou o vermelho como referente à vida. Do mesmo, a bandeira da Cruz Vermelha Internacional é sinal de vida, de salvamento, de socorro, não de morte. Aquela cruz rouge sobre um fundo branco é algo bem distante da referência à destruição, crime ou delinquência.

As formas unidas às cores

A forma é o mais importante elemento diferenciador de um produto, pois é exclusiva, só ele pode utilizá-la. Já a cor, embora não seja exclusiva, constitui-se no principal elemento de comunicação, provocando estímulo visual como nenhum outro. (MESTRINER, 2005, p.53)

Unindo agora os dois elementos constitutivos do projeto, as formas e as cores, e mostrando o elo que as une tanto na teoria como na prática, observo quando Itten coloca as propriedades do quadrado – aqui, no caso, o retângulo – expõe que esta forma está solidificada como representante do mundo material, seguro, isto é, uma área determinada por linhas unidas por quatro vértices em ângulos retos, criando desta maneira um suporte, um quadro, uma base. A ligação desta forma com a cor verde indica a territorialidade advinda do campo, logo o verde aproxima-se da folhagem, da planície, da natureza, da floresta e até do mar. Afetivamente pode estar vinculada a

paz, saúde, esperança, juventude, coragem, serenidade. Sendo assim uma cor classificada como fria, na composição ela se distancia da visão e coloca-se como cor por trás, fundo estável, estruturador e solidez.

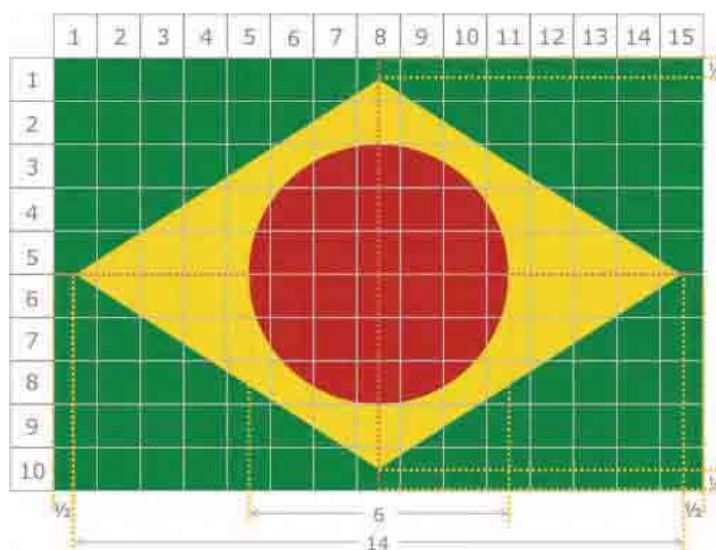


Figura 130: Desenho modular colorido da bandeira projeto.

O segundo elemento, o losango derivado do triângulo que, na posição intermediária com a cor, possui ligação tanto com o verde/retângulo que lhe serve de suporte/fundo, como o vermelho/círculo a ser colocado à frente. Na construção das cores-pigmento tanto do verde como do vermelho há o matiz amarelo: ciano + amarelo, magenta + amarelo. Logo, apesar de haver um contraste forte entre a sua luminosidade e as demais, sua função é elo e divisão entre as cores que lhe são contrastantes. Se significarmos o círculo central — o terceiro elemento — como uma representação do sol, semelhantemente à bandeira japonesa¹⁶⁵, a forma deste 'quadrado romboidal' se apre-

¹⁶⁵ Temos muito mais razões para ter na bandeira o sol representado dado a localização tropical do País. Desta forma teríamos no círculo: o povo, o 'brasil' e a característica climática, afora o símbolo do amor universal ou bíblico "[...] o sol nascente que nos veio visitar".

sentará como raios de luz, luminescências do fogo solar, logo indo ao encontro do que Itten apresentou relativo à esta forma geométrica.

A representação do círculo, no projeto, torna-se mais expressiva e de maior representação — e também de maior contestação. Pois tanto faz se como símbolo positivista, ou simplesmente com o matiz vermelho, esta forma, configura-se no ‘calcanhar-de-aquiles’ tanto na bandeira atual como no projeto que apresento de bandeira brasileira. Mas esta representação que proponho liga-se à presença do povo, ao amor universal, ao significado do signo lingüístico brasil. E novamente, com o reforço de Itten, faço uma referência ao mundo espiritual dos sentimentos e ao sangue também, mas de uma forma positiva, respeitosa.

Considero uma justificativa bem estruturada a afirmação de Luciano Guimarães, no livro *A cor como informação*, referente ao vermelho (2004, p. 119 – 120): “[...] A ele atribuímos os conceitos de cor dinâmica, expansiva, e que é, de todas as cores, a mais permanente. Essas características aproximam bastante o vermelho da forma geométrica circular”.

Como ideal para a construção de uma bandeira dentro das normas heráldicas, e já apresentado neste trabalho, é a ausência de elementos em demasia na estrutura composicional. Na bandeira atual temos a simulação da abóbada celeste, forma que recebe o reforço da faixa branca curva inclinada para baixo. Deste modo, com uma simulação de espaço tridimensional, algo fora inclusive dos padrões estéticos já há um bom tempo na cultura visual ocidental. Praticamente, desde o Impressionismo que as manifestações pictóricas optaram pela bidimensionalidade em sua grande maioria; afora o Surrealismo, todas as outras escolas

no século XX: Cubismo, Abstracionismo, Fauvismo, Expressionismo, Suprematismo etc, abandonaram a tridimensionalidade como ferramenta de expressão.

Não é obrigatório, na arte, o espaço ser representado por três dimensões mais o tempo. Até pelo contrário. Fora do período renascentista, essa combinação específica tem sido pouco comum na arte. Por exemplo, nas épocas anteriores ao Renascimento, em obras medievais e bizantinas, o espaço é bidimensional, plano e verticalmente orientado, sem profundidade tridimensional. Também o espaço impressionista é plano. Nas imagens impressionistas, da atmosfera luminosa, o mesmo valor pictórico e a mesma nitidez são dados aos detalhes que indicam frente ou fundo. Não há uma orientação espacial para a profundidade. E a partir dos impressionistas, praticamente todas as tendências artísticas dos séculos XIX e XX aboliram a profundidade tridimensional nas imagens. (OSTROWER, 1989, p.66)

Parece-me que o sugerido desvela muitos fatores que vão ao encontro das regras tanto heráldicas como gestálticas — logo, uma composição coerente naquilo que se propõe, um projeto simples, informativo e simbólico, dentro dos parâmetros significativos e sensoriais que qualquer bom signo visual deve abarcar. Por certo ninguém pode dizer ser ele algo sem sentido ou de comunicação falha, de dúbio sentido ou desprovido de procedimentos.



Figura 131: Grupo de bandeira de países diversos com a bandeira projeto.

Considerações Finais

Lidar com símbolos e simbologias não é uma tarefa simples ou fácil, transitando-se por conceitos incrustados no profundo das pessoas, em crenças coletivas arraigadas, por vezes, desde períodos da infância — enfim, verdades assimiladas de maneira nem sempre com aceitação consciente — em outras palavras, por imposição ou doutrinações irreflexivas. É o que ocorre com a aceitação da bandeira brasileira, impregnada desde os bancos escolares, quando algumas referências são impostas aos alunos, com pinceladas catequéticas repletas de ranço e ares autoritários. O conhecimento histórico mais detalhado dos acontecimentos políticos, sociais e culturais jazem em alguns livros escolares que só nos períodos mais adiantados são acessíveis a uns poucos interessados.

O brasileiro, em geral, desconhece a história nacional e a origem dos seus símbolos representativos. Este é um dos motivos do patriotismo incipiente da grande maioria da população, ou do patriotismo de 'Copa do Mundo'. Aí, a bandeira vem às mãos com toda a energia e todo o ardor.

Fala-se muito em reforma nos meios políticos, nos palanques cada vez mais iluminados, reforma do judiciário, reforma da lei eleitoral, da economia, da Constituição, da previdência; reforma agrária, política, universitária etc. Buscam-se as adaptações à contemporaneidade, ao moderno, porém tudo fica muito emperrado nas tramitações do Congresso, nas mazelas partidárias, no coronelismo, no preconceito.

Questões sobre os símbolos nacionais e a cultura pátria ficam sempre em um segundo ou terceiro plano, ou nem ficam — tudo se torna muito obscu-

ro, quando não pueril e descartável. Porém, estes assuntos são importantes, até de vital importância. Os militares que deflagraram o golpe da proclamação da república sabiam bem disto, a ponto de se preocuparem quase que imediatamente em substituir a bandeira imperial pela bandeira republicana do “Ordem e Progresso”. Entretanto, atualizaram o pendão brasileiro de forma equivocada, esqueceram que, sendo um símbolo de uma nação, deveriam representar esta nação nesta alegoria. Colocaram muito mais suas convicções pessoais — principalmente Benjamin Constant e seu séquito, deixando de sinalizar o elemento do qual eles também fazem parte, a população, o povo. Devemos dar o desconto às circunstâncias do momento, da paixão da conquista; no entanto, deixar que isto se perpetue mostra e sinaliza o desrespeito à causa maior, o país como um todo. Pior ainda é eternizar a ignorância em diversos níveis, no desconhecimento dos signos e seus significados.

Caso este trabalho traga alguma luz à questão simbólica nacional, especialmente à bandeira nacional e seus equívocos, devo sentir ter cumprido parcialmente meu papel cívico, na função docente que demonstra aspectos do saber, das indagações e coisas afins. E quanto ao projeto em si, me fio em um teísmo popular: O futuro a Deus compete...

À vista disso, não hesitamos em repetir que “tal bandeira — verdadeiro aborto escandaloso — é um dos maiores, sinão o maior monumento de ignorância e pedantismo, de mau gosto e injustiça que o Brasil jámais ostentou perante o mundo!”

Urge reformal-a, pois, pãra honra e glória da Patria!

(GOES, 1908, p. 269)

Referências Bibliográficas

- AMEAL, João. História de Portugal. 4. ed. Porto: Tavares Martins, 1958.
- ARNHEIM, Rudolf. Arte e percepção visual: Uma psicologia da visão criadora. São Paulo: Pioneira thomson Learning, 2002.
- BITTERBERG, Karl-Georg. Bauhaus. Stuttgart: Instituto cultural de relações exteriores, 1974.
- BUENO, Eduardo. Pau-Brasil. São Paulo: Axis Mundi, 2002.
- CALANDRIELLO, Antonio. A bandeira do Brasil — educação e civismo: antologia, legislação e cerimonial. São Paulo: SENAI, [19-].
- CARRAMILLO NETO, Mário. Contatos imediatos com produção gráfica. São Paulo, Global, 1987.
- COIMBRA, Raimundo Olavo. A bandeira do Brasil: raízes histórico-culturais. 3. ed. ver, atual. e aum. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- COMTE, Augusto. Reorganizar a sociedade. Lisboa: Guimarães & C^ª., 1977.
- DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SANTOS. A bandeira e símbolos nacionais. Santos: PRODESAN, 1970.
- DONDIS, Donis A. Sintaxe da linguagem visual, São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FARINA, Modesto. Psicodinâmica das cores em comunicação. 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1990.
- FAUSTO, Boris, História do Brasil. 10. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de H. Novo dicionário Aurélio – Século XXI, v. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, nov. 1999. 1 CD-ROM.
- GARBINI, Giovanni. O mundo da arte: mundo antigo. Expressão e Cultura. [S.l., 196?]
- GOES, Eurico De. Os symbolos nacionaes: estudo sôbre a bandeira e as armas do Brasil. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1908.
- GOMES FILHO, João. Gestalt do objeto. 3. ed. São Paulo: Escrituras, 2000.
- GUIMARÃES, Luciano. A cor como informação — a construção biofísica, lingüística e cultural da simbologia das cores. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2004.
- HIRSZMAN, Maria. Wollner traça a história do design no Brasil, Caderno 2, O Estado de São Paulo, 2003, Disponível em:
<http://www.cosacnaify.com.br/loja/resenhas.asp?codigo_produto=377&language=pt.> Acesso em: 30 jul. 2004

HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss eletrônico da língua portuguesa, v.1. Rio de Janeiro, dez. 2001. 1 CD-ROM.

JAPIASSU, Hilton. Introdução às ciências humanas – análise de epistemologia histórica. São Paulo: Letras e Letras, 1994.

LOBO, Aristides. Cartas do Rio. Coluna no Diário Popular. São Paulo: 15 nov. 1889
Disponível em:
<<http://franklinmartins.globo.com/cgi-bin/franklinmartins/estacao.cgi?ID=00015&PG=3>>
Acesso em: 20 fev 2006.

LUZ, Milton. A história dos símbolos nacionais: a bandeira, o brasão, o selo, o hino. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 1999.

MESTRINER, Fabio. Design de embalagem – curso básico. 2.ed. São Paulo: Person Makron Books, 2002.

OSTROWER, Fayga. Universos da arte. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus 1989.

PEDROSA, Mário. Arte, forma e personalidade: 3 estudos. São Paulo: Kairós, 1979.

PEDROSA, Israel. Da cor à cor inexistente, 8^a ed. Rio de Janeiro: Leo Christiano, 2002.

PRADO, Eduardo, A bandeira nacional, 1. ed. São Paulo: Salesiana, 1903.

RIBEIRO JR, João. O que é o positivismo. São Paulo: Brasiliense, 1998.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. Dicionário de comunicação. Rio de Janeiro: Codecri, 1978.

ROSSI FILHO, Sérgio. GRAPHOS: glossário de termos técnicos em comunicação gráfica. 1. ed. São Paulo: Cone Sul, 2001.

ROCHA, Yuri Tavares. Ibirapitanga: história, distribuição geográfica e conservação do pau-brasil (*Caesalpinia echinata* LAM., Leguminosae) do descobrimento à atualidade. 2004. Tese (Doutorado em Geografia Física) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

ROUSSEAU, René-Lucien. A linguagem das cores: energia, simbolismo, vibrações e ciclos das estruturas coloridas. São Paulo: Pensamento, 2001.

SANTAELLA, Lucia. Semiótica aplicada. São Paulo: Thomson, 2002.

SEYSSEL, Ricardo. A bandeira brasileira sem brasil: Inexistência de elemento gráfico significando a palavra Brasil na bandeira nacional. 2004. Trabalho de conclusão de curso (Especialização) — Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2004.

TUDO – Dicionário enciclopédico ilustrado. Copyright mundial Elsevier Publish Projects S/A, 1977. 2^a ed. São Paulo: Abril, 1979

VARELLA, Irineu G. Histórias da astronomia. Disponível em:
<<http://www.uranomestrianova.pro.br/historia/hda/0004/bandeira.htm>> Acesso em:
8 set. 2005.

WILLIAMS, Robin. Design para quem não é designer. 2^a ed. São Paulo: Callis, 2005.